

Caminhos e descaminhos no Brasil Central



A história da região do DF

Robson Eleutério

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Copyright© Robson Eleuterio, 2018

Equipe Técnica:

- Editor: Robson Eleutério

Prefixo Editorial: 915001 - Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional/RJ

- Revisão: Tamara Eleutério e Gislene Barral

- Pesquisa de fontes documentais: Liciane Carvalho

- Arte Final: Djanine Denise Silva

- Foto Capa: Lia Costa

- Imagem da capa: Nádia Pires

- Revisão de Pesquisa Histórica: Ivany Câmara Neiva

Eleutério, Robson

Caminhos e Descaminhos no Brasil Central: a história da região do DF.

Robson Eleutério - 1 Ed – Brasília, DF: Ed. Teixeira, 2018.

152p.

ISBN: 978-85-915001-5-4

1. Distrito Federal e RIDE - História. I. Título

CDD: 981.74

CDU: 94(817.4)

Brasília, Distrito Federal

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização do autor.

Todos os direitos reservados.

Contato: bobeleuterio@gmail.com

2018

Caminhos e descaminhos no Brasil Central

A história da região do DF

Robson Eleutério
2018

FAC FUNDO DE APOIO À
CULTURA
DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria
de Cultura  GOVERNO DE
BRASÍLIA

ESTE PROJETO FOI REALIZADO COM RECURSOS DO FUNDO DE APOIO À CULTURA DO DF

Sumário

CAPÍTULO I - A CONQUISTA DO BRASIL CONTINENTAL 06	
<i>O Estradão de Cuiabá: muito além dos limites de Tordesilhas.....</i>	<i>09</i>
<i>Guardiões da Fronteira.....</i>	<i>13</i>
<i>Revoluções: ameaças à Unidade Territorial.....</i>	<i>15</i>
<i>A geopolítica: interiorização da capital.....</i>	<i>16</i>
CAPÍTULO II - UMA NOVA CAPITAL NAS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL 19	
<i>O Brasil República.....</i>	<i>22</i>
<i>A Era dos Grandes Monumentos.....</i>	<i>27</i>
CAPÍTULO III - AS NASCENTES NA HISTÓRIA 31	
<i>Águas Emendadas.....</i>	<i>35</i>
<i>Bacias hidrográficas do Distrito Federal.....</i>	<i>37</i>
CAPÍTULO IV - A PRÉ-HISTÓRIA NA REGIÃO DO DF 38	
<i>Os caçadores coletores.....</i>	<i>38</i>
<i>Sítios arqueológicos na região do DF.....</i>	<i>39</i>
<i>O indígena encontrado pelo colonizador.....</i>	<i>43</i>
<i>A conquista pela brandura.....</i>	<i>47</i>
<i>Os aldeamentos indígenas.....</i>	<i>48</i>
CAPÍTULO V - BANDEIRANTES: O OUTRO LADO DA HISTÓRIA 50	
<i>O mito às avessas.....</i>	<i>51</i>
CAPÍTULO VI - CAMINHOS E DESCAMINHOS NO BRASIL CENTRAL 58	
<i>Caminhos do Brasil Central (Sec. XVIII).....</i>	<i>63</i>
<i>A picada da Bahia.....</i>	<i>63</i>
<i>A picada de Goiás.....</i>	<i>67</i>
<i>A estrada do Norte.....</i>	<i>71</i>
<i>Os impostos da fazenda Real.....</i>	<i>74</i>
<i>O descaminho e os descaminhadores.....</i>	<i>77</i>
CAPÍTULO VII - NUCLEOS URBANOS NO BRASIL CENTRAL 81	
<i>Os primeiros povoados.....</i>	<i>84</i>
CAPÍTULO VIII - A CAPITAL NA INTERLÂNDIA 100	
<i>O Quadrilátero Cruls e o mapa do Distrito Federal.....</i>	<i>105</i>
<i>PEDRA FUNDAMENTAL - 1922.....</i>	<i>109</i>
<i>Inauguração da Pedra Fundamental.....</i>	<i>116</i>
<i>Inauguração da Capital: a expansão urbana.....</i>	<i>120</i>
CAPÍTULO IX - A CULTURA CERRATENSE 124	
<i>Jazz Band de Planaltina e Banda Santa Cecília.....</i>	<i>126</i>
<i>Feira do Troca de Olhos d'Água.....</i>	<i>128</i>
<i>Festa do Carro de Boi, Catira e Moagem.....</i>	<i>130</i>
<i>Um Cerratense na Missão Cruls.....</i>	<i>133</i>
<i>Dona Lió, a Parteira dos Calungas.....</i>	<i>135</i>
<i>Ary Pára Raios: Uma Árvore Torta do Cerrado.....</i>	<i>142</i>
REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA 152	

Prefácio

PELOS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA HISTÓRIA

Caminhos e Descaminhos no Brasil Central, é um importante trabalho do historiador Robson Eleutério. Ele apresenta as sucessivas ocupações populacionais do Planalto Central brasileiro desde a pré-história até a inauguração da atual capital do país, num prosseguimento de seus estudos anteriores e também dos trabalhos do imortal historiador Paulo Bertran, seu companheiro de pesquisas sobre o passado dessa região.

Robson começa mostrando de que forma os reis ibéricos partilharam o território da América do Sul, destacando a importância das estradas, dos povoados, das fortificações e dos tratados de direito internacional na posse da imensa área que formou o Brasil. Também mostra os descaminhos desse processo, provocados pelos limites tecnológicos desses tempos remotos, pelo forte descontentamento popular e pela inadequada localização geográfica do governo desse território continental até a mudança para o atual sítio que abriga o Distrito Federal.

No segundo capítulo se vê o caminho para a concretização da ideia de transferir a capital brasileira do litoral para o centro do país, mostrando inclusive o aparato constitucional que o sustentou e explicando os descaminhos que atrasaram essa centralização geográfica do poder. E, ao final, um subcapítulo sobre grandes monumentos artísticos de fama mundial, entre os quais os de Brasília se inserem.

Um estudo sobre a geo-história e a toponímia da região em foco serve de bagagem para o terceiro capítulo. Nele, a partir das suas nascentes, você, leitor, será convidado a navegar pelos numerosos cursos d'água do Planalto Central, visualizando a importância desses recursos hídricos para chegada e permanência dos seus moradores desde a pré-história, e para a sua escolha como sede da cidade em que se situa o governo do país.

O leitor que está percorrendo os caminhos traçados nesse livro é convidado, no capítulo quatro, a conhecer os antigos moradores da região do atual Distrito Federal, dos caçadores e coletores pré-históricos em seus sítios arqueológicos até os indígenas descritos pelos historiadores. Destaco o subcapítulo "A conquista pela brandura" pelo contraste com o capítulo quinto, sobre os descaminhos das expedições bandeirantes.

No sexto capítulo o leitor é guiado pelos principais caminhos das tropas, boiadas, cavaleiros e pedestres que cortavam o Planalto Central. E, ao longo dessa aventura, é chamado a observar os descaminhos do contrabando e as formas do governo de se contrapor a ele.

O sétimo capítulo oferece ao leitor a oportunidade de conhecer alguns importantes aglomerados populacionais pioneiros do Brasil Central, principalmente nos seus aspectos históricos. O oitavo analisa com profundidade os diversos estudos técnicos e científicos que, a partir do século XIX, prepararam o caminho para a implantação do Distrito Federal no Planalto Central brasileiro. E no nono, fechando este livro com chave de ouro, o autor nos mostra certos aspectos muito interessantes da chamada cultura cerratense, num leque de diversidade que abrange desde grupos musicais até a atividade das parteiras da região.

No mais, só nos resta desejar ao leitor uma boa viagem por esses deliciosos e pitorescos Caminhos e Descaminhos no Brasil Central.

Ramir Curado

I A Conquista do Brasil Continental

Quando observamos o mapa-múndi, visualizamos um país continental de grandes proporções, que ocupa 48% das terras sul-americanas, destacando-se por seu relevo, fauna, flora, hidrografia, clima e também pela rica identidade cultural de seu povo. Você já parou para pensar como esse território foi formado e se transformou no imenso Brasil que temos hoje?

Ao contrário do que muitos imaginam, esse processo de conquista do território não ocorreu de forma pacífica, ou foi fruto apenas da consciência dos brasileiros que almejavam a separação de Portugal. Muitas lutas aconteceram em boa parte da colônia portuguesa, bem como a assinatura de vários tratados que culminaram com a formação do Estado Nacional, se consolidando a partir da independência do país.

O contexto histórico do século XV foi marcado pelas grandes navegações empreendidas pelos portugueses e espanhóis, cujo resultado foi a conquista de novas terras em várias partes do mundo. Ocupavam terras de populações nativas, consideradas como povos bárbaros, pelo fato de não compartilharem a cultura europeia. Como forma de evitar disputas acirradas pela posse dessas terras, os reis católicos de Portugal e Espanha recorreram ao papa para que celebrasse um acordo, dividindo o mundo entre os dois países, das terras conquistadas e ainda por descobrir. Assim, em 1493 foi criada a Bula Inter Coetera¹, substituída pelo Tratado de Tordesilhas logo no ano seguinte, que definia como referência uma linha divisória a 370 léguas (2.200 km) a oeste da ilha de Santo Antão, no arquipélago de Cabo Verde.

Para Miguel Paranhos, esse tratado apresentava a mesma falha que os precedentes, fixando fronteiras artificiais em uma época em que não se contava com os conhecimentos geográficos e astronômicos. Entre os próprios signatários surgiam dúvidas se o meridiano fixado no Extremo Sul passava pela foz do Rio da Prata ou pelo Golfo de São Matias, ambos na Argentina. Dessa forma, os exploradores transpunham os limites da linha divisória sem saber onde a encontrava, pois, no final das contas, o que valia era seus interesses e suas ambições².

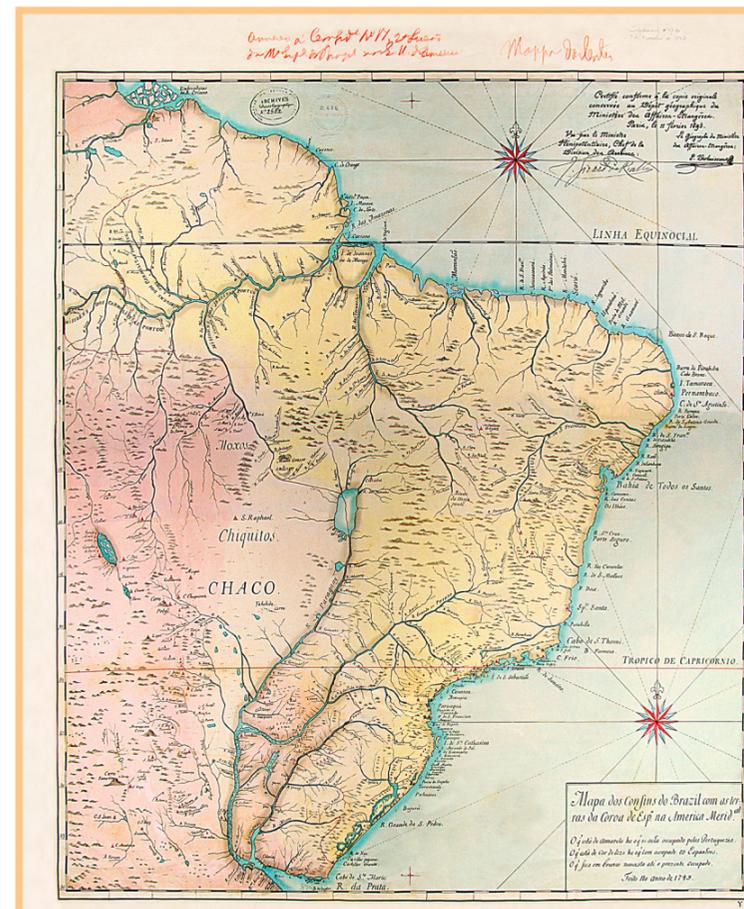
Contudo, foi no decorrer do século XVIII que as fronteiras do Brasil ganharam um contorno definitivo. Em um primeiro momento, foram abertos caminhos ultrapassando a linha estipulada pelo Tratado de Tordesilhas e fundando novos povoados. No momento seguinte, isso garantiu aos portugueses a posse de uma imensa área que pertencia à Espanha, se estendendo a oeste até a margem direita do Rio Guaporé na divisa com a Bolívia. Certamente, um momento

1 A Bula Inter Coetera foi definida como um tratado em maio de 1493, pelo Papa Alexandre VI, o qual determinava que o “novo mundo” era dividido entre Portugal e Espanha. Estabeleceu-se que as terras situadas até 100 léguas a partir das ilhas de Cabo Verde seriam de Portugal, e as que ficassem além dessa linha seriam da Espanha. Esse documento foi criado pelo papa Alexandre VI, em 1493, denominado de Bula Inter Coetera.

2 RIO BRANCO, Miguel da Silva Paranhos de. Alexandre Gusmão e o Tratado de 1750. Brasília: FUNAG, 2010. p. 8.

Capítulo I - A Conquista do Brasil Continental

bastante significativo para a formação do Brasil atual foi a celebração do Tratado de Madri (1750), entre a Coroa Espanhola e a Portuguesa, quando o diplomata Alexandre Gusmão, que defendia os interesses de Portugal, argumentou o princípio do *uti possidetis*, isto é, dava posse da terra àqueles que a tivessem ocupado e povoado³.



Mapa produzido em 1749, intitulado: “Mapa dos confins do Brasil com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional”.

A linha divisória em vermelho estabelece, de uma forma geral, os limites das terras espanholas e portuguesa na América do Sul. O território destacado em amarelo pertence aos portugueses e em rosa aos espanhóis. O que está em branco não estava ocupado, até aquele momento.

Cabe ressaltar que este mapa é conhecido pelo título de “Mapa das Cortes”, por conter as assinaturas e os selos dos Ministros Plenipotenciários das coroas espanhola e portuguesa, D. Joseph de Carvajal y Lancaster e D. Tomás da Silva Teles, no verso do mapa. Além disso, existe

uma cópia de época do mapa primitivo existente no Ministério de Negócios Estrangeiros da França, que deve ter servido de modelo para a cópia em espanhol em: História do Brasil nos Velhos Mapas / Jaime Cortesão ; Mapas e planos manuscritos / Isa Adonias⁴.

Uma das estratégias de Alexandre de Gusmão para garantir o direito sobre a Amazônia e o oeste brasileiro foi utilizar como objeto de barganha a Colônia do Sacramento. A diplomacia portuguesa considerava a posse da Colônia como algo prioritário, tendo sido alvo de bastantes críticas. Mas Gusmão acompanhava atentamente a evolução econômica do Brasil, vislumbrando a nova realidade geográfica com a posse sobre as terras de Goiás e Mato Grosso e a ocupação do

3 HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 401.

4 Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/mapa-das-cortes/>. Acesso em 09/09/2018.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

Tordesilhas, consequência do imenso fluxo de aventureiros que ocuparam o sertão da colônia à procura de pedras preciosas, fundando centenas de povoados e vilas e atingindo a longínqua Vila Bela da Santíssima Trindade, na divisa com a Bolívia.

Promoveu-se uma ocupação em série, tipo “feito dominó”, quando a cada momento que se descobria ouro e diamantes em um determinado local, avançava-se mais adiante com o objetivo de achar novos tesouros. Para se ter ideia da ocupação repentina no interior da colônia portuguesa, basta analisar o grande número de povoados, vilas e paróquias que surgiram ao longo do século XVIII, dando origem a centenas de importantes cidades no período colonial, como Ouro Preto, Sabará, São João Del Rey em Minas Gerais; Pirenópolis, Traíras e Vila Boa em Goiás; e Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade em Mato Grosso.

Os dados acima nos mostram que na primeira metade do século XVIII, desde a descoberta do ouro em Minas, depois em Mato Grosso e Goiás, formaram-se quase duas centenas de povoados no interior da colônia, cujos moradores eram forasteiros vindos de várias partes do mundo. De todo esse contingente populacional, um número significativo já estava estabelecido em possessões da Espanha, ocupando terras muito além do limite da linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas.

O historiador Augusto Lima Júnior narra que repentinamente, promoveu-se uma verdadeira invasão na América Portuguesa. A notícia se espalhou rapidamente para todos os cantos do Brasil, Portugal e chegou a outros países da Europa. Em busca da fortuna nas terras ultramarinas, vieram judeus, cristãos novos, ciganos, aonde dificilmente chegariam às importunações do Santo Ofício. A Capitania de São Vicente, em peso, se deslocou para o sertão mineiro e goiano, tendo a população de suas vilas se reduzido bastante. Enquanto que pelo caminho da Bahia veio um grande contingente populacional, atraído pelos excelentes negócios que faziam com os paulistas, oferecendo artigos de necessidade⁶.

Os forasteiros ocupavam áreas sem nenhum planejamento, montando uma estrutura mínima, extremamente simples, onde se levantavam os acampamentos utilizando paus, cordas, palhas, tijolos de adobe, e ali permaneciam até o esgotamento das minas. As autoridades tinham uma grande dificuldade em fazer valer a presença do Estado nesses locais, onde imperava todo tipo de crime. Entretanto, o que mais incomodava a Coroa Portuguesa era o descaminho do ouro, pois dava um imenso prejuízo ao Rei, subtraindo significativas receitas relativas ao “quinto” sobre todo o metal extraído nas minas.

Nesse contexto, a partir da segunda metade do século XVIII, o eixo econômico da colônia se deslocou do Nordeste para o Sudeste, resultado da crescente extração de ouro na Capitania de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Inevitavelmente, a capital da colônia portuguesa foi transferida da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro, no ano de 1763. Dentre as argumentações que defendiam a mudança, prevalecia a proximidade da Capitania de Minas Gerais com os portos do Rio de Janeiro, permitindo às autoridades reinóis exercer um maior controle sobre o ouro, e assim minimizar o crescente contrabando para a Europa⁷. Esse minério era escoado para o continente europeu por meio dos portos de Parati e Rio de Janeiro.

6 Cf. LIMA JÚNIOR, Augusto de. A Capitania das Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. p. 40.
7 VARNHAGEN, Adolfo. A questão da capital: marítima ou interior. Vienna D'Áustria, 1877, p. 23.

Capítulo I - A Conquista do Brasil Continental

Para se ter um controle do metal extraído nas minas, as autoridades instalaram postos fiscais, denominados de Registros e Contagens, ao longo do trajeto dos principais caminhos que chegavam ao Planalto Central. Esses caminhos, em determinados momentos, passaram a ser chamados de Estradas Reais, tornando-se rotas obrigatórias para o transporte das pedras preciosas.

Com o esgotamento das minas de ouro, os mineradores brancos, mamelucos e escravos produtivos se dirigiam para outros locais à procura de pedras preciosas. Já os escravos idosos, mulheres e crianças, em muitas ocasiões, ficavam abandonados, uma vez que não compensava aos seus donos arcarem com os custos para mantê-los sem produzir.

Esse quadro de total degradação da estrutura montada nos tempos áureos da mineração foi presenciado por inúmeros viajantes que fizeram incursões ao interior do Brasil no século XIX. No livro *Viagem ao Interior do Brasil*, o naturalista Johan Emanuel Pohl narra que esteve na província de Goiás em 1819. Quando ele chegou ao Arraial de Cavalcante, no mês de junho daquele ano, deparou com um quadro degradante de total abandono da população, com os brancos saindo em massa do local. Em uma população de 1.781 habitantes, permaneceram apenas 78 brancos, entre casados e solteiros, e os demais eram negros e negras livres, mulatos e escravos⁸. Isso porque o ouro extraído já não cobria mais as despesas do Estado para manutenção das igrejas, repartições públicas, pagamento de soldo dos militares, construção de pontes, funcionamento das casas de fundição do ouro, levando a uma completa degradação da grande estrutura montada pelos colonizadores.

Nos tempos áureos da mineração, quando as minas eram produtivas, foram construídas centenas de prédios públicos e igrejas, cuja conservação ficava a cargo da administração pública. Cabe destacar que em Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, a igreja também estava presente em todos os núcleos de povoamento, com suas “freguesias”, paróquias e capelas espalhadas por todos os cantos das Capitanias.

Entretanto, com o declínio da mineração, no limiar dos anos 1800, houve um total abandono desse patrimônio, levando à ruína uma significativa parte do casario de várias cidades, erguido nos tempos áureos da mineração. Certamente, isso provocou uma perda irreparável ao nosso Patrimônio, com o desabamento de belas igrejas, casarões, pontes, além do desaparecimento de inúmeras obras de arte do período colonial.



Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Natividade/TO.
Foto: Robson Eleutério.

8 POHL, Johan Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 213.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

A ocupação de terras espanholas no oeste brasileiro se consolidou a partir da abertura de estradas e a criação de arraiais e vilas nas regiões mineradoras de Goiás e Mato Grosso pelos bandeirantes paulistas. Esse feito coube primeiro ao sertanista Pascoal Moreira, culminando com a fundação de Cuiabá (1719), e depois a Bartolomeu Bueno da Silva, que fundou o Arraial da Barra (1726) e o Arraial de Sant'Ana (1727), que deu origem a Vila Boa.

A partir daí, dezenas de núcleos de povoamento foram surgindo nas regiões onde eram descobertas novas minas de ouro e diamantes. Para interligar esses núcleos de povoamento com as minas de Cuiabá, foi aberta uma picada, no ano de 1736, que ficou conhecida como Estradão de Cuiabá, tornando-se praticamente o único caminho que dava acesso à Capitania do Mato Grosso. Era um prolongamento das Estradas Reais que convergiam na antiga capital de Goiás, denominada na época como Vila Boa, atual Cidade de Goiás.

Para adentrar as terras mato-grossenses, o Estradão de Cuiabá atravessava o Rio Araguaia, no Registro de Araguaína, próximo a Barra do Garça (MT), onde se pagava uma taxa de passagem sobre o rio. Daí seguia para Cuiabá, cuja picada continuava até atingir as margens do rio Guaporé, localizada no extremo oeste do Mato Grosso para alcançar a longínqua Vila Bela da Santíssima Trindade, na divisa com a Bolívia.

Na primeira metade do século XVIII, os portugueses já haviam ocupado terras espanholas em uma extensão de mais de 200 léguas (1.200 km) além do Tratado de Tordesilhas, que posteriormente passaram a pertencer à Coroa Portuguesa com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Mas esse avanço sobre terras espanholas nem sempre foi de forma pacífica, tendo ocorrido vários incidentes na região fronteira, especialmente com colonizadores espanhóis instalados na Bolívia. Assim, em 1752 foi fundada a Vila Bela da Santíssima Trindade, no extremo oeste do Brasil, tornando-se a primeira capital da recém-criada Capitania de Mato Grosso, situada na divisa com a Bolívia.

Visando a ter uma administração mais eficiente dessa imensa região, o Conselho Ultramarino Português decidiu reformar a Administração do Sul do Brasil, criando duas novas Capitanias, desmembradas de São Paulo. Foram nomeados Dom Marcos de Noronha (Conde dos Arcos), para governar Goiás, e Antônio Rolim de Moura (Conde de Azambuja) para o Mato Grosso. Ao governador de Goiás a orientação era combater os descaminhos do ouro; e ao de Mato Grosso, era garantir a posse das terras ocupadas até o rio Guaporé, uma vez que também controlaria o acesso fluvial ao vale amazônico e Capitania do Pará.

Continuando a estratégia de fundar povoados para ter a posse da terra, duas décadas depois, foi criado outro núcleo de povoamento, no meio do caminho entre Cuiabá e Vila Bela, dando origem a Vila-Maria do Paraguai (1778), que depois se transformou em Cáceres. Os demais governadores que sucederam a Rolim de Moura, também foram orientados a garantir a posse do território conquistado.

Capítulo I - A Conquista do Brasil Continental

Guardiões da Fronteira

Para garantir a supremacia portuguesa sobre as terras conquistadas, foram construídas várias fortificações na divisa oeste do Mato Grosso, no Rio da Prata e ainda na região amazônica. Dessa forma, garantia-se a livre navegação na Bacia Amazônica e no Rio da Prata, facilitando a exploração econômica de regiões que se encontravam em pleno processo de disputa territorial, sendo alvo de cobiça das principais potências europeias.

Preocupados com a avanço de missões espanholas a partir da Bolívia, foi construído o Real Forte Príncipe da Beira, cujas obras foram iniciadas em 1776 durante a gestão de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, governador da Capitania do Mato Grosso. Isso ocorreu durante o reinado de D. José I, quando um dos maiores estadistas de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, popularizado como Marquês de Pombal, lançou as bases da colonização da região amazônica. Localizado estrategicamente na fronteira com a Bolívia, às margens dos rios lindeiros Guaporé e Corumbá, no extremo oeste da colônia, esse forte é considerado como uma das maiores obras da engenharia militar portuguesa realizada no período colonial. Situa-se hoje no município de Costa Marques, no estado de Rondônia.

Na parte sul do Mato Grosso, próximo a terras paraguaias, em 1775, o governador Luiz Albuquerque mandou construir o forte de Coimbra, que juntamente com o Real Forte Príncipe da Beira, situado no noroeste da Capitania do Mato Grosso (hoje Rondônia), fariam a defesa do território ocupado. Souza Nunes revela que “no oeste do Mato Grosso, constantemente ocorriam disputas de terras com os espanhóis que planejavam adentrar a Capitania, vindos do Paraguai e Bolívia”.



Real Forte Príncipe da Beira – Costa Marques/RO. No século XVIII esse Forte estava localizado na Capitania do Mato Grosso, pois ainda não existia o estado de Rondônia.

Fonte: Google.



Ruínas da antiga Igreja Matriz na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade no estado do Mato Grosso, Brasil.

Fonte: Arquivo DEPHAN - Ministério da Educação

Entretanto, os principais embates ocorreram no sul do continente com a disputa da Colônia de Sacramento, na bacia platina. Por mais de um século, Sacramento tornou-

se objeto de debate em vários tratados, desde 1680, tendo a sua situação resolvida com a criação do Uruguai em 1828. Nos principais tratados celebrados na Europa no decorrer do século XVIII (Tratado de Utrecht/1713, Tratado de Madri/1750, e Tratado de Santo Ildelfonso/1777) discutiram-se questões relacionadas aos limites de Portugal e Espanha no Rio da Prata.

Em 1669, na virada do século XVIII, a presença portuguesa na região amazônica se fez valer de forma mais consistente, a partir da construção do Forte de São José da Barra do Rio Negro, encarregado de garantir o domínio da região amazônica, precavendo-se de eminentes invasões dos holandeses, que já dominavam o Suriname. Esse Forte esteve em atividade até a primeira década do século XIX, sendo desativado em 1875.

Naquela época, a cidade mais importante ao norte da colônia portuguesa era Belém do Pará, já que o povoamento que deu origem a Manaus começou a prosperar somente no século XIX, uma vez que os portugueses não viam possibilidades de lucro naquela região. Apenas a partir de 1880, no início do Ciclo da Borracha, é que a economia da região se fortalece, resultado da exportação do produto, principalmente para o mercado americano.

No sudoeste do Brasil, onde hoje se encontra parte do território de Santa Catarina, também houve conflito pela posse da terra. A região foi invadida pelos argentinos em 1777 e reintegrada no mesmo ano, resultado do Tratado de Santo Ildelfonso, quando a Coroa Portuguesa cedeu o território das Missões aos espanhóis. No oeste do Mato Grosso, constantemente ocorriam disputas territoriais com os espanhóis que planejavam adentrar a Capitania, vindos do Paraguai e Bolívia¹⁰.

Mas o contexto político europeu refletia diretamente nas suas colônias. Com a

ascensão de Napoleão ao poder, na virada do século XIX, houve um revés territorial na América Portuguesa com a assinatura do Tratado de Badajoz (1801), o qual obrigou os portugueses a aceitar um novo limite para a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa (Rio Arawani) até a foz. Com esse acordo, Portugal teve que ceder metade de território do Amapá para a criação da Guiana Francesa.

Contudo, no limiar do século XX, o Brasil ampliou suas fronteiras com a incorporação do Acre após a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903, anexado da Bolívia.

Revoluções: ameaças à Unidade Territorial

Logo na primeira década do século XIX, marcada pela chegada da família real portuguesa e a sucessiva instauração da monarquia com os reinados de Dom Pedro I e II, o Brasil já estava com suas fronteiras legalmente consolidadas, resultado dos acordos internacionais firmados no século XVIII.

Nesse momento histórico, novas ideias surgiam, visando consolidar em definitivo a posse desse imenso território, e isso passava necessariamente pela interiorização da capital. Quando D. João VI chegou ao Brasil, em 1808, o Correio Braziliense publicou um artigo defendendo a transferência da capital para uma área central do Brasil, argumentando a dificuldade de comunicação do Rio de Janeiro com outras regiões, especialmente com as regiões localizadas no extremo norte e oeste do país¹¹. Esse fato era incontestável: por exemplo, para se chegar ao Pará, naquela época, era uma verdadeira aventura incerta, cheia de imprevistos.

Por outro lado, do ponto de vista social, havia alguns elementos desagregadores que ameaçavam a unidade territorial do país que culminaram com a eclosão de inúmeras revoltas de caráter regionalista e separatista. As bandeiras de luta de muitos desses movimentos eram progressistas para a época, reivindicando a Abolição da Escravatura, criação de um estado republicano, maior autonomia para as províncias e menor interferência do Império, elaboração de uma constituição de cunho liberal inspirada na constituição estadunidense, além de outras questões localizadas. Com o retorno da família real a Portugal, em 1821, instaurou-se o regime monárquico no Brasil.

A maioria desses movimentos contava com o apoio dos setores liberais da sociedade, representado principalmente por intelectuais e populares, mas vale lembrar que a grande massa da população brasileira era formada por escravos e trabalhadores de baixa renda, e se encontravam totalmente excluídos da vida social e política do país. De norte a sul do país, eclodiram movimentos de grande relevância para a nossa história, como a Revolução do Equador, ocorrida em Pernambuco (1824), a Cabanagem no Pará (1835-1840); a Revolta dos Malês na Bahia (1835), a Sabinada na Bahia (1837-1838); a Balaiada no Maranhão (1838-1841), e a Revolução Farroupilha (1835/1845), dentre outros.

Tão logo a primeira Constituição do Brasil fora outorgada em 1824, pelo imperador D. Pedro I, houve uma forte resistência na região Nordeste, que aspirava a ideais republicanos,

¹¹ O Correio Braziliense era editado em Londres, por Hipólito José da Costa e circulou de 1808 a 1822.

principalmente em Pernambuco. Isso levou o governador Manuel de Carvalho Pais de Andrade a proclamar a Confederação do Equador (1824), que contava ainda com o apoio das províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Mas logo esse movimento foi reprimido pelas forças imperiais e seus principais líderes foram presos e mortos.

Uma década depois, eclodiu outro grande movimento separatista no Rio Grande do Sul, denominado Revolução Farroupilha. Inconformados com o descaso das autoridades em relação ao prejuízo que os estancieiros (fazendeiros) gaúchos estavam tendo com a produção de charque, um grupo liderado por Bento Gonçalves exigiu a renúncia do presidente da província do Rio Grande do Sul, venceu as tropas imperiais e proclamou a fundação da República de Piratini ou República Rio-Grandense. Essa foi uma das mais extensas rebeliões deflagradas no Brasil e durou dez anos (de 1835 a 1845), desafiando as forças imperiais.

Esse período da história do Brasil foi marcado pela ruptura da unidade territorial na América portuguesa nas regiões Nordeste e Sul, provocando cisões profundas, mas superadas ao longo do tempo. Entretanto, nos momentos finais do regime monárquico no Brasil, surgiu uma importante iniciativa vislumbrando a transferência da capital para o centro do país, quando o Imperador D. Pedro II ordenou a Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, que realizasse estudos a fim de identificar o melhor local para abrigar a capital do Império.

Assim que concluiu sua missão, ele apresentou uma consistente argumentação defendendo a interiorização da capital e expondo a necessidade de proteger o país contra invasões de outras potências. Na sua visão, a capital localizada no litoral estava vulnerável e exposta a bombardeio de outras nações que tinham uma marinha superior à do Brasil¹².

A geopolítica: interiorização da capital

Muitos argumentos se sobressaíram nos discursos de intelectuais da época que defendiam a interiorização da capital, dando ênfase à necessidade do desenvolvimento do interior do país, cuja população apresentava um alto índice de pobreza. A subalimentação de seu povo, que provocava altos índices de endemias e mortalidade infantil, também passou a ser objeto de debate. Além disso, o país possuía um imenso território, porém despovoado, necessitando de uma melhor comunicação com a capital, o Rio de Janeiro. Esses elementos, na visão do general Poli Coelho, impediam de se criar nos brasileiros nos “um profundo sentimento popular de federação”, deixando o país sujeito a insurreições que aspiravam ao ideal separatista que continuou a eclodir em pleno Brasil República.

A partir da Proclamação da República (1889), os debates sobre a interiorização da capital se intensificaram bastante, culminando com a aprovação de diversas leis em todas as constituições republicanas que antecederam à inauguração de Brasília. Naquele momento, houve praticamente um consenso entre os congressistas a favor da interiorização, o que resultou na criação do artigo 3º da Constituição de 1891, que determinava a mudança da capital para o Planalto Central.

12 VARNHAGEN, Adolfo. História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal. Tomo II. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, 1877. p. 814.

Nas demais constituições (1934, 1937 e 1946), houve praticamente um consenso dos congressistas em favor da transferência; entretanto, a prática política da época e também a de hoje nos mostram que uma coisa é aprovar leis, a outra é colocá-las em prática, garantindo assim recursos necessários para viabilizar a sua execução. Esse fato também ocorreu com a construção de Brasília, demorando 69 anos para ser concretizada, desde a aprovação do artigo 3º da Constituição de 1891, que mandava reservar uma área no Planalto Central do Brasil para abrigar a capital, até sua inauguração em 1960.

Para o General Djalma Poli Coelho, apenas a assinatura de tratados não garantiria a unidade territorial do país. Os graves problemas sociais e de renda que atingiam seu povo, provocando uma imensa desigualdade social, certamente alimentavam uma visão separatista. Então, era necessário desenvolver o interior, abrindo novas vias de comunicação, a fim de garantir uma integração mais eficiente com as cidades litorâneas, e isso só aconteceria com a transferência da sede da república.

Ele lembra que em pleno período republicano ainda surgiram grandes movimentos que balançaram as estruturas do poder estabelecido, levando o país a mergulhar em uma profunda instabilidade política. A eclosão da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893), da Coluna Prestes (1924/27) e da Revolução Constitucionalista em São Paulo (1932), além de outros movimentos localizados, como a Revolta da Vacina e da Chibata, eram uma ameaça à unidade territorial do Brasil.

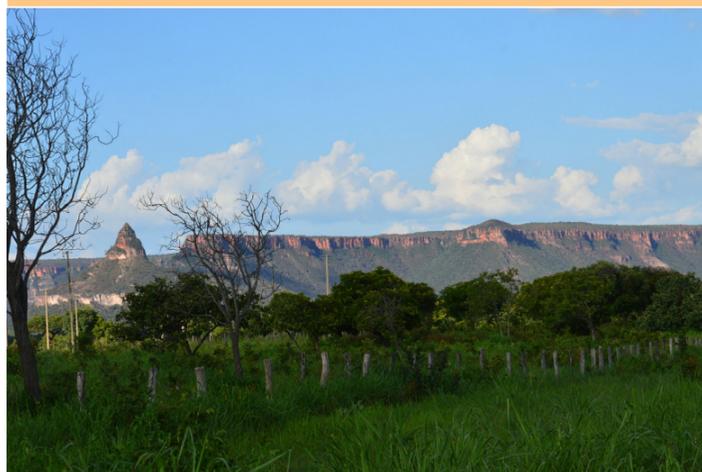
Mas uma reflexão que merece destaque, sem nenhuma dúvida, foi a argumentação do General Polli Coelho, que escreveu a monografia Espigão Mestre do Brasil e o conceito geopolítico do Planalto Central. O documento, que serviu de base para a elaboração da Resolução nº 388, de 21 de junho de 1948, que sacramentou a transferência da capital para o Planalto Central do Brasil, afirma:

No ponto de vista militar, esse espigão mestre é o caminho por onde se pode invadir o Brasil vindo do Oeste. Devemos recordar aqui que a Coluna Prestes, que foi famosa em sua época, veio do Sudoeste do Brasil perseguida por todos os lados. Quando atingiu Mato Grosso e se colocou sobre o espigão mestre e seus ramais nordestinos, passou a gozar de uma absoluta liberdade de movimentos. Foi a Goiás e dali demandou o Nordeste, penetrou na Bahia e quando não teve mais esperanças de promover a insurreição popular contra o governo, deslizou tranquilamente para a Bolívia sem sequer ser percebida pelas tropas que pretendiam cercá-la pelos setores de Leste, mas que não estavam, como estava o Capitão Prestes, montados sobre um acidente geográfico que lhe proporcionava grandes vantagens táticas e estratégicas. Devemos pensar na possibilidade, de um dia, termos de defender o coração do Brasil contra um inimigo que saiba aproveitar-se, do mesmo modo, dessas facilidades de deslocamentos e de ataques¹³.

13 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Localização da Nova Capital da República. Rio de Janeiro: IBGE, 1948. p. 18.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

O general conclui afirmando que o local em que a capital deveria ser construída é o mesmo que foi demarcado por Luiz Cruls quando elaborou o novo mapa do Distrito Federal. Diz ainda que “essa prevenção se resume em fortalecer a situação geopolítica da Nação, pelo aumento da riqueza humana e pela homogeneização política do Estado, acabando-se com as áreas “favorecidas” e as “áreas desprezadas” e ocupando principalmente a área central do território brasileiro”¹⁴.



Serra Geral de Goiás em São Domingos/GO, que faz parte do Espigão Mestre do Planalto Central, narrado pelo General Poli Coelho.

Foto: Robson Eleutério.

Após dois séculos de muitas ideias, tratados e revoluções, enfim, a conquista em definitivo do Brasil Continental, inegavelmente, se concretizou com a inauguração de Brasília em 1960. A partir daí se iniciou um novo período da nossa história, em que o país foi dotado de uma infraestrutura básica capaz de garantir uma qualidade de vida digna ao seu povo, diminuindo assim a imensa desigualdade entre a população do interior e a das grandes cidades litorâneas.

Desse modo se deu a formação física do imenso país continental, denominado Brasil, que ocupa quase metade do continente sul-americano, sendo o quinto maior do mundo em extensão territorial, com uma área de 8.514.876 km², e uma consistente unidade cultural do seu povo.

II Uma nova capital nas constituições do Brasil

Em 1535 a Coroa Portuguesa deu o primeiro passo para garantir a posse da nova terra descoberta, dividindo a colônia em 14 Capitanias localizadas no litoral, cujos limites a oeste se estendiam até a linha divisória estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas.

Para consolidar sua supremacia sobre a colônia recém-descoberta, a Metrópole criou a função de Governador-Geral, em 7 de janeiro de 1549, sendo nomeado o português Tomé de Sousa como primeiro Governador-Geral do Brasil, cuja missão era povoar a colônia tendo como base a Capitania Real da Bahia. Assim, em 29 de março de 1549, Tomé de Souza aportou no litoral baiano e fundou a cidade de Salvador que se tornou capital da colônia, acompanhado pelo padre Manuel da Costa e seis jesuítas, além de uma tripulação de aproximadamente mil homens. Permaneceu no cargo até 1553, quando foi sucedido por Duarte da Costa, donatário da Capitania de Pernambuco. Em seguida retornou a Portugal, onde ocupou importantes cargos públicos.



Mapa com as 14 Capitanias Hereditárias que deram origem aos estados brasileiros.

Fonte: mapas.ibge.gov.br

A cidade de Salvador foi capital brasileira durante 214 anos (de 1549 a 1763). Localizava-se em uma posição estratégica da Baía de Todos os Santos, na parte mais central do litoral da colônia. Sua favorável posição geográfica possibilitava às autoridades estabelecer uma comunicação mais rápida com o continente europeu (Portugal) e o continente africano, permitindo assim desenvolver um lucrativo tráfico de escravos para a América. De todos os escravos que chegaram ao continente, cerca de 40% foram trazidos para o Brasil, ao longo de três séculos,

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

para trabalhar nas lavouras da cana-de-açúcar.

Com a descoberta das ricas minas de ouro em Minas Gerais, na virada do século XVII, o eixo econômico da colônia desloca-se para a região Sudeste, onde milhares de aventureiros se fixaram em dezenas de arraiais, oriundos de todos os locais da Colônia. Para suprir a mão de obra nessas minas, foi necessário um grande número de escravos, além do gado vindo do Nordeste, por meio de rotas do São Francisco, e do Sul, através de São Paulo.

Nesse novo contexto histórico, a cidade do Rio de Janeiro se transformou no maior centro econômico do Brasil, cujos portos se localizavam próximos a Minas Gerais e enviavam grandes levas de ouro a Portugal. Dessa forma, durante o governo do Marquês de Pombal, em 1763 ela se tornou capital, pois era necessário combater o descaminho do ouro e diamantes em um momento em que acontecia uma significativa redução do recolhimento de impostos por parte da Fazenda Real. Interligando a capital com as cidades mineradoras, surgiu um caminho oficial por onde todos deveriam passar, obrigatoriamente, dando origem à Estrada Real.

Mas a ideia da transferência para o interior remonta ao período colonial do Brasil, quando a história registra que, naquela época, alguns personagens já defendiam a transferência da sede de governo, argumentando a necessidade de proteger o país de ataques de potências europeias, bem como impulsionar o desenvolvimento do interior. O Alferes José Joaquim da Silva Xavier (O Tiradentes), o jornalista Hipólito José da Costa e o patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva, dentre outros, eram defensores dessa ideia.

Nos autos de devassa¹⁵ da Inconfidência Mineira foram encontradas várias referências da transferência da capital para São João Del Rei, cujo discurso era considerado subversivo à ordem estabelecida, pois implicava na mudança da relação de poder.

O fundador do Correio Braziliense¹⁶, Hipólito José da Costa, em artigo publicado em 1813, defendeu a interiorização da capital e citou inúmeros argumentos, afirmando que o Rio de Janeiro não era o local ideal. Propôs a construção de uma nova cidade e sugeriu a região central do Planalto, nas cabeceiras dos grandes rios, como local ideal para abrigá-la:

[...] se iriam estabelecer em um país do interior, central e imediato às cabeceiras dos grandes rios, edificariam ali urna cidade nova, começariam por abrir estradas, que se dirigissem a todos os portos do mar, removeriam os obstáculos naturais que têm os diferentes rios navegáveis e lançariam assim os fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império, que é

15 Processo inquisitório contra Tiradentes e outros membros da Inconfidência Mineira para apurar crimes de traição, tendo encontrado referências a favor da mudança da capital.

16 O Correio Braziliense foi fundado em Londres, Inglaterra, tendo circulado de 1808 a 1822.

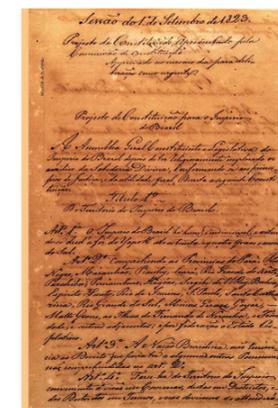
Capítulo II - Uma nova capital nas constituições do Brasil

possível que exista na superfície do globo no estado atual das nações que o povoam. Este ponto central se acha nas cabeceiras do famoso Rio São Francisco. Em suas vizinhanças estão as vertentes de caudalosos rios, que se dirigem ao norte e ao sul, ao nordeste e ao sudeste, vastas campinas para criação de gados, pedra em abundância para toda sorte de edifícios, madeiras de construção para todo o necessário, minas riquíssimas de toda qualidade de metais, uma situação que se pode comparar com a descrição do que temos do Paraíso Terreal¹⁷.

Nesse momento da história, a Família Real já havia chegado, desde 1808, e elevado o Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, permanecendo nessa condição até 1821, quando houve a Independência (1822) e se instaurou o período imperial, dando início ao governo de D. Pedro I e II. Era uma época de grandes mudanças internas, pois afinal aconteciam no país os primeiros debates na Assembleia Constituinte com vistas à elaboração da primeira Carta Magna.

Algumas manifestações em defesa da interiorização da capital surgiam de várias localidades. Horácio Mendes revela no artigo “Brasília e seus antecedentes” que “um desses deputados às Côrtes de Lisboa publicou, em 1822, um “Aditamento ao Projeto de Constituição para ser aplicado ao Reino do Brasil”, cujo artigo 1.º tinha a seguinte redação: “No centro do Brasil, entre as nascentes dos rios confluentes do Paraguai e Amazonas, fundar-se-á a Capital deste reino, com a denominação de Brasília, ou qualquer outra”¹⁸.

Entretanto, o personagem que se destacou a favor da transferência da sede do governo foi José Bonifácio de Andrada e Silva, durante uma sessão da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, realizada em 9 de junho de 1823, quando apresentou “Memórias sobre a necessidade e meios de edificar no interior do Brasil uma nova Capital”¹⁹.



Na medida em que o país ia se desenvolvendo, outros nomes de peso da cultura e política brasileira apoiavam cada vez mais as ideias mudancistas. Um desses nomes foi o respeitado historiador Adolfo de Varnhagen, que em 1834 apresentou argumentações extremamente consistentes propondo a construção da sede do governo imperial no centro do país. Em 1877 ele se dirigiu a Formosa da Imperatriz (Formosa, Goiás) e realizou uma pesquisa bastante consistente que serviu de base para a Comissão Exploradora do Planalto Central.

Livro publicado por Adolpho de Varnhagen em Viena, Áustria.

17 MENDES, Horácio. Brasília e seus antecedentes. Revista Brasília, NOVACAP, n. esp., 21 abr. 1960. p. 32. Disponível em: <<http://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/NOV-D-4-2-Z-0001-40d-menor.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

18 Ibid., p. 32.

19 Ibid., p. 33.

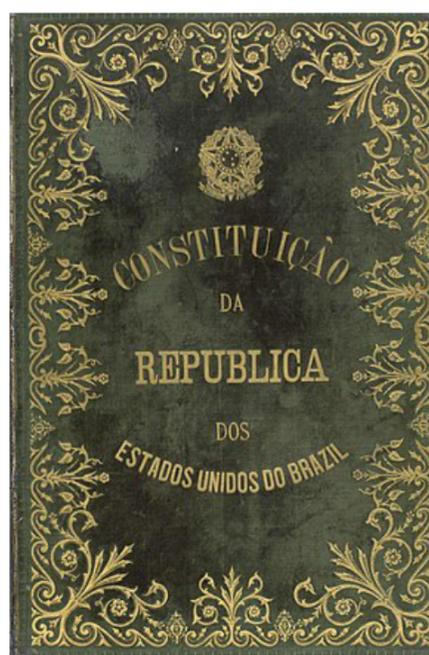
O Brasil República

Com a queda da Monarquia, a Câmara dos Deputados e o Senado foram dissolvidos. Foi instalado um Governo Provisório, presidido pelo marechal Manoel Deodoro da Fonseca, com três funções básicas: consolidar o novo regime; institucionalizá-lo com aprovação de uma Constituição republicana; e executar as reformas administrativas do Estado que se faziam necessárias. Outras questões significativas implementadas de imediato foi a laicização do Estado, com a instituição do casamento civil e a secularização dos cemitérios.

De imediato foram convocadas eleições para o Congresso Constituinte com a função de preparar a primeira Constituição republicana do Brasil. No final dos trabalhos, o projeto da Constituição foi entregue ao ministro Rui Barbosa para ajustar sua estrutura e melhorar a redação. A nova carta foi promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte em 24 de fevereiro de 1891, dando origem à primeira constituição republicana dos Estados Unidos do Brasil, inspirada no modelo americano: uma Constituição de espírito liberal, fortemente presidencialista, federal e democrática.

Primeira constituição republicana do Brasil, promulgada em 1891.

Fonte: Biblioteca do Senado Federal



Com o advento da República, a iniciativa de interiorização da capital ganhou força e começou a ser colocada em prática a partir da aprovação do artigo 3º da primeira constituição republicana, promulgada em 1891 com a seguinte redação: “Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal”.

Nos discursos proferidos pela maioria dos deputados constituintes que defendiam a transferência da capital, apareciam argumentações com conteúdos diversos; entretanto, um ponto recorrente era que a cidade do Rio de Janeiro não tinha condições de abrigar a capital. Por ser muito agitada, facilitava a pressão das massas manipuladas por alguns agitadores, onde prosperava a corrupção, elementos nocivos à moral, dentre outros. Um árduo defensor da mudança foi o deputado constituinte Pedro Américo²⁰, eleito deputado pela Paraíba. Diz em trecho do seu discurso:

²⁰ Pedro Américo era um intelectual atuante em várias áreas. Era romancista, poeta, teórico de artes, filósofo, cientista, porém, ficou conhecido na história como pintor do célebre quadro da Independência do Brasil.

É absolutamente necessário suprimir-se quanto antes a maléfica influência desta terrível cidade, tão saturada de elementos nocivos à vida moral da Nação, que se acostumou a contínua absorção, à endosse intelectual que se expande à antiga Capital do Império. Esses elementos influem, igualmente, sobre o governo da União por pressões constantes dos interesses puramente individuais e sobre todo o país pela expressão incessante da corrupção em todos os sentidos²¹.

Outro argumento bastante utilizado para sua interiorização era a necessidade de proteção, uma vez que, localizada no litoral, estava exposta a ataques de outros países (Inglaterra, França, Espanha e Holanda). No entanto, esse discurso não foi o preponderante. O que prevaleceu foi o mais progressista, que defendia a integração do território nacional e a descentralização política com a instituição dos três poderes.

Na primeira constituição republicana, de 1891, foram travados inúmeros debates na mídia, entre constituintes, no meio do povo e levando esperanças de dias melhores para a população do sertão do Planalto Central, principalmente a partir da criação da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil (Missão Cruls), em 1892.

Logo na primeira Assembleia Constituinte, deputados dos quatro cantos do Brasil já defendiam a transferência da capital, tendo como base de argumentação a pesquisa realizada por Varnhagen, intitulada de Memorial Orgânico. Durante os debates ocorridos na Constituinte, inúmeros deputados fizeram duras críticas à permanência da capital na cidade do Rio de Janeiro.

A partir da décima sessão, começou a se discutir a mudança da capital da União, mas foi na décima terceira que se discutiu a “cessão de 400 léguas quadradas de território à União no planalto central da República, para a futura Capital Federal (emenda do deputado Lauro Muller e outros)²². O ofício encaminhado pelo Visconde de Porto Seguro ao ministro Thomaz José Coelho de Almeida foi lido e serviu de base para os constituintes que eram a favor da transferência da capital.

Debates acalorados foram travados na Assembleia Constituinte em torno da questão. Neles os constituintes indicavam diversos fatores em defesa da mudança da capital. Em trecho de seu discurso, o senador baiano Virgílio Damásio afirma:

²¹ Anaes da Câmara Federal, v. II, p. 549.

²² Anaes da Câmara Federal, v. I, p. 177-178.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

*Uma cidade populosa, onde avulta a lia social, constituída por massas nas quais, infelizmente, não penetrou a instrução nem a mínima educação cívica; onde se encontram muitos, falemos a verdade, que, inteiramente fora da comunhão do povo laborioso e honesto, vivem entre a ociosidade e os manejos ou expedientes poucos confessáveis; esta grande massa de homens é uma arma, uma alavanca poderosíssima em mãos de agitadores...*²³

Comissão dos 21 constituintes

Logo que a República fora proclamada, uma das primeiras medidas foi montar uma Assembleia Constituinte para elaboração da nova Carta Constitucional, a segunda da nossa história, pois a primeira data de 1824, dois anos após a Independência (1822). Dentre esses deputados constituintes foi criado um grupo de 21 membros, formado por um representante de cada Estado da Federação, com a missão de apreciar o Projeto oferecido pelo Governo Provisório, para posterior deliberação do plenário.

Foram realizadas 21 sessões, que debateram os temas essenciais para o funcionamento da República que acabara de se instalar, como regulamentação do Governo Provisório, Liberdade de Imprensa, Organização dos Estados, Exercício dos Cultos Religiosos, a Elegibilidade do Presidente e Vice por Sufrágio Direto, dentre outras questões significativas. A transferência da sede do governo republicano para o Planalto Central também foi objeto de debates desses constituintes.

A participação do povo nas decisões dos primeiros momentos da república não aconteceu, uma vez que os debates ficaram restritos a um pequeno grupo da elite política da época. As eleições passaram a ser realizadas por meio do sufrágio direto universal, no qual os cidadãos do sexo masculino passaram a ter direito ao voto sem a necessidade de comprovar renda, como ocorrera durante o Império. Entretanto, não podiam votar: analfabetos, menores de 21 anos, mulheres, monges regulares, praças das Forças Armadas e mendigos.

No ano seguinte, após a promulgação da constituição em 1892, durante o governo do Marechal Floriano Peixoto, foi colocada em prática a primeira ação em cumprimento ao artigo 3º, com a criação da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, encarregada de delimitar uma área no centro do país para instalação da futura capital. Para coordenar essa equipe, foi nomeado o astrônomo belga Louis Ferdinand Cruls.

Após a conclusão dos trabalhos, realizados por duas Comissões (1892), Cruls e sua equipe apresentaram um minucioso relatório que demarcava um quadrilátero de 14.400 km² para abrigar o novo Distrito Federal. Todavia, com a posse do presidente Prudente de Moraes em 15 de novembro de 1894, as iniciativas em favor da interiorização da capital declinaram.

Por quase duas décadas, essa questão ficou paralisada, sendo retomada no governo de Epitácio Pessoa, com a assinatura e publicação do Decreto Legislativo nº 4.494, datado de 18 de

Capítulo II - Uma nova capital nas constituições do Brasil

janeiro de 1922, que mandava edificar a Pedra Fundamental no Quadrilátero Cruls.



Pedra Fundamental em Planaltina/DF. Foto: autor desconhecido.

O projeto que deu origem a esse decreto é de autoria dos deputados Americano do Brasil (Goiás) e Rodrigues Machado (Maranhão), tendo sido aprovado por unanimidade pelos deputados, com o seguinte teor:

Art. 1º - A Capital da República será oportunamente estabelecida no Planalto Central, na zona de 14.400 quilômetros quadrados, que, por força do art. 3º da Constituição Federal, pertence à União, para esse fim especial, já estando devidamente medidos e demarcados.

Art. 2º - O Poder Executivo tomará as necessárias providências para que, no dia 7 de setembro de 1922, seja colocada, no ponto mais apropriado da zona a que se refere artigo anterior, a Pedra Fundamental da futura cidade, que será a capital da União.

A partir daí, esse tema esteve presente na Constituição de 1934 de uma forma mais tênue, e retomado na Constituição de 1946 com mais intensidade.

A segunda Constituição republicana, promulgada em 1934, também abordava a mudança da capital, mas de uma forma menos intensa. Afinal, no governo de Getúlio Vargas, a transferência da capital não era algo prioritário. A prioridade passou a ser o desenvolvimento industrial, criando as condições necessárias para que a burguesia industrial ocupasse um maior espaço no poder político, em detrimento das oligarquias rurais. Outra questão relevante para Vargas era se legitimar no poder, uma vez que não foi eleito pelo voto direto, passando por grande desgaste quando eclodiu a Revolução Constitucionalista (1932) e a Intentona Comunista (1935).

O artigo 4º, que tratou desse tema, aparece nas disposições transitórias, não fazendo

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

referência ao Relatório da Missão Cruls e tampouco à Pedra Fundamental edificada para identificar o local da nova capital, abrindo possibilidade para se construir a sede do governo em outro local. Assim ficou sua redação:

Será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil. O Presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma comissão que, sob instruções do Governo, procederá a estudos de várias localidades adequadas à instalação da Capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará, sem perda de tempo, as providências necessárias à mudança. Efetuada esta, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado²⁴.

No final das contas, nenhuma ação significativa foi implementada pelo governo Vargas a fim de transferir a capital. Porém, outras iniciativas foram tomadas com a criação do projeto Marcha para o Oeste²⁵, no governo de Getúlio Vargas, que tinha por objetivo incentivar a ocupação de imensas áreas na região Centro Oeste do Brasil e torná-las centro produtor de matéria prima para abastecer os grandes centros urbanos. Contudo, a inauguração de Goiânia em 1933 foi um passo extremamente significativo para o desenvolvimento do interior do Brasil.

Com o fim da Era Vargas, em 1945, a proposta de mudança da Capital Federal foi retomada pelo Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), que criou a Comissão para Localização da Nova Capital da República, sob o comando do General Djalma Poli Coelho.

O artigo 4º da Constituição Federal de 1946 (Ato das Disposições Transitórias), autorizou o governo a fazer as despesas necessárias, com a criação de uma Comissão de Técnicos, destinada a explorar e demarcar a área na região Central do Brasil, para a construção da capital. Essa Comissão, também, ficava encarregada de fornecer as informações que os congressistas julgassem necessárias, a fim de deliberar sobre o tema:

Art. 4º - A Capital da União será transferida para o planalto central do País.

§ 1º - Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma Comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova Capital.

§ 2º - O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em

²⁴ Disponível no Portal da Câmara dos Deputados, em <http://www2.camara.leg.br/>.

²⁵ A Marcha para o Oeste tinha o objetivo de deslocar a população para regiões do país ainda não ocupadas sob o modelo da pequena propriedade, com a criação de colônias agrícolas em Goiás, Mato Grosso e no oeste do Paraná.

Capítulo II - Uma nova capital nas constituições do Brasil

lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União.

§ 3º - Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da Capital.

§ 4º - Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara.

Em 1948 foi publicado o relatório da Comissão de Localização da Nova Capital que, praticamente, confirmou os resultados da Comissão Exploradora do Planalto Central, concluindo que a região demarcada pelo quadrilátero Cruls era o local ideal para a construção da capital.

A decisão final sobre a área do novo Distrito Federal só veio durante o governo Café Filho, em 1955, quando foi concluído o Relatório Belcher. O documento sugeria o Sítio Castanho, na Fazenda Bananal, como o local ideal para a construção da capital. De imediato foi delimitado um quadrilátero de 5.850 km², destinado ao Distrito Federal, localizado entre dois rios que vertem para as bacias do São Francisco e Platina: o Rio Preto (paralelo 15º30'S) na divisa leste e o Rio Descoberto (16º03'S) no Oeste. Conforme a narrativa de Laerte Alarcão, morador de Planaltina:

[...] em 04/02/1955 pousa em Planaltina um avião com o marechal José Pessoa, o marechal Clovis Travassos e o Dr. Ernesto Silva para verificar "in loco" os cinco sítios indicados no relatório Belcher e decidir a localização da nova capital. Circularam em um Chevrolet cedido por Iron Chaves e dirigido por Laerte. A certa altura pararam em um pequeno outeiro, perto de onde posteriormente se fincou o cruzeiro da primeira missa. Laerte descreveu o evento: binóculos aos olhos, perscrutam o horizonte quase equidistante. Expectativa, o marechal arria o binóculo, imperturbável, fita seus pares e sentencia: "Está decidido, será este o sítio". Era o Sítio Castanho. O relógio marcava 13:15h²⁶.

A Era dos Grandes Monumentos

A virada do século XIX para o XX também foi a época da inauguração de grandes monumentos nas principais cidades do mundo ocidental. Surgiram torres e esculturas colossais inauguradas na Europa e América em datas comemorativas importantes.

Nos Estados Unidos foi inaugurado o Monumento a Washington, em 9 de outubro de 1888, intitulado de "O Pai da Pátria" em reconhecimento à sua atuação na causa da independên-

²⁶ ALARCÃO, Laerte. Foi bom e tenho saudade: biografia romanceada. Brasília, 2009. p. 69.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

cia americana. Naquela época, esse monumento se tornou a mais alta estrutura construída pelo homem, atingindo 169,7 m de altura.

No ano seguinte, em 28 de outubro de 1886, foi construída a Estátua da Liberdade, em comemoração à assinatura da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, ocorrida no ano de 1776, quando se separou da Inglaterra. A estátua representa Libertas, a Deusa Romana da Liberdade, que segura uma tocha e uma tabula ansata (tábua de leis) com a data da Declaração de Independência dos EUA (04/07/1776).

Na França também se comemorou o centenário da Revolução Francesa em alto estilo, com a inauguração da Torre Eiffel em 31 de março de 1889, suplantando o Memorial a Washington em altura. Frequentado por milhões de pessoas, anualmente, é o monumento pago mais visitado do mundo.

O contexto histórico da época nos remete às inovações tecnológicas da Segunda Revolução Industrial, provocando grandes rupturas no campo econômico e social. O Continente Europeu e a América do Norte foram precursores na utilização dessas novas invenções. Assim o historiador inglês Geoffrey Blaine descreveu esse período:

Surgiram nos Estados Unidos, após 1850, a central de energia elétrica, as redes de transmissão de eletricidade, o gramafone, o telefone, o filme de celuloide e a câmera de baixo custo, o arranha-céu com estrutura de aço, o elevador, as técnicas de extração e refino do petróleo, a avião e o incrível metal leve chamado alumínio. Da Europa continental vieram, no mesmo período, a transmissão por ondas de rádio, o raio X, explosivos capazes de destruir rochas, o motor de combustão interna, vários tipos de rifles e metralhadoras, além de uma série de melhorias em máquinas, dispositivos e fórmulas que já existiam²⁷.

No Brasil, essa onda de modernidade também influenciou nossos políticos, embora conservadores na sua grande maioria. O ideário da constituição estadunidense, somado a modernas leis vigentes na Europa, se propagou para o mundo ocidental. Influenciou bastante os constituintes brasileiros no decorrer dos debates, que culminaram com a elaboração da primeira Constituição republicana, quando o país passou a se chamar Estados Unidos do Brasil.

No campo político, o maior acontecimento do país foi o advento da República, levando

27 BLAINEY, Geoffrey. História do século XX. São Paulo: Fundamento Educacional, 2008. p. 35.

Capítulo II - Uma nova capital nas constituições do Brasil

D. Pedro II e a Família Real a buscarem exílio na Europa. No campo social e econômico, também houve expressivas mudanças, porém visíveis apenas nas grandes cidades litorâneas quando o país vivenciou um surto industrial com o surgimento do trabalho assalariado, o abolicionismo e a modernização da economia.



No sertão brasileiro, contudo, o mundo era outro. Quase nenhuma dessas invenções havia chegado às isoladas cidades do interior, cujo acesso se dava “pelas estradas salineiras ou reais, sulcadas pelas rodas ferradas dos carros de boi, apisoadas pelas patas ferradas ou não, dos cavalos jegues e burros”²⁸.

Rota do Carro de Boi em Planaltina/DF. Foto: Robson Eleutério

E quando essas mudanças chegaram ao sertão, foi de forma bastante lenta, demorando algumas décadas para beneficiar o povo. De acordo com Sílvio Fleury Curado, o automóvel importado começou a chegar a Goiás a partir de 1916, quando se iniciou a construção das primeiras estradas de rodagem no estado²⁹.

Seguindo essa mesma ideia de construir monumentos em datas históricas, como ocorreu nos EUA e França, o Brasil também inaugurou seu monumento colossal, em 1922, no ano do centenário da Independência. Foi o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, traduzindo-se em um gesto de amizade com a França. Nesse mesmo ano ergueu-se também a Pedra Fundamental da construção da nova capital, sobre uma colina próxima a Planaltina, localizada dentro do quadrilátero Cruls. Isso ocorreu em 1922, durante o governo de Epitácio Pessoa, também dentro da programação do centenário da Independência.

Ambos os monumentos, totalmente distintos em sua forma e beleza, foram inaugurados dentro das comemorações da Independência do Brasil. O Cristo Redentor é um dos monumentos mais imponentes do mundo, em uma paisagem exuberante. Já a Pedra Fundamental é um simples obelisco fincado sobre uma colina no recôndito cerrado do Planalto Central, mas que trazia um enorme significado para o povo brasileiro, de desenvolvimento do país com a interiorização da capital, buscando oferecer uma melhor condição de vida aos seus habitantes.

Todavia, com a inauguração de Brasília, no dia 21 de abril de 1960, surgiu uma cidade

28 CURADO, Sílvio do Rosário Fleury. O automóvel em Goiás. Anápolis: UNIGRAF, 2008. p. 15.

29 Ibid., p. 22.

planejada com um projeto ousado, moderno e único no planeta. O traço do arquiteto projetou um conjunto de monumentos que se destaca entre os mais belos do mundo, em pleno cerrado do Planalto Central.

Em 1987, ela foi contemplada com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação). José Carlos Coutinho, professor emérito da UnB e cidadão honorário de Brasília, declarou ao Correio Braziliense:

Que não deixa de se emocionar diante da presença da natureza como moldura dessa arquitetura. É maravilhoso ver o objeto arquitetônico situado na imensidão da paisagem, poder transitar embaixo de árvores, com pássaros cantando em área urbana. Nenhuma cidade do mundo tem isso³⁰.

30 ADORNO, Marina. Cinco décadas de admiração nada secreta por Brasília. Brasília Patrimônio Vivo – A Arquitetura: invenção e reinvenção de uma cidade planejada. Matéria publicada no Correio Braziliense. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-patrimonio-vivo-arquitetura>>.

III As nascentes na história

A convergência de caminhos em direção às nascentes do Planalto Central transformou o local em um importante referencial geográfico, desde o período colonial da nossa história, quando por aqui vagavam inúmeros sertanistas no comando das expedições exploradoras, conhecidas como Entradas e Bandeiras. Esses sertanistas, a princípio, tinham como finalidade o apresamento de índios para o trabalho escravo; mas com a descoberta de pedras preciosas nas Minas Gerais, na virada do século XVII, passaram a priorizar a busca de riquezas minerais, principalmente o ouro e a esmeralda. Duas décadas depois, descobriram ouro no Oeste da colônia portuguesa, primeiro em Cuiabá (1718), e em seguida nas margens do rio Vermelho (1725), afluente do rio Araguaia, que corta a Cidade de Goiás, antiga capital do estado.

Berço das principais bacias do Brasil, as lagoas do Planalto Central, desde os primeiros momentos da nossa colonização aparecem em fontes documentais primárias, fundamentais para o estudo da nossa história. Mapas produzidos pela cartografia portuguesa da época, crônicas dos viajantes europeus, relatos de viagens de autoridades no período colonial, atas das câmaras de vereadores, são alguns desses documentos.

Mas essa ocupação em direção às nascentes, segundo o historiador Paulo Bertran, remonta aos primeiros momentos da ocupação humana no Planalto Central. Para ele,

a região do Distrito Federal preenche alguns requisitos para ser considerada como área interessante sob o ponto de vista de povoamento pré-histórico. O triplo divisor de bacias hidrográficas deveria ser, no passado remoto – bem como seria no século XVIII –, um caminho inevitável para as migrações³¹.

De fato, se observamos um mapa da arqueologia do Distrito Federal e RIDE, podemos constatar inúmeros sítios arqueológicos descobertos a partir de 1970, ao longo dos cursos dos principais rios da região. Essas pesquisas foram realizadas pelo IPHAN-DF (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IGPA (Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás) e Universidade Federal de Goiás, dentre outros.

Ainda na segunda década do século XVII, de 1613 a 1615, o bandeirante André Fernandes organizou uma expedição com 30 membros para explorar terras no sertão de Paraupava, antigo nome do rio Araguaia, situado no norte de Goiás. Essa Bandeira teve uma importância significativa

31 BERTAN, Paulo. História da Terra e do Homem no Planalto Central - Eco-história do Distrito Federal - do indígena ao colonizador. Brasília: Editora da UnB, 2011. p. 9.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

para a história da região, devido à riqueza de informações geográficas que deixou, oferecendo elementos para a cartografia portuguesa mostrar com detalhes as nascentes do Planalto Central vertendo para as bacias do Tocantins e São Francisco³². Essas informações serviram de base para os cartógrafos portugueses produzirem mapas mais consistentes, identificando “origens diferentes para os grandes rios que nascem ou vertem afluentes desde o grande divisor de bacias de águas do Distrito Federal”.

No decorrer do século XVIII, Urbano do Couto Menezes, um lendário personagem da história da região do Distrito Federal, enviou uma carta à rainha de Portugal, D. Maria I, a Louca, informando sobre uma mina de ouro que acabara de descobrir, possivelmente nas proximidades das Águas Emendadas. Ele também cita as lagoas do Planalto como referência no seu roteiro.

Falava Paulo Bertran que Urbano deveria ser reconhecido como um dos personagens mais importantes para a história do Distrito Federal, em reconhecimento ao extraordinário serviço que realizou no Quadrilátero Cruls e arredores. Reconheceu, de forma detalhada, a área onde foi construída a futura capital, cento e cinquenta anos antes da Missão Cruls; dando nome a rios, morros, lagoas e dezenas de pontos geográficos. Assim o personagem contribuiu de forma significativa para a toponímia do DF. Em 1722, Urbano trilhou essa região como um dos membros da Bandeira do Anhanguera, no auge da mineração em Minas e Goiás. Em 1736, foi contratado pelo governo colonial para abrir a Picada de Goiás, estrada que ligava as duas Capitâneas. Na década de 1740, foi o protagonista da lendária história da mina de ouro perdida no coração do Planalto Central, que ainda hoje, alimenta o imaginário de antigos moradores. Alguns já escavaram as fazendas próximas a antiga propriedade de Urbano, consultando mapas, na esperança de achar o tesouro.

Um dos primeiros pesquisadores a interpretar o roteiro do Urbano foi Henrique Silva, profundo conhecedor da região, resultado do seu trabalho na Missão Cruls. Segundo ele, as lagoas citadas no roteiro são: a Lagoa Bonita, que fica dentro da Estação Ecológica de Águas Emendadas; a segunda é a Lagoa Bonsucesso, localizada às margens do Rio Maranhão, em uma área totalmente degradada; e a terceira, ao que tudo indica, é a Lagoa Formosa (ambas no município de Planaltina, Goiás). Já a Lagoa Feia, em Formosa, não aparece no roteiro, e o Poço Fundo se localiza nas imediações da cidade de Planaltina, Goiás. A matéria de Henrique Silva publicada na revista A Informação

O Roteiro do Urbano publicado na revista Informação Goyana. Essa revista era editada no Rio de Janeiro e colocava-se a serviço da divulgação das possibilidades da região do Brasil Central.

32 FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Dicionário dos bandeirantes e sertanistas. São Paulo: EdUSP; Itatiaia, 1989. p. 156.

Capítulo III - As nascentes na história

Goyana³³ descreve:

Localizadas em um ponto de passagem de fácil acesso às principais regiões do Brasil, as nascentes do Planalto Central também se tornaram referência para todos aqueles que se deslocavam pela principal rota de comunicação que ligava Salvador, capital do Brasil Colônia, as minas de ouro de Goiás e Mato Grosso. Essa rota era denominada Picada da Bahia e ao longo de seu trajeto foi instalado o importante Registro da Lagoa Feia no Arraial de Couros, hoje Formosa/GO.

Os viajantes europeus também contribuíram para a nossa história produzindo pesquisas relevantes, como o francês Auguste de Saint-Hilaire, o tcheco Johan Emanuel Pohl, entre tantos outros que aqui estiveram em razão de um acordo entre a realeza desses países e a Coroa Portuguesa. Em “Viagem pelo Brasil”, o botânico Martius e o zoólogo Spix narraram uma passagem pela região no ano de 1818 dando ênfase às nascentes do divisor de bacias: “O divisor de águas entre o Rio Paranã e a cabeceira principal do Rio Tocantins, chamado Rio Maranhão, cuja nascente na Lagoa Formosa, igualmente em uma chapada, a sudoeste daquela do Rio Paranã, é citada perto da Fazenda do Mestre de Armas, seria formado por montanha de altura igual à Serra do Paranã, e também composta de grés”³⁴.

Também merece destaque o divisor de bacias que nasce na Serra dos Pirineus, dando origem ao Rio das Almas, afluente do Tocantins e o Rio Corumbá, um importante formador da bacia Platina. Auguste de Saint Hilaire, em 1819, quando passou pelo Arraial de Meia Ponte, destaca a abundância das águas na região: Do Morro do Tição eu tinha avistado os dois cumes dos Montes Pirineus, que formam a parte mais elevada da Serra do Corumbá e do Tocantins e onde nascem vários rios importantes, entre outros o Corumbá e os primeiros afluentes do Tocantins (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 31)³⁵.

No final do império de D. Pedro II, outro importante personagem da nossa história, Adolfo de Varnhagen, realizou a primeira pesquisa científica que indicou a região das lagoas do Planalto Central como o local ideal para a construção da nova capital. Em 1877, Varnhagen escolheu a cidade de Formosa para realizar seus estudos, cujas análises enfatizam as nascentes que vertem para as principais bacias do Brasil. Sua pesquisa foi utilizada pela equipe de Cruls e deu origem ao relatório que demarcou o Distrito Federal. Mas, em 1834, o Visconde de Porto Seguro declarou:

E isto quando a própria Providência concedeu ao Brasil uma paragem mais central, “mais segura”, mais sã e própria a ligar entre si os três grandes valles do Amazonas, do Prata e São Francisco, nos elevados chapadões, de ares puros, de “águas boas”, e até de abundantes mármore, vizinho ao triângulo formado pelas três lagoas: Formosa, Feia e Mestre d’Armas, das quais manam águas para o Amazonas, para o São Francisco e para o Prata³⁶.

33 SILVA, Henrique. A Informação Goyana – Revista mensal ilustrada e informativa das possibilidades econômicas do Brasil Central. Rio de Janeiro, mar. 1926, v. IX.

34 SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich von. Viagem pelo Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p.108.

35 SAINT-HILAIRE, August de. Viagem a Província de Goiás. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 31.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

A região citada acima se localiza entre a Lagoa Feia, Formosa e Mestre d'Armas. A decisão final sobre a área do novo DF só veio durante o governo Café Filho, em 1955, quando foi concluído o Relatório Belcher. O documento sugeria o Sítio Castanho, na Fazenda Bananal, como o local ideal para a construção da capital, cujas terras estavam situadas no município de Planaltina. De imediato foi delimitado um quadrilátero de 5.850 km², destinado ao novo Distrito Federal, porém reduzido em quase um terço em relação à área definida pela constituição de 1891, que era de 14.400 km². Os limites a leste e oeste do quadrilátero ficaram localizados entre dois rios que vertem para as bacias do São Francisco e Platina: o Rio Preto (paralelo 15°30'S) na divisa leste e o Rio Descoberto (16°03'S) no Oeste.

Atualmente, o Chapadão do Visconde abrange os Núcleos Rurais Sítio Novo, Morumbi, Monjolo e a área da Reserva de Águas Emendadas, na Região Administrativa de Planaltina; além de outra área no município de Formosa nas proximidades das Cachoeiras do Indaiá e Rio Bandeirinha. A estrada que liga Brasília a Alto Paraíso corta esse chapadão, denominado de Chapadão de Porto Seguro pelos membros da Missão Cruls, obviamente, em homenagem a Adolpho de Varnhagen pela valiosa pesquisa que realizara na região. Deixando a BR 20, após Planaltina, e seguindo rumo a Alto Paraíso, atravessa-se esse chapadão, localizado sobre a Serra Geral do Paraná, avistando a Lagoa Formosa à esquerda da rodovia.

Assim que a Comissão Exploradora do Planalto Central foi nomeada, Luís Cruls, de imediato, se preocupou em interpretar o artigo 3º para identificar onde era o verdadeiro Planalto Central, sob pena de desvirtuar o pensamento da comissão do 21, encarregada de fazer o anteprojeto da constituição. Conforme a interpretação de Cruls,

Deste planalto, porém, a única parte à qual cabe a denominação de central é aquela que se acha nas proximidades dos Pirineus, no Estado de Goiás, não somente por ser, na realidade, a mais próxima do centro do Brasil, como também, por se acharem aí as cabeceiras de alguns dos mais caudalosos rios do sistema hidrográfico brasileiro, isto é, o Tocantins, o São Francisco e o Paraná³⁷.

No Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central, Cruls foi enfático ao reconhecer a região das nascentes como o local ideal para a construção da capital:

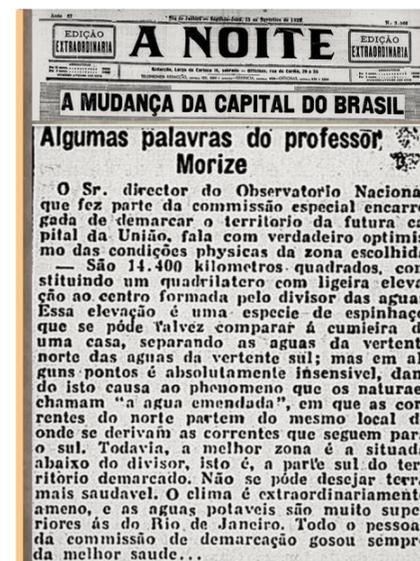
Convém notar que os autores que têm se ocupado com este projeto são unânimes em considerar a zona onde tem os mananciais dos rios Araguaia, Tocantins, São Francisco, Paraná, isto é, sobre o Planalto Central, cerca de 15° de latitude austral, como sendo a mais vantajosa, sob todos os pontos de vista³⁸.

Henrique Morize, também membro da Missão, expressou sua opinião publicada no jornal A Noite, em 11 de setembro de 1922, por ocasião da edificação da Pedra Fundamental:

37 CRULS, Luís. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central. Brasília: Olímpio, 1958. p. 59.
38 Ibid., p. 331.

Capítulo III - As nascentes na história

Essa elevação é uma espécie de um espinhaço que se pode comparar à cumeeira de uma casa, separando as águas da vertente norte, da vertente sul; mas em alguns pontos é absolutamente insensível dando isto causa ao fenômeno que os naturais chamam "a água emendada" (...)³⁹.



O engenheiro Ernesto Balduino, nomeado para edificar a Pedra Fundamental, considerou a questão hidrográfica como fator determinante, escolhendo uma colina sobre o Morro do Catingueiro, em Planaltina, na bacia do alto São Bartolomeu. Em 4 de setembro, Balduino foi a campo, visitando algumas localidades da região, a fim de escolher o melhor local para edificar o obelisco. Visitou o Parque Nacional, um local que serviu de acampamento para a Missão Cruls, seguindo logo depois para outro ponto nas margens do rio Paranoá e, por último, esteve em Mestre d'Armas, onde decidiu erguer o obelisco sobre uma colina localizada a 7 km da cidade, entre os vales dos rios São Bartolomeu e Sobradinho.

Matéria publicada no Jornal "A Noite", do Rio de Janeiro, em 13 de fevereiro de 1922. Esse jornal foi editado diariamente entre 1911 e 1957, fundado pelo jornalista Irineu Marinho.

O general Djalma Poli Coelho retomou o debate sobre o conceito de Planalto Central feito por Cruls:

Entendem alguns que esse conceito é vago, tanto assim que, no ponto de vista geológico, o planalto central seria toda aquela imensa área de onde descem numerosos rios formadores das bacias amazônicas (complexo Araguaia-Tocantins), platina e são-franciscana, além de outras bacias menores do nosso Nordeste⁴⁰.

Após dois anos de pesquisa, os estudos dessa Comissão ratificaram as informações de Varnhagen e do Relatório Cruls, e confirmaram a região que abriga as nascentes que vertem para as principais bacias do país como o local como ideal para a construção da nova capital.

Águas Emendadas

Localizadas no perímetro urbano de Planaltina-DF, tendo como limite um condomínio residencial, a Estação Ecológica de Águas Emendadas é uma unidade de conservação que possui uma área de 10.547 hectares. A área protegida foi criada em 1968 (Decreto nº 171) como Reserva

39 Jornal A Noite, 11/09/1922, p. 4.

40 CRULS, Luís. Planalto Central do Brasil (Coleção Documentos Brasileiros). Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. (Coleção Documentos Brasileiros). p. 60.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

Biológica de Águas Emendadas, “pela necessidade de proteger paisagens naturais notáveis e assegurar a preservação permanente de sítio de excepcional beleza e valor científico”⁴¹.

Em 1988, pelo Decreto nº 11.137, mudou-se a denominação da categoria de Reserva Biológica para Estação Ecológica, que deve, além da preocupação com a conservação dos recursos naturais, promover a realização de pesquisas científicas e educação ambiental.

A Reserva é dividida em duas partes. Uma delas fica nas margens da BR 20, onde ocorre o fenômeno único da união das bacias Amazônica e Platina em uma vereda de 6 km de extensão. Essa característica faz dessa região um dos acidentes geográficos de maior expressão em território nacional. Em um único lençol freático, nascem dois córregos que seguem sentidos opostos: para o norte corre o córrego Vereda Grande, formador do Rio Maranhão; e para o sul segue o córrego Brejinho, formador do Rio São Bartolomeu.



Nascente da dispersão das águas na Reserva Ecológica de Águas Emendadas - Planaltina/DF - Foto: Emerson Guimarães



Lagoa Bonita ou Mestre d'Armas em Águas Emendadas - Planaltina/DF. Foto: Emerson Guimarães

Na outra parte encontra-se a Lagoa Mestre d'Armas, também conhecida como Lagoa Bonita, e um Centro de Formação criado com o objetivo de desenvolver atividades de Educação Ambiental, prioritariamente à comunidade escolar da rede pública de ensino do DF.

Mas o município de Formosa/GO, também abriga nascentes que contribuem para a formação de importantes bacias hidrográficas do Brasil: o Rio Preto, cuja principal nascente é a Lagoa Feia, corre para o leste sendo um importante tributário do Rio São Francisco; o Rio Paranã é um importante formador do rio Tocantins; e no limite nordeste do DF existem nascentes que contribuem para a formação do Ribeirão Pípiripau, um dos principais formadores do Rio São Bartolomeu, tributário da bacia Platina. Ainda em Formosa, segundo Gerson Monteiro Guimarães, profundo conhecedor da região, existe um ponto em terra que distribui as águas da chuva para as três bacias do continente⁴².

41 ADASA. Cuidando do futuro das águas. Disponível em: <<http://abar.org.br/adasa-cuidando-do-futuro-de-aguas-emendadas-2/>>.

42 Entrevista realizada em Brasília-DF, no mês de fevereiro de 2013.

Capítulo III - As nascentes na história

Bacias hidrográficas do Distrito Federal

No mapa hidrográfico do Distrito Federal, em formato retangular, visualizam-se três importantes bacias que correm para o norte, sul e leste do Brasil. Tal fator foi determinante na escolha dessa região para sediar a nova capital do Brasil, quando começou a aparecer com mais ênfase a partir das pesquisas realizadas por Adolfo de Varnhagen (1877) e pela Comissão Exploradora do Planalto Central (1892).

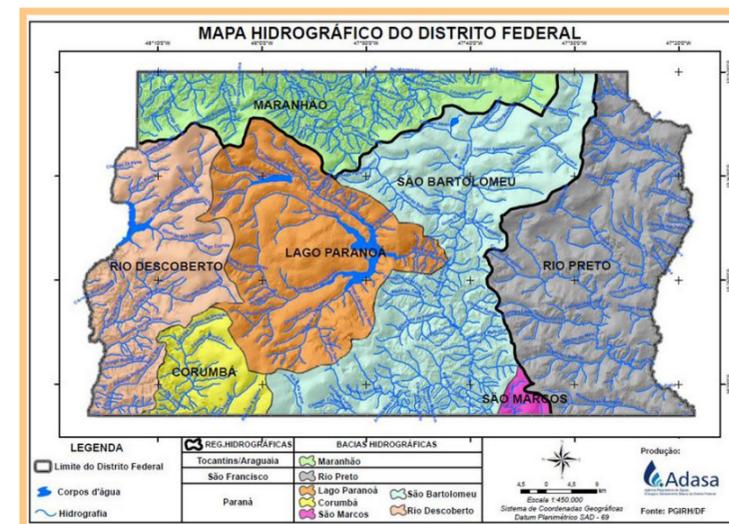
A Bacia do São Francisco, localizada na região do DF, é constituída pela Bacia do Rio Preto, cujas nascentes principais se encontram na cidade de Formosa. Seus afluentes mais expressivos são: Ribeirão Santa Rita, Ribeirão Jacaré, Ribeirão Extrema, Rio Jardim e Ribeirão São Bernardo. O Rio Urucuia é outro importante formador do rio São Francisco que nasce em Formosa-DF.

Já a Bacia do Tocantins/Araguaia é formada pela bacia hidrográfica do rio Maranhão. Em Planaltina, dentro da Reserva de Águas Emendadas, encontra-se o córrego Vereda Grande, seu principal formador, recebendo ainda os seguintes afluentes: Ribeirão Palmeiras, Ribeirão Sonhim, Ribeirão da Contagem, Ribeirão das Pedreiras, Ribeirão Cafuringa, Rio das Palmas, Ribeirão Dois Irmãos e Rio do Sal e o Rio Paranã, cujo principal formador é o Rio Itiquira, que nasce em Formosa.

A Bacia do Paraná é formada pelas bacias hidrográficas do Lago Paranoá, Rio São Bartolomeu, Rio Descoberto, Rio São Marcos e Rio Corumbá. Dentro da reserva de Águas Emendadas se encontram os Ribeirões Mestre d'Armas e Fumal, formadores do Rio São Bartolomeu.

Mapa do Distrito Federal destacando as nascentes das três bacias.

Fonte: ADASA



IV Povos nativos do Planalto Central

Os caçadores coletores

A ocupação humana na região do Distrito Federal remonta aos primeiros momentos do período Holoceno, quando foi constatada a presença de caçadores coletores em uma extensa área, que engloba o atual Distrito Federal e municípios do Entorno. Para estudar esse período, recorreremos à arqueologia, ou seja, ao estudo da cultura material deixada por esses povos, uma vez que não há documentos escritos à disposição.

Após a análise de inúmeras peças produzidas pelos primeiros habitantes do Planalto Central, foram reveladas preciosas informações, tais como o modo de vida, a organização social e fontes de alimentação dos povos pré-históricos.

Em busca da reconstituição histórica desses povos, nas últimas três décadas, arqueólogos de universidades goianas realizaram pesquisas nas áreas abrangidas pelas bacias hidrográficas dos rios Maranhão, Paranã e Rio Preto. A partir desses estudos, foi possível formular questões sobre dois grandes grupos pré-históricos que vagavam e habitavam essa região: os caçadores coletores e os agricultores ceramistas.

Nos municípios goianos de Água Fria, São Domingos, Niquelândia, Colinas do Sul, Santa Cruz e Hidrolândia também foram encontrados inúmeros vestígios desses caçadores. Entretanto, a maior concentração deles estava em uma região próxima ao DF, conhecida como Vale do Paranã. Também foram descobertos vestígios pré-históricos no sudoeste goiano, nas cidades de Serranópolis, Caiapônia e Palestina de Goiás, localizados próximos à divisa do Mato Grosso do Sul.

Tais grupos eram nômades, pouco numerosos e conseguiam alimentação durante o ano todo sem se deslocarem muito. Assim, contavam com os ecossistemas diferenciados do Cerrado, com vegetações alternando-se em campo aberto e mata fechada, o que propiciava maior oferta de alimentos. Tinham uma dieta alimentar baseada na caça generalizada e complementada pela pesca e vegetais coletados.

As datações mais antigas foram obtidas com as primeiras pesquisas, a partir de registros de ocupações que remontam a cerca de 10.000 A.P. ainda em um período de transição entre o Pleistoceno e Holoceno. Sobre o clima da época, observa-se alternância entre períodos mais secos e mais úmidos, entre 10.500 e 7.250 A.P. A maioria dos sítios arqueológicos está situada nos abrigos rochosos em arenito e quartzito, e nas grutas em maciço calcário.

Os instrumentos de pedras produzidos pelos caçadores coletores do Planalto Central do Brasil, ainda no holoceno antigo, foram classificados por Pedro Ignácio Schimitz de Tradição

Capítulo IV - Povos nativos do Planalto Central

Itaparica. De acordo com o arqueólogo, essa categoria de sítios arqueológicos apresenta um mesmo tipo de indústria lítica, na qual o artefato mais marcante é a “lesma”, que é basicamente um instrumento de pedra⁴³.

Sítios arqueológicos na região do DF

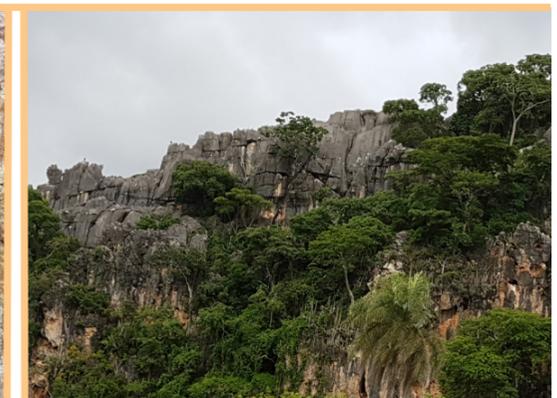
Um sítio arqueológico é um local onde se encontram preciosas fontes documentais, vestígios das atividades de nossos antepassados. Pode ser uma ferramenta de pedra, carvão de fogueiras, pinturas nas paredes de cavernas, objetos em cerâmica, fósseis antigos, dentre outros. Esses locais são protegidos por lei, cabendo ao estado e à sociedade zelar por eles e preservar esses valiosos patrimônios. Alguns desses sítios são descritos a seguir.

Toca da Onça – Formosa (GO)

A Fazenda Toca da Onça localiza-se no vale do Paranã, próximo ao Salto do Itiquira, com um belo rio que corre sobre pedras, compondo uma paisagem de cerrado e formações rochosas de rara beleza. Nesse local, foram realizados os primeiros trabalhos de campo em arqueologia, denominados Projeto Formosa, da Universidade Católica de Goiás, coordenado pelo professor Pedro Inácio Schmitz. No interior de suas rochas encontram-se várias grutas com inscrições rupestres desenhadas no teto e paredes: “São pinturas em que predominam representações geométricas monocromáticas em tons variados de vermelho, preto e raramente na associação de duas cores. Esse conjunto estilístico de Formosa foi classificado como Tradição Geométrica, muito difundida em outras regiões do Brasil”⁴⁴.



Gruta 14, na Toca da Onça. Foto; Robson Eleutério



Pedreira na Fazenda Toca da Onça. Foto Robson Eleutério

43 FOGAÇA, Emílio. A tradição Itaparica e as indústrias líticas da Lapa do Boquete. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, v. 5, p. 145-158, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109233/107704>>.

44 MOURA, Marlene Castro Ossami (Org.). Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural. Goiânia: UCG/Kelps/Vieira, 2006. p. 230.

Pedra do Bisnau – Formosa (GO)

Localizada dentro de uma fazenda, a Pedra do Bisnau é um grande lajedo de formação calcária que contém, em sua superfície, inúmeras inscrições talhadas em baixo relevo, cujos significados sugerem representações da chamada tradição astronômica. O acesso se dá pela BR-020, após o povoado do Bezerra, por onde é possível chegar ao povoado do Bisnau e seguir para uma fazenda.

Segundo a interpretação de Paulo Bertran, as inscrições talhadas no lajedo do Bisnau devem ser observadas como um todo, no seu conjunto, para se chegar a uma leitura plausível:

com certa imaginação podemos visualizar nesses astrônomos do Planalto Central a representação de uma constelação da “Ema” ou da “Anta”, com pontos interligando astros maiores com menores e, na parte mais baixa do lajedo, pode-se visualizar na própria rocha cor-de-rosa, resíduos fósseis (ritmos) daquele grande mar interno de milhões de anos atrás, hoje com suas areias solidificadas⁴⁵.

O cenário do povoado do Bisnau é cinematográfico. O cerrado é cortado por um muro de pedras, construído pelos escravos no decorrer dos séculos XVIII e XIX, para dividir as Sesmarias (imensas fazendas coloniais), cercado por serras e vegetação com inúmeras árvores nativas.



Petroglifo no lajedo do Bisnau. - Foto: Robson Eleutério



Petroglifo na lajedo do Bisnau - Foto: Robson Eleutério

Ribeirão Melchior e Córrego Ponte Alta – Taguatinga e Gama (DF)

O arqueólogo Eurico Muller foi pioneiro ao realizar pesquisas que culminaram com a descoberta de sítios arqueológicos no Distrito Federal, em Taguatinga e no Gama, no início da

45 BERTRAN, Paulo; FLEURY, Graça. Memorial das Idades do Brasil. Brasília: Verano, 2004. p. 39.

década de 1990. Nesses locais, foram encontrados milhares de peças produzidas em períodos históricos distintos, desde artefatos líticos feitos pelos primeiros habitantes do Planalto Central, até objetos em cerâmica do período Colonial.

Durante a construção de uma rede de esgoto nas margens do Rio Melchior, em Taguatinga, foram realizadas várias escavações, cujos resultados comprovam a presença de vestígios humanos na região há, no mínimo, 11 mil anos. “Encontramos cerca de 25 mil peças nos quatro sítios”, ressaltou a arqueóloga Mariza Oliveira Barbosa⁴⁶.

Para a pesquisadora, os sítios eram tão ricos que deveriam ter sido preservados. Na época, os técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Natural (IPHAN) e do Ministério Público, propuseram à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) o cercamento da área onde foram encontradas as peças pré-históricas para a construção de um museu. Porém, a ideia não prosperou e as ferramentas em pedra feitas pelos primeiros candangos foram parar nos laboratórios do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), em Goiânia.

Artefatos líticos de caçadores coletores e restos de cerâmica do período Colonial também foram encontrados nas cabeceiras do Córrego Ipê e Ponte Alta, no Gama.

Gruta do Gentio II – Unai (MG)

A Gruta do Gentio II, localizada no município de Garapuava, próximo a Unai, é uma gruta bem iluminada e extraordinariamente seca. Devido a essas características, exemplares arqueológicos foram preservados em bom estado, apesar da sua antiguidade. Pinturas em vermelho no teto e nas paredes das cavernas localizadas em uma área de cerrado de vegetação relativamente farta, com plantas nativas como o pequi e a guariroba; além de rios com pesca abundante, comprovam a presença do homem pré-histórico na região há aproximadamente 10 mil anos A.P.⁴⁷.

Na região também foram encontrados depósitos de restos arqueológicos – tais como artefatos de pedra, cerâmica, ossos, restos de fios de algodão e peças tecidas, arte plumária e cesteria – além de peças em madeira. Nesse sítio também foi localizada a mais antiga cerâmica do território brasileiro fora da Amazônia.

A Múmia de Unai

Há alguns anos, durante a realização de pesquisas arqueológicas no município de Garapuava, distrito de Unai/MG, em uma região com destacada quantidade, qualidade e

46 Pesquisadora da Universidade Federal de Goiás.

47 Matéria publicada no informativo de Arqueologia de Unai-MG, por Augusto Nieto e Everton Luiz, em maio de 2010, p. 2.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

variedade de acampamentos funerários, arqueólogos brasileiros encontraram os despojos mumificados de uma criança entre 9 e 10 anos, no Sítio da Gruta do Gentio II. A relativa conservação do corpo encontrado indicou que o sepultamento tinha características de ritual funerário e possível embalsamento. Neste sítio também foi localizada a mais antiga cerâmica encontrada em território brasileiro fora da Amazônia, com cerca de 3.500 anos⁴⁸.



Instrumento de pedra encontrado em Unaí/MG. Fonte: Unaí Net

Sítio Cachoeirinha – Paranoá (DF)

Esse sítio foi descoberto em 2018 quando se realizavam escavações para construção de um condomínio residencial nas proximidades da bacia hidrográfica do rio Paranoá.

Arqueólogos do IPHAN-DF, sob a coordenação de Edilson Teixeira, encontraram centenas de artefatos da chamada Tradição Itaparica, que se refere às indústrias líticas do período holoceno no Planalto Central do Brasil.

Para o arqueólogo responsável pelas escavações,

entre as lascas de pedra foram encontrados vestígios de ferramentas acabadas, que eram fabricados para suprir as necessidades do cotidiano dessas pessoas, provavelmente eram populações que tinham um modo de vida muito harmônico com o meio ambiente, eram caçadores-coletores, tinham um modo de vida nômade e se deslocavam atrás de caça⁴⁹.

As escavações no terreno em busca de peças arqueológicas foram feitas a cada 50 metros percorridos, tendo sido identificada a presença de quartzito, o que levou ao diagnóstico da presença do sítio na região. Esses objetos foram feitos com pedra lascada pelos caçadores coletores que viviam no quadrilátero do Distrito Federal, cuja datação varia entre 11 e 6 mil anos AP.

No Distrito Federal e região existem dezenas de sítios arqueológicos de alta relevância patrimonial, que remonta ao período dos caçadores coletores e ao Brasil colonial. Entretanto,

⁴⁸ Ibid., p. 3.

⁴⁹ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2018-03/sitio-arqueologico-no-df-indica-presenca-humana-ha-milhares-de-anos>>.

Capítulo IV - Povos nativos do Planalto Central

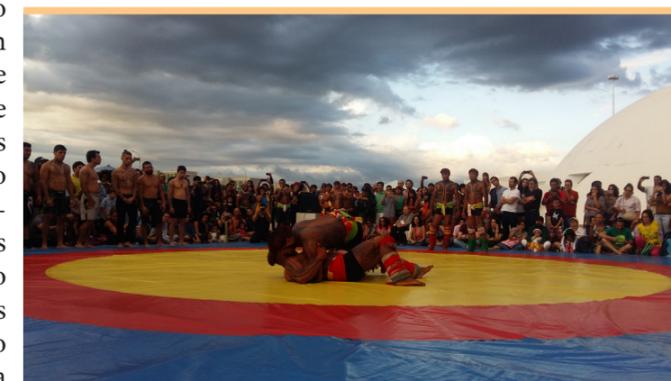
não existe uma política consistente para garantir a realização de pesquisas e preservação desses locais e tampouco instituições que possuem departamento de arqueologia para aprofundar essas pesquisas.

Resultado de recenseamento realizado pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Goiás revela que até o ano de 2010, existiam mais de 1.500 sítios arqueológicos registrados no Estado, e certamente outros serão descobertos. Desse total, aproximadamente 800 sítios encontravam-se em localização exata, e outros 756 traziam meras referências, como “dentro de fazenda” de alguém, “após a porteira”, “em uma mata”, correndo sérios riscos de desaparecerem.

Infelizmente esse é o retrato da arqueologia no Brasil, que carece de medidas urgentes para garantir a preservação desse valioso patrimônio material que possui. Também é preciso evitar a destruição dos sítios localizados em propriedades particulares, ameaçados pelo agronegócio, construção de hidroelétricas, adensamento urbano, dentre tantas outras causas

O indígena encontrado pelo colonizador

O colonizador, quando chegou ao Brasil, deparou com inúmeras tribos indígenas de variadas procedências, línguas e costumes. As tribos eram divididas de acordo com o tronco linguístico ao qual pertenciam: os tupis-guaranis ocupavam o litoral, os macro-jê ou tapuias viviam no Planalto Central, os aruaques e caraíbas habitavam a região amazônica. Entretanto, na medida em que se acentuava o povoamento no litoral, inúmeros grupos de indígenas foram sendo empurrados para o interior da colônia.



Os Yawalapiti pertence aos povos do alto Xingu, falantes de diferentes línguas mas que compartilham uma cultura semelhante.

Foto: Liciane Carvalho.

Estima-se que havia em torno de 4 a 5 milhões de nativos ocupando os quatro cantos da nova Colônia portuguesa, vivendo de caça, pesca, coleta de frutos silvestres. Algumas tribos praticavam uma agricultura de subsistência, cultivando milho, amendoim, feijão, abóbora, batata-doce e, principalmente, mandioca. Animais como cavalo, boi e galinha ainda não existiam no Brasil – foram introduzidos pelos colonizadores europeus.

A história do contato do colonizador sobre os nativos em terras goianas ao longo do século XVII revela que existiam fartas referências aos Goyá, Crixá, Capepuxi, Kayapó, Akroá,

Xavante, Araés, Canoeiro, Xerente, Karajá, dentre outros. Entretanto, neste momento, será dado um destaque aos Crixá, Kaiapó do Sul e Avá-Canoeiro, pelo fato de terem habitados terras que hoje são áreas de influência do DF.

Crixás

As fontes documentais encontradas sobre os Crixás ou Quirixás na região do DF são raras. Em contrapartida, a história oral revela uma farta narrativa, expressa em casos e lendas pelos moradores antigos de Formosa e Planaltina, sobre a presença desses povos nas redondezas, desde gerações passadas.

Uma clássica referência sobre essa tribo encontra-se na crônica de José Peixoto da Silva Braga, membro da expedição do Anhanguera, quando procurava ouro em terras goianas no ano de 1725. Braga relatou o encontro com esse povo, possivelmente nessa região ou em local próximo, conforme extrato desse documento:

Chama-se este gentio Quirixá, vive aldeado, usa de arco, flecha e porrete; é muito claro e bem feito; anda todo nu, assim homens como mulheres. Tinham dezenove ranchos todos redondos, bastante altos, e cobertos de palmito, com uns buracos junto ao chão em lugar de portas; em cada um destes viviam vinte e trinta casais juntos, as camas eram uns cestos de buritis, que lhes serviam de colchão e cobertor; eram pouco mais de seiscentas almas; estava situada toda esta aldeia junto dum grande córrego com bastante peixe, e bom: no 2o dia, que marchamos a buscá-la, encontramos um rio caudaloso, em que havia muitos peixes caijus, palmito e muita e grande caça, que nos serviu muito. Nesta aldeia achamos duzentas mãos de milho, 25 batatais, muitas araras, e também alguns periquitos, que nos serviam de sustento e de regalo: tinham também bastante cópia de cabaças e panelas, e uma grande multidão de cães, que mataram quando fugiram e se retiraram de todo, só a fim de não serem sentidos das nossas armas, como experimentamos depois nas bandeiras, que se lançaram a espíá-lo⁵⁰.

É parte do imaginário popular, principalmente dos moradores de Planaltina e Formosa, que os Crixás ocuparam essa região antes da chegada do colonizador. Porém, de acordo com o arqueólogo goiano Jézus Marco de Ataíde, especialista em povos indígenas de Goiás, não existe

50 TAUNAY, Afonso de Escagnolle. (Introdução e notas). Relatos sertanistas. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.

um trato de confiabilidade acadêmica que conduza a um estudo, mais amplo, sobre esse povo⁵¹.

Avá-Canoeiros

Nação indígena que fala língua própria, pertencente ao tronco linguístico Tupi-Guarani. Surgiu nas margens do Rio Maranhão, na segunda metade dos anos 1700, entre os Julgados de São Félix (GO) e São João da Palma (TO), época em que ambas pertenciam a Goiás. Temidos pelos colonizadores que se aventuravam pelo Brasil Central, os Canoeiros eram extremamente hostis à presença de outros povos em suas terras, não aceitando o contato pacífico com o branco; ao contrário de outras tribos, como, por exemplo, os Goyá, que logo desapareceram nos primeiros momentos da colonização das terras goianas. Eram conhecidos pela bravura com que defendiam suas terras, utilizando inúmeras estratégias de luta contra os invasores. Johann Emanuel Pohl, cientista tcheco que percorreu o sertão brasileiro de 1817 a 1821, quando chegou ao Arraial de São Félix (GO), narrou:

Durante minha estada, o arraial inteiro estava em alarma e sob inquietação. Preparava-se uma bandeira contra as tribos de índios selvagens que habitam a margem oposta do piscoso Rio Maranhão, os temidos canoeiros. Eles formam uma das tribos mais numerosas, selvagens e cruéis; são de robusta constituição física, belicosos, implacáveis, obstinados na realização de seus intentos. Não têm clemência. Se um destes bárbaros que ceder a um sentimento humano, o que raramente acontece, para perdoar um prisioneiro, imediatamente se levanta um alarido feroz: mata! mata! E no caso de hesitação do vencedor, os circunstantes levam a cabo, imediatamente, a sangrenta execução. Na crueldade e sede de sangue, não ficam atrás as mulheres, antes muitas vezes excedem os homens. Quando podem, roubam gado; comem carne de cavalo e de burro e apreciam muito esse alimento. O piscoso Rio Maranhão oferece-lhes peixe em abundância. Levam para a luta grandes cães, que participam do combate e, com sua fúria e seus ladridos, aumentam o horror de um ataque dessas hordas⁵².

A professora Dulce Pedrosa, estudiosa desse povo, acredita que eles vieram da região Amazônica, trazidos pelos jesuítas para cuidar de fazendas de gado, a partir da segunda metade do século XVIII.

51 Eles dominavam com muita habilidade os meandros do Rio Maranhão e outros rios da MOURA, Marlene Castro Ossami (Org.). Índios de Goiás – uma perspectiva histórico-cultural, op., p. 230.

52 POHL, Johann Emanuel. Viagem pelo Interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 213.

região, chegando a encher as canoas de pedras para afundá-las, no momento em que ficavam de tocaia à espera do inimigo. De acordo com Bertran, dominavam o ferro, furtado do colonizador e o utilizavam em suas lanças e flechas⁵³. Cães adestrados também eram usados no ataque às fazendas, deixando, assim, os inimigos bastante fragilizados.

Entre os anos 1800 e 1880 já havia grupos espalhados por todo o centro de Goiás, de leste a oeste, desde a Chapada dos Veadeiros até o Rio Araguaia. Estenderam seus domínios atingindo regiões próximas a Meia Ponte (Pirenópolis) e Arraial dos Couros (Formosa), no centro-sul da Capitania, e também nas imediações de Natividade, Pontal e Carmo, no centro-norte.

O embate com os brancos durou quase dois séculos. Em 1915, os Canoeiros sofreram um forte ataque dos fazendeiros do município de Campinorte, o que provocou grandes baixas populacionais e reduziu suas tribos a pequenos núcleos localizados na região de Colinas do Sul (GO) e Ilha do Bananal.

Kayapós do Sul

Durante a colonização do centro-oeste brasileiro, quando se formaram os primeiros povoados, certamente os Kayapó do Sul foi a tribo que mais resistiu à ocupação branca, tornando-se, em alguns locais, um obstáculo quase que intransponível. Dominaram uma extensa área que ia desde o Rio Grande, afluente do Tietê, na divisa de Minas com São Paulo, atravessava o Triângulo Mineiro e sul de Goiás, e se estendia até as imediações de Camapuã, na divisa com o Mato Grosso.

Cidades localizadas no centro-sul goiano constantemente se viam ameaçadas pelos Kayapó; como Corumbá, que teve que mudar de local, depois de um ataque violento dessa tribo. Também sofriam com os ataques desses povos os moradores das cidades de Santa Cruz, Pirenópolis, Vila Boa (antiga capital), e os povoados na região do Rio Claro.

Outro grande problema que os colonizadores tinham com os Kayapó era os constantes assaltos às tropas que saíam das cidades importantes do litoral para abastecer os arraiais auríferos goianos – grupos que transportavam víveres e produtos industrializados pelo Caminho dos Paulistas, e levavam aos longínquos povoados fincados nas regiões mineradoras do sertão do Planalto.

Para se proteger dos ataques desses temidos indígenas e desobstruir o Caminho dos Paulistas, constantemente o governador da Capitania organizava expedições, estruturadas com recursos dos donos de minas, comerciantes e moradores, para atacar os Kayapó. O assunto tomava conta de todo o Arraial; era discutido pela Câmara de Vereadores, uma vez que ainda não haviam sido criadas as intendências que se encarregavam de coordenar as ações, que consistiam em montar estratégia de ataque, selecionar as pessoas, comprar suprimentos e armas⁵⁴.

Em 1742, o governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz de Mascarenhas, convocou

53 BERTRAN, Paulo. História de Niquelândia. Brasília: Verano, 1988. p. 27.

54 ALENCASTRE, José Martins Pereira de (1863). Anais da Província de Goiás, p. 75.

uma junta para assinar um contrato com o sertanista Antônio Pires de Campos⁵⁵. Sua missão era fazer uma guerra contra o povo Kayapó, mediante o pagamento de uma arroba de ouro (15 kg), resultado de contribuição feita pelos moradores de Vila Boa, então capital. Com esses recursos, o sertanista montou um exército composto por 500 índios Bororós, aliciados em Mato Grosso, e um terço de negros e brancos bem armados; e assim promoveu um ataque implacável, fazendo mais de mil cativos. Essa foi uma das batalhas que enfraqueceu bastante os Kayapó do Sul⁵⁶. Apesar de sofrerem inúmeros e violentos ataques, esses nativos continuavam incomodando bastante os moradores das vilas goianas, pois ainda havia tribos dispersas por todo o sul da Capitania.



Cerâmica indígena – Museu do índio, Brasília/DF

Foto: Robson Eleutério

A conquista pela brandura

Nem todos os governadores autorizavam os bandeirantes a utilizarem a força bruta, cometendo a barbárie para subjugar os nativos, até porque estavam convencidos que este era o caminho mais tortuoso, principalmente contra as tribos mais indômitas, a exemplo dos Kayapó do Sul. Um deles foi D. Luiz da Cunha Menezes, que organizou uma bandeira para persuadir esse povo, utilizando a estratégia de catequizá-los pelo princípio da “brandura, benevolência e humanidade”, conforme orientação da rainha de

Portugal, D. Maria I, que tinha o codinome “Piedosa” ou “Maria Pia”, e posteriormente ficou conhecida como D. Maria, a louca. Sua loucura foi atribuída ao fato de ficar constantemente obcecada com as penas eternas que o pai estaria sofrendo no inferno, por ter permitido que o Marquês de Pombal perseguisse os jesuítas. A missão da conquista ficou a cargo do cabo José Luiz Pereira, já que conhecia os hábitos, costumes e artimanhas desses selvagens, à frente de uma bandeira de 50 homens experientes, em 1780:

Levando em sua companhia alguns intérpretes da mesma nação Kayapó para se fazer entender, entrou pelo sertão do Rio Claro, procurando as vertentes do Alto Araguaia. O governador lhe tinha mandado dar ferramentas e muitos objetos, com que deviam ser presenteados os índios, em seu nome e no de S. M. As instruções dadas a José Luiz só respiravam paz e proteção aos índios. Depois de uma ausência de cinco meses e seis dias, voltou a Vila Boa com toda a sua gente, trazendo em sua companhia o Velho Romexi, que vinha em lugar do cacique Angroiochá, acompanhados de seis homens de guerras e as pessoas da sua família. Eram ao todo 36 kaiapós. A bandeira e os 36 filhos das florestas foram recebidos no meio da maior pompa, com descargas de artilharia e mosquetaria, causando esta novidade grande impressão nos índios, e lisonjeando ao mesmo tempo ao seu amor próprio⁵⁷.

55 Sertanista bastante destemido, descobridor das minas de Cuiabá, em 1719.

56 ALENCASTRE, José Martins Pereira de (1863). Anais da Província de Goiás, op., cit., p. 234.

57 ALENCASTRE, José Martins Pereira de (1863). Anais da Província de Goiás, p. 237.

O governador D. Luiz da Cunha Menezes foi receber pessoalmente o cacique Romexi, mandando preparar uma grande recepção no Quartel General, seguindo depois, para a igreja Matriz em Vila Boa, onde assistiram a tradicional Te-Deum⁵⁸, cerimônia religiosa, com convidados selecionados, na presença das altas autoridades. Em todas as oportunidades, as autoridades tentavam persuadir os nativos, almejando conquistar sua confiança⁵⁹.

O cacique gostou tanto do tratamento dispensado que não queria voltar, mas, convencido pelo governador, seguiu com seu povo de volta à aldeia no rio Claro, porém uma doença o fez ficar no destacamento de Pilões. Argumentando que já estava velho e cansado e queria viver os últimos dias de sua vida entre os brancos, o cacique despediu-se de seus homens dizendo-lhes que tinham oito luas para irem e votarem, e que em Pilões ficaria esperando. Em 29 de novembro de 1781, os moradores assistiram à entrada do grande cacique Angroiochá seguido por 237 índios na capital, escoltados pela guarda do governador, que preparou outra grande recepção para recebê-los. Coroando sua empreitada bem-sucedida, Cunha Menezes comunicou o fato à Rainha D. Maria I, de Portugal:

O sistema de brandura e humanidade que V. M. mandou praticar com as indianas nações nestes seus domínios são as armas mais fortes, e com que se podem vencer criaturas naturais e aptas para receberem toda a casta de benefícios, pois que deste discretíssimo, útil e humano princípio se tem seguido as infalíveis conseqüências que estão experimentando atualmente os vassallos de S. M. nesta Capitania; desde o dia que dei princípio a esta civilização, não tenho experimentado os insultos e mortandades que fazia todos os anos, e por diferentes vezes, a referida nação caiapó, de maneira que, até o ponto de fazer esta, não tenho tido notícia de uma só morte que haja feito a referida nação⁶⁰.

Essa foi apenas uma das criativas estratégias engendradas pelas autoridades coloniais, tendo como fim catequizar os nativos, destruindo sua cultura e impondo-lhes a cultura ocidental. O passo seguinte foi a criação de um aldeamento para esse povo, denominado Maria I, que posteriormente recebeu outro contingente de indígenas constituindo uma povoação de 687 indivíduos.

Os aldeamentos indígenas

Aldeamentos eram assentamentos criados pelas autoridades coloniais com o objetivo

58 Te Deum é um hino litúrgico católico atribuído a Santo Ambrósio e a Santo Agostinho, iniciado com as palavras “Te Deum Laudamus” (A Vós, ó Deus, louvamos).

59 Conforme ALENCARTRE, Jose Martins Pereira de. Anais da provincia de Goias, p. 235.

60 CHAIN, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas (Goiás – 1749-1812). São Paulo: Nobel, 1983. p. 112.

de confinar os silvícolas sob sua tutela, impondo-lhes uma educação militar-religiosa totalmente alheia ao seu mundo. Na construção desses aldeamentos, os moradores contribuíam com grandes quantias, uma vez que o retorno viria com a exploração da mão de obra desses indígenas, fornecendo seu trabalho ao branco, além de atuar na defesa contra tribos hostis.

O primeiro aldeamento foi construído no norte da Capitania de Goiás, em São Francisco Xavier do Duro, durante o governo de D. Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, em 1751. Orientado inicialmente pelos jesuítas, esse aldeamento tinha o objetivo de conter os constantes ataques das tribos Xacribá e Akroá, aos mineradores de Natividade, Paranã e região. Os índios do povo Xacribá, por exemplo, foram confinados em habitações semelhantes às senzalas dos negros africanos, onde uma família inteira era acomodada em senzalas e ocupava apenas o lugar em que deitavam⁶¹.

A partir daí foi construído o aldeamento de São José do Duro, ou Formiga, para conter os ataques dos Akroá aos povoados também próximos ao Arraial de Natividade. Depois surgiu o aldeamento de Nova Beira, na ilha do Bananal, onde viviam os Karajá e Javaé; o aldeamento de Maria I, construído para confinar os temidos Kayapó do Sul; e o aldeamento Carretão de Pedro III, destinado ao confinamento do povo Xavante, em 1765.

Um aldeamento bastante simbólico da Capitania foi o de São José de Mossâmedes, criado em 1775 em homenagem ao então governador da Capitania de Goiás, José de Almeida Vasconcellos de Soveral e Carvalho, dando origem à cidade de Mossâmedes. Mais de 8.000 índios de diversas nações (Akroá, Xavante, Karajá, Javaé e Karijó) foram aldeados, recebendo posteriormente os Kayapó do aldeamento Maria I, onde permaneceram até o século XIX, quando fugiram para o mato.

Esses aldeamentos foram construídos sob orientação da Metrópole, por meio da Carta Régia de 19 de janeiro de 1749, que determinava as diretrizes que deveriam ser observadas, fixava o limite da Capitania de Goiás com outras Capitanias, estabelecia regras para contrato e exploração de diamantes e ainda disciplinava as relações com os índios⁶².

Mantidos com recursos da Fazenda Real e dos moradores, a ideia era que cada um deles garantisse a sua autossuficiência, resultado do trabalho na agricultura e artesanato, principalmente. Segundo Chaim, esse sistema não deu certo devido a alguns problemas, como: transferência de um núcleo para o outro, fugas frequentes, administração falha e pequena duração dos núcleos. Outro fator determinante, que contribuiu para o fracasso desses aldeamentos, foram os pesados encargos cobrados pelos diretores desses estabelecimentos, a fim de aumentar o seu lucro pessoal⁶³.

Nenhum desses aldeamentos atingiu seu principal objetivo, a longo prazo, pois a falta de recursos, burocracia e corrupção, levou esse sistema à falência, tornando-se totalmente inviável. Boa parte dos cativos deixaram esses locais e acabaram tendo o triste fim de ficar perambulando pelas ruas dos povoados, totalmente abandonados pelas autoridades e discriminados pela sociedade.

61 Ibid., p. 112.

62 Ibid., p. 107.

63 Ibid., p. 129.

V Bandeirantes: o outro lado da história

A historiografia tradicional produzida pela elite brasileira justifica a colonização europeia com o argumento da superioridade racial e tecnológica do seu povo, condições que lhes permitiram dominar os nativos impondo sua língua, costumes e religião às nações bárbaras da Terra de Pindorama⁶⁴. Com base nesse discurso, foram construídos os heróis da nossa história: todos brancos e representantes da elite.

À Princesa Izabel coube o mérito da abolição, Duque de Caxias passou a ser o herói do Exército Brasileiro devido a sua atuação na Guerra do Paraguai, e assim tantos outros. O personagem deste contexto, no entanto, é o bandeirante paulista descrito como herói destemido, imponente e desbravador implacável que alargou as fronteiras do Brasil para muito além da linha imaginária do Tratado de Tordesilhas.

Segundo a historiadora Kátia Abud, a visão do bandeirante como personagem relevante da história do Brasil ganhou força e começou a ser popularizada a partir da Revolução Constitucionalista de 1932, com o objetivo de convencer os paulistas a participarem de combates armados para derrubar Getúlio Vargas. Assim,

no recrutamento dos cidadãos para pegar em armas, convinha omitir a divisão de classes e os interesses de grupos. Uma causa maior se levantava, e ela tinha o irresistível apelo de um herói histórico. Na Faculdade de Direito, os alto-falantes convocavam para o combate bradando: São Paulo de Borba Gato, São Paulo de Anhanguera... Generalizações eram bem-vindas na chamada à luta: nação, nacionalidade, civilização, liberdade, tradições paulistas. Durante o movimento foi cunhada a expressão "paulista de quatrocentos anos", com a qual as famílias mais antigas cultuavam sua ancestralidade e acreditavam pertencer a uma raça privilegiada⁶⁵.

No contexto histórico da época, o governo paulista exaltava a figura do bandeirante, imbuído do título de herói nacional, como forma de convencer o povo a entrar em uma guerra

64 Derivada do Tupi-Guarani, a palavra pindorama significa "Terra das Palmeiras". Diz a história que seria o nome pelo qual os nativos chamavam as terras brasileiras na época do descobrimento pelas Naus Portuguesas comandadas por Pedro Álvares Cabral.

65 ABUD, Kátia Maria. Paulistas, uni-vos! Somos todos bandeirantes! Dossiê Bandeirantes. Revista de História. Biblioteca Nacional, 1º jul. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1816>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

Capítulo V - Bandeirantes: o outro lado da história

para defender prioritariamente os interesses da oligarquia cafeeira, que tanto explorou e subjugou os trabalhadores do campo. Agora, vamos conhecer o outro lado desse personagem, pouco abordado nos livros de história.



Cartaz com um destemido bandeirante segurando Getúlio Vargas e convocando os paulistas para a Revolução Constitucionalista (1932).

O mito às avessas

O maior fluxo de bandeiras no Brasil Colônia aconteceu no decorrer do século XVII e continuou até a primeira metade do século XVIII, período em que a maioria das minas de pedras preciosas de Goiás e Mato Grosso já havia sido descoberta. As expedições saíam da Vila de São Paulo de Piratininga, seguindo o curso do Rio Tietê até o Rio Grande, na divisa com Minas Gerais, onde cortavam o Triângulo Mineiro para adentrar as terras goianas.

O provimento básico para garantir o sustento dos bandeirantes que ficavam durante meses no sertão (alguns perdidos) era toucinho, mandioca, feijão, carne seca e sal. A caça e a pesca eram muito praticadas nessas expedições, porém só garantia a alimentação em determinadas épocas do ano, de acordo com o clima de cada região. Assim, "a mão-de-obra escrava indígena nessas bandeiras era imprescindível. O índio era caçador, coletor, pescador, guia, guerreiro e, acima de tudo, importantíssimo ao transporte de carga"⁶⁶.

Na definição da Capistrano de Abreu, considerado o mais importante historiador brasileiro no início do século XX, "bandeiras eram partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena"⁶⁷. Portanto, nesse momento é importante fazer uma análise crítica desse personagem examinando o outro lado da história, uma vez que o bandeirismo teve o seu lado perverso de escravizar e exterminar povos nativos.

No período áureo das Bandeiras Paulistas, mesmo com leis restritivas, tornou-se comum, em um primeiro momento, o apresamento dos indígenas que eram levados para realizarem trabalhos forçados nos principais centros do Brasil Colônia, como São Paulo de Piratininga, Salvador e Recife. Em um segundo momento, as ações dos exploradores foram centradas na descoberta de pedras preciosas. Contudo, quando acontecia algum acidente de percurso, essas expedições ficavam totalmente desestruturadas. A Bandeira do Anhanguera, após ficar sem rumo no sertão goiano por dois anos, deixava essas fragilidades bastante visíveis:

66 MOURA, Marlene Castro de Ossami. Índios de Goiás, p. 57.

67 ABREU, Capistrano de. Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: Editora da UnB, 1963. p. 122.

Aqui nos começou a gente a desfalecer de todo: morreram-nos quarenta e tantas pessoas entre brancos e negros, ao desamparo, e o eu ficar com vida o devo ao meu cavalo, que para me montar nele, pela nímia fraqueza em que me achava, me era preciso o lançar-me primeiro nele de braços levantados sobre o primeiro cupim que encontrava⁶⁸.

A preciosidade do relato do alferes José Peixoto da Silva Braga, membro da expedição do Anhanguera, mostra o quadro de total decadência em que se encontrava a famigerada Bandeira. Pessoas maltrapilhas, desnutridas, febris, certamente, deveriam ser a representação real criada sobre a figura dos bandeirantes, em contradição com a figura de heróis, pessoas destemidas,



propagadas pelos paulistas, a partir da Revolução Constitucionalista de 1932.

Cruz do Anhanguera - Símbolo usado durante a colonização portuguesa para assinalar a posse da terra em nome da Coroa Portuguesa e o domínio da fé na Igreja Católica Apostólica Romana. Acervo: Museu das Bandeiras, Cidade de Goiás. Foto: Robson Eleutério

A Coroa Portuguesa certamente não via na figura dos bandeirantes um personagem indispensável ao processo de colonização do Brasil e, tampouco, reconhecera a grandiosidade do trabalho realizado por alguns deles. Um exemplo bastante cruel foi a morte de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera II. Após ter prestado relevantes serviços à Coroa Portuguesa, tendo contribuído para o alargamento da fronteira do Brasil além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, morreu pobre em 1740, sendo abandonado pelas autoridades coloniais locais. Por iniciativa do governador D. Luiz de Mascarenhas, recebeu em nome do rei uma arroba de ouro tirada das rendas do Estado. Segundo Alencastre, historiador e ex-governador de Goiás,

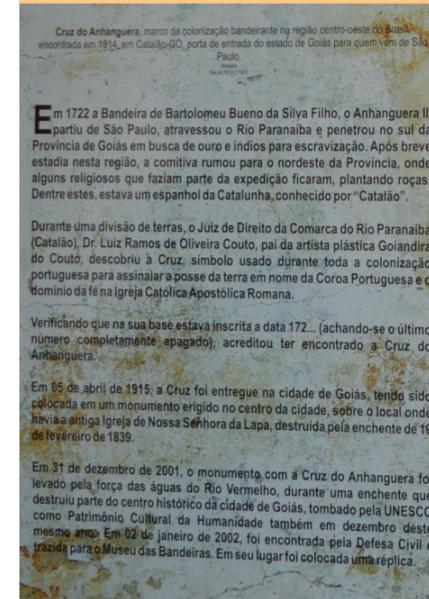
este ato de munificência, levado ao conhecimento do soberano, para ser aprovado, foi, ao contrário, severamente estranhado, e, o que é mais extraordinário ainda, ordenou-se a restituição dessa quantia, recomendando-se que, quando não pudesse ter ela lugar pelos meios ordinários, fossem sequestrados os bens do beneficiado⁶⁹.

No momento da formação dos primeiros povoados em terras goianas, algumas tribos indígenas se tornaram um grande obstáculo, pois não aceitavam a presença do colonizador em suas terras, levando as autoridades a contratar sertanistas – alguns, mercenários famosos – para dizimar esses povos. Uma dessas tribos eram os indômitos Kayapó do Sul, que atacavam

68 TAUNAY, Afonso de E. Introdução e notas. In: _____. Relatos sertanistas. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.

69 ALENCASTRE, José Martins Pereira de (1863). Anais da Província de Goiás. Brasília: Gráfica Ipiranga Ltda., 1979. p. 80.

povoados e fazendas no sudoeste goiano, além de assaltar os tropeiros que abasteciam esses povoados, causando uma grande insegurança à população.



Em 1918, o saudoso escritor e poeta Luis do Couto, trouxe para a Cidade de Goiás a Cruz do Anhanguera. Foi instalada as margens do Rio Vermelho onde existiu no local, a igreja da Lapa, levada pela grande enchente de 1839. Na enchente do dia 31 de dezembro de 2001 a cruz e monumento original foram levados pela correnteza. Dias depois a Cruz do Anhanguera foi encontrada dentro do leito do Rio Vermelho. O monumento se encontra hoje totalmente reconstruído. (O cruzeiro original se encontra no Museu das Bandeiras.)

Foto: Robson Eleutério

O governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz de Mascarenhas, na tentativa de ter pleno controle da região, em 1742, contratou um conhecido sertanista, Antônio Pires de Campos, para atacar os Kayapó do Sul, tendo arrecadado, junto aos mineradores, uma arroba (15 kg) de ouro para financiar tal empreitada. Esses recursos foram suficientes para Pires de Campos montar um grupo paramilitar, composto por quinhentos índios Bororós, inimigos dos Kayapó, somado a 150 aventureiros, alguns mercenários, e assim, iniciar a ofensiva para exterminar os nativos. Segundo a narrativa de José Martins Pereira de Alencastre, feita em 1863,

o coronel Campos tinha tanto de ousado nas suas empresas, como de bárbaro o modo de proceder para com os índios; conquistava a ferro e fogo, vencia pelo terror. Comprometeu-se Antônio Pires e, em dois anos, desassombrar todo o território da comarca infestado pelos caiapós, e de levar suas hostes de bororós às tribos mais remotas daqueles selvagens, dos quais eram estes irreconciliáveis inimigos... as barbaridades praticadas por estes dois cabos chegaram ao último excesso. Aldeias inteiras foram devastadas e reduzidas a cinza: só a vida dos adultos foi respeitada, porque estes com facilidade se podiam transportar com as bandeiras aos pontos mais remotos; porém os que, por qualquer circunstância, não podiam viajar, ou eram abandonados ou passados a afio de espada⁷⁰.

Descobridor das Minas de Cuiabá, filho do conhecido Manoel Bicudo, o bandeirante

70 Ibid., p. 51.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

Pires de Campos nos mostra de forma bastante cruel o tratamento dispensado aos nativos que resistiam à ocupação de suas terras. Entretanto, como esse personagem passou a ser exaltado na historiografia brasileira e se transformou em um herói?

Editorial da Folha de São Paulo, publicado no dia do aniversário da cidade, em 2011, lembra que “o mito dos bandeirantes paulistas – assim como o mito da democracia racial – são obra e produto de séculos de propaganda, lavagem cerebral mesmo, puro marketing. A imagem heroica serviu para a ascensão dos cafeicultores paulistas à elite econômica brasileira no final do século XIX”.

Escreve Dogival Vieira: “não por acaso, a sede do Governo paulista se chama Palácio dos Bandeirantes”. E

assim, personagens como os bandeirantes Raposo Tavares (que dá nome a uma das mais importantes rodovias paulistas), Fernão Dias (o caçador das esmeraldas) e Domingos Jorge Velho (o comandante da expedição mercenária que devastou o Quilombo dos Palmares, em 1695, e assassinou o líder Zumbi), começam a perder a fama de heróis indomáveis, desbravadores dos sertões. Seus nomes passaram a estar associados à violência, a assassinatos com requintes de crueldades, e à escravização e a morte das populações indígenas, que habitavam o Planalto nos séculos XVI e XVII e XVIII. A escravização, a morte de indígenas e negros caçados (preados, como se dizia) nas matas era o padrão nada edificante desses personagens, sobre os quais se ensina nos bancos escolares serem responsáveis por grandes feitos. De acordo com o relato de jesuítas “na longa caminhada até S. Paulo, chegam a cortar braços de uns [índios] para com eles açoitarem os outros”. E mais: “matam os velhos e crianças que não conseguem caminhar, dando de comida aos cachorros”⁷¹.

Entretanto, a história está mudando. Há uma tendência de criação de novas representações da história do Brasil (o que certamente será irreversível) impulsionada a partir da abertura política, em 1985, de rever o papel de certos personagens criados com o objetivo de atender aos interesses das elites dominantes que buscavam se perpetuar no poder. Hoje, cada vez mais, são produzidas pesquisas que criam novas representações sobre acontecimentos e personagens consagrados da nossa história, com uma interpretação mais crítica e independente.

Uma dessas novas representações já consolidada na historiografia trata-se da Semana da Consciência Negra, criada na década de 1960 com o objetivo de romper com o preconceito e discriminação racial presentes na sociedade, exaltando a luta do negro pela liberdade. Aí então surgiu um personagem negro, simbolizado pela figura de Zumbi dos Palmares, que já conquistou corações e mentes do povo brasileiro, valorizando-se assim a cultura afrodescendente.

71 VIEIRA, Dogival. O aniversário de SP e a revisão da história. Folha de São Paulo, São Paulo, 25/01/2011.

Capítulo V - Bandeirantes: o outro lado da história

Vale ressaltar que os indígenas foram os verdadeiros donos dessas terras por milhares de anos e, ainda assim, não temos nenhum deles como personagem relevante na nossa história. “As Entradas e Bandeiras que aprendemos nas escolas primárias como heróis, foram exércitos de malfeitores que invadiram terras indígenas e destruíram vários povos”, afirma o líder indígena Marcos Terena⁷². Nascido em Aquidauana (MS), pertencente à etnia Xané, Terena foi um dos principais articuladores dos direitos dos povos indígenas na Assembleia Nacional Constituinte, em 1988; e o primeiro indígena a ocupar a gerência do Memorial dos Povos Indígenas de Brasília, além de ter participado de inúmeras conferências em defesa de seu povo.

A história é testemunha que não foram apenas os povos nativos que se tornaram vítimas dos bandeirantes. Veja o final trágico de Palmares quando o mercenário bandeirante Domingos Jorge Velho foi contratado pelas autoridades coloniais para dizimar o quilombo.

Após fracassar na primeira tentativa de destruir o Quilombo de Palmares, Jorge Velho retornou à região com nove mil homens e seis canhões e destruiu Macaco, a capital do quilombo. Mais de 400 negros morreram no local e cerca de outros 500 foram presos e traficados para outras Capitâneas. Nesse momento, Zumbi conseguiu escapar, mas depois foi capturado e morto. Sua cabeça foi exposta em local público, na capital Recife. Este episódio tornou-se um importante marco da nossa história, e o dia da morte de Zumbi, 20 de novembro, foi escolhido como o Dia Nacional da Consciência Negra.

72 Matéria extraída do Blog do Terena (<http://www.marcosterena.blogspot.com>).



Jardim de Maitreya, Chapada dos Veadeiros, óleo 80x120cm. Otoniel Fernandes

VI Caminhos e descaminhos no Brasil Central

*Cada lugar, pro morador, é o centro de onde partem os caminhos.
Para mim, estradeiro, é o pouso. É a parada, o descaminho⁷³.*

E onde começavam os (des) caminhos? As sábias palavras do antropólogo Darcy Ribeiro definem, de forma poética e com bastante propriedade, onde começavam as antigas rotas abertas no período colonial da nossa história. Na visão do sertanejo, o início desses caminhos era o local em que ele morava, ponto de partida dessas tortuosas picadas que adentravam a hinterlândia⁷⁴ brasileira, interligando-a com as cidades litorâneas.

Desse modo, a Picada da Bahia era a rota utilizada para se chegar aos Currais do São Francisco⁷⁵ e a Salvador, capital do Brasil, saindo de Minas Gerais e Goiás. Por Caminho dos Paulistas ou Estrada do Anhanguera entendia-se o percurso feito pelos paulistas para se chegar à Capitania de Goiás. O Estradão de Cuiabá era o caminho que dava acesso às minas de Cuiabá, alcançando a longínqua Vila Bela da Santíssima Trindade no extremo oeste do Brasil. A Picada de Goiás era a continuação da Estrada Real, rota pela qual se chegava às minas de ouro goianas, para aqueles que saíam de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Os nomes dessas estradas se popularizaram no decorrer da colonização, no exato momento em que se abriam as primeiras picadas para interligar os principais centros do Brasil com o imenso território que estava sendo explorado, principalmente pela extração do ouro. Naquela época, a vegetação dos biomas do Brasil ainda estava praticamente intacta, cujo território era ocupado por centenas de tribos indígenas que viviam da coleta de produtos da natureza. A fauna e flora exibiam espécies raras, das quais



Chafariz da Boa Morte – Cidade de Goiás/1951 - Fonte: Arquivo do Ministério da Educação/DEPHAN

73 RIBEIRO, Darcy. O Mulo. Rio de Janeiro: Record, 1981. p. 221.

74 Região do interior, afastada dos grandes centros urbanos.

75 Grandes propriedades criadoras de gado localizadas às margens do Rio São Francisco.

Capítulo VI - Caminhos e descaminhos no Brasil Central

muitas já desapareceram.



Estrada Real da Bahia em Rio de Contas (Chapada Diamantina) - Foto Robson Eleutério

sertão brasileiro. Nesses documentos aparecem recorrentemente as expressões “Caminhos e Descaminhos” para identificar as rotas em que se podiam transitar e as que eram proibidas.

Na medida em que as fontes eram analisadas, esses termos apareciam para identificar a rota e o destino daqueles que se locomoviam pelo ermo sertão da colônia portuguesa, no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Relatos de autoridades coloniais, atas das Câmaras de Vereadores, crônicas produzidas pelos viajantes europeus sobre cada local por onde passavam, além da cartografia da época, foram determinantes para identificar os antigos caminhos que davam acesso à região do DF.

Ao longo desses caminhos e descaminhos antigos surgiram muitos pousos de tropas e pequenos povoados, sendo que alguns se transformaram em arraiais, vilas e cidades, enquanto outros perderam a sua importância e desapareceram. Esses pousos eram paragens obrigatórias para o descanso, alimentação dos tropeiros e animais, localizados em média a uma distância de 30 a 40 km, onde havia um campo de pastagem, água e em alguns, um pequeno comércio.

Nas primeiras décadas do século XIX começou a aparecer com mais frequência, nas fontes documentais, a denominação Estrada Geral como referência básica para todos aqueles que se locomoviam pelo desconhecido sertão da colônia. Eram relatos de autoridades coloniais, atas das Câmaras de Vereadores, crônicas produzidas pelos viajantes europeus sobre cada local por onde passavam, além da cartografia da época.

O botânico Martius e o zoólogo Spix, em 1818, quando deixavam Diamantina (MG)

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

e seguiam para o sertão goiano do Vão do Paranã, narraram: “No dia seguinte, continuamos em direção à Estrada Geral do Tejuco para o sertão. Um cerrado espesso cobria a região, que se estendia no horizonte a perder de vista”⁷⁶.

Luiz D’Alincourt, em 1818, na sua obra *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*, diz: “A partir de São Paulo, e tomar a Estrada Geral, atravessa-se a ponte de Lorena”⁷⁷.

O baiano Teodoro Sampaio, em 1880, quando passava pelas minas do Rio das Contas na Chapada Diamantina, cita: “(...) enquanto que para oeste em direção a Monte Alto e Carinhonha, através do vale do Rio das Rãs, se prolonga à Estrada Geral, a mais antiga da região do litoral, penetrou nestes sertões”⁷⁸.

Para o seu Erasmo de Castro, personagem histórico de Planaltina, Estrada Geral era aquela em que ninguém se perdia, já que o seu trajeto sempre chegava a um povoado ou vila importante⁷⁹. Baseados na sabedoria popular e em consagradas fontes documentais, conclui-se que esse termo fora utilizado de forma genérica, em roteiros distintos, independente dos locais que interligavam, para designar aquela via de comunicação principal, comum às diversas Capitânicas.



Igreja de Rio de Contas/BA - Foto: Robson Eleutério



Barcas no Rio São Francisco em Carinhonha/BA - Foto: Robson Eleutério

76 SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich von. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 31.

77 D’ALINCOURT, Luiz. *Memórias sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 43.

78 SAMPAIO, Teodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 237.

79 Entrevista realizada em maio de 2006.

Capítulo VI - Caminhos e descaminhos no Brasil Central

As referências para se guiar no sertão do planalto eram os pontos geográficos, principalmente as serras e rios, fornecidas verbalmente no local de saída. Os aparelhos de orientação da época, como a bússola e astrolábio, eram coisa rara no sertão e praticamente inacessíveis ao povo comum, devido ao alto custo. Desse modo, essas viagens se tornavam uma aventura cheia de percalços e incertezas; entretanto, a busca por uma vida melhor movia o sonho de milhares de brasileiros, sendo o combustível necessário para se seguir adiante e chegar ao seu destino.

Caminho Real ou Estrada Real era o nome oficial de todas as estradas construídas nas colônias portuguesas da época. Assim, com o objetivo de ter um controle mais eficiente das pedras preciosas enviadas a ela, a Coroa Portuguesa tinha como responsabilidade a fiscalização e manutenção dessas estradas. Para tanto, foram construídos os registros e contagens nas localidades estratégicas, principalmente na divisa das Capitânicas hereditárias, a fim de arrecadar tributos sobre o ouro e diamante, animais, produtos agrícolas e escravos em trânsito.

Mas quando se cria o caminho, surge o descaminho. Desse modo, o termo “Estrada Real” se refere às rotas reconhecidas pela Coroa Portuguesa como único caminho por onde o ouro podia ser escoado até alcançar a cidade do Rio de Janeiro para ser enviado ao Rei de Portugal. Assim, aqueles que circulavam com a mercadoria por rotas não oficiais eram considerados como descaminhadores e condenados a penas severas. Quando se extraía o metal, o minerador deveria se dirigir, obrigatoriamente, às casas de fundições para se pagar o imposto denominado “Quinto”, ou seja, 20% ficava retido e o restante era transformado em barra e recebia uma numeração de controle.

No momento em que foram construídos, esses caminhos eram trilhas estreitas abertas no mato, mas quais cabiam uma tropa em fileira, que passaram a ser denominados de “picadas”. Conforme o movimento de tropas, alguns desses caminhos se alargavam, enquanto outros eram fechados pelo mato.

As tropas tinham um papel importantíssimo, pois abasteciam os novos arraiais auríferos, trazendo, principalmente, produtos industrializados das grandes cidades do litoral. Compravam e vendiam uma grande variedade de mercadorias, como roupas, carne seca, tecido, sabão, marmelada, algodão, manteiga, frutas, aguardente, dentre muitas outras.

Até a terceira década do século XVIII, já havia três importantes picadas de tropeiros que saíam dos centros desenvolvidos do Brasil – Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo – adentravam o ermo sertão brasileiro para alcançar as longínquas regiões auríferas do Planalto Central. Alguns desses caminhos se transformaram em Estradas Reais, por um tempo determinado, normalmente acompanhando a produtividade das minas de ouro da localidade.

Mas com o passar do tempo e o declínio da mineração, ocorrido no final do século XVIII, boa parte dessas estradas perdeu sua importância e ficou sem movimento. Assim, transitar por elas era uma jornada bastante imprevista devido a fatos recorrentes que sempre aconteciam, como ataque de tribos hostis, picadas de animais peçonhentos, ataque de animais selvagens, além do mau estado de conservação com pontes caídas, falta de pontos de apoios, dentre outros.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

No século XIX, inúmeras rotas de comunicação já haviam sido abertas em território brasileiro, interligando as novas vilas e cidades que surgiam a cada momento, contudo ainda trafegadas por tropas e carros de boi, que eram os principais meios de transportes. Gelmires Reis declara que já não era mais possível medir a distância nas estradas por que a cada momento se abriam novas picadas conforme o interesse dos tropeiros ou dos moradores⁸⁰. Mas a mudança significativa dessas estradas no Brasil ocorreu a partir da década de 1920, quando começou a montagem de automóveis em território nacional. A Ford Motors Company tinha iniciado a montagem dos primeiros veículos motorizados da marca Ford “T”, em São Paulo, em 1919. A General Motors Company também fez o mesmo a partir de 1925, com o Chevrolet “Cabeça de Cavalo”⁸¹.

No Brasil, o Ford “T” era chamado de Ford Bigode⁸² e, em 1922, chegou a Planaltina uma caravana com 7 desses automóveis transportando toda a comitiva e mais seis caminhões Ford TT carregando 5 toneladas de material (pedra, cimento, brita...) para edificar a Pedra Fundamental⁸³.

A jornada teve início às 5h da madrugada, trilhando a primeira estrada de rodagem que adentrou o quadrilátero demarcado por Luiz Cruls, aberta um ano antes (1921) pela empresa Bevinhati, Salgado e Cia. Percorreu um trajeto de, aproximadamente, 300 km, com inúmeros trechos precários. “A viagem até Planaltina demorou três dias, saindo de Ipameri/GO, final da estrada de ferro, passava em Santa Luzia, depois em Planaltina e chegava até Formosa”⁸⁴.



Lia Costa

A partir daí, com a popularização do automóvel no Brasil, as antigas estradas cavaleiras e de carros de boi, foram alargadas para o transporte de veículos motorizados. Desse modo, boa parte dessas rotas foram cobertas pelo asfalto, enquanto que outras foram desfeitas pelos arados para o plantio de lavouras. Mas ainda existem inúmeros trechos originais preservados, sendo que alguns se transformaram em roteiro de turismo histórico. As

80 REIS, Gelmires; MEIRELLES, Evangelino. Almanach de Santa Luzia. Santa Luzia: Typographia do Planalto, 1920. p. 104.

81 História do Carro Brasileiro. Disponível em: <http://www.carroantigo.com/portugues/conteudo/curio_hist_carro_brasileiro.htm>. Acesso em: 05 ago. 2018.

82 No Brasil, o Ford “T” era chamado de Ford Bigode.

83 Cf. ELEUTÉRIO, Robson; MENDES, Xiko. Pedra Fundamental: o marco zero da capital. Brasília: APLAC, 2013. p. 26.

84 Documento avulso da Biblioteca Pública de Ipameri (GO), em junho de 2012.

Capítulo VI - Caminhos e descaminhos no Brasil Central

primeiras estradas que adentraram o Brasil Central no século XVIII seguem descritas na relação abaixo.

Caminhos do Brasil Central (Sec. XVIII)

A região do DF começou a ser ocupada pelos colonizadores desde o século XVIII, tornando-se ponto de passagem das principais rotas do Brasil Colonial. Para monitorar esses caminhos, foram construídos os postos fiscais do sertão, denominados de Registros e Contagens. Algumas fontes documentais registraram esse período da história e nos mostra os principais pontos de fiscalização das picadas no centro do Planalto. Havia os registros de Lagoa Feia, Arrendidos e Santa Maria, e as contagens de São João das Três Barras, São Bartolomeu e São Bernardo, incumbidas de arrecadar os tributos para a Coroa português.

Na medida em que esses caminhos eram reconstituídos, a partir das referências básicas citadas na cartografia, foi possível perceber que o seu trajeto principal atravessava inúmeras unidades de conservação do Distrito Federal e área de influência.

A principal estrada que cortava todo o quadrilátero do Distrito Federal, de nordeste a noroeste foi a Picada da Bahia, cuja rota e muitos “causos” ainda permanecem na memória de antigos moradores da região.

Entretanto, um dos primeiros caminhos abertos para dar início a colonização de Goiás foi o trajeto traçado por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera II, em 1725, após a descoberta de ouro nas terras da tribo Goyá. Ele chefiou a expedição povoadora que fundou os primeiros arraiais em Goiás. Essa estrada, conhecida como Caminho dos Paulistas, saía da Vila de Piratininga, acompanhava o curso do Tietê, até adentrar a Capitania de Goiás pelo registro do Rio Grande na divisa com Minas, atual região do Triângulo Mineiro. Em terras goianas, a estrada passava pelos Arraiais de Santa Cruz, Bonfim (Silvânia), até alcançar Meia Ponte (Pirenópolis), local onde convergia com a Picada da Bahia e a Estrada Real; seguia, posteriormente, para Vila Boa (Cidade de Goiás), antiga capital. Entretanto, essa rota não será objeto de pesquisa nesse momento, uma vez que apenas um pequeno trecho cortava o sudoeste do Distrito Federal nas alturas de Ponte Alta, no Gama/DF, quase não fazendo parte da memória dos antigos moradores.

Como se vê, todas as principais rotas do Brasil Colônia que davam acesso ao Planalto Central convergiam para os Arraiais de Meia Ponte e Vila Boa, antiga capital do Estado de Goiás (confira na p. 150). Transformavam-se, a partir daí, em apenas uma, no Estradão de Cuiabá, para adentrar a imensa Capitania do Mato Grosso, chegando até a fronteira com a Bolívia, onde mais tarde foi construída a Vila Bela da Santíssima Trindade (MT).

A Picada da Bahia

Também conhecida como Caminho do Sertão, Estradas dos Currais, era uma imensa estrada que saía de Salvador, cortava o nordeste goiano e noroeste mineiro para dar acesso à cidade de Goiás. O início dessa estrada era a Vila de Cachoeira, no Recôncavo Baiano,

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

e depois passava por Cruz das Almas, Castro Alves, e Iramaia, até chegar às Minas do Rio de Contas, o mais importante Arraial do interior baiano àquela época. Dali, a estrada seguia até as margens do Rio São Francisco, chegando a Carinhanha e ao Registro de Malhada, onde se cobrava o imposto Direitos de Entradas, sobre o gado e os escravos que eram levados para trabalhar na mineração em Goiás e Mato Grosso. A partir de Carinhanha, havia duas rotas para se chegar ao Planalto Central. A primeira era fluvial, navegando o Rio São Francisco até Porto de Salgado (Januária), São Romão, para alcançar o Rio Paracatu. A segunda opção era por terra: a partir de Carinhanha seguia em direção ao registro de Santa Maria, em Formoso (MG), na região do Grande Sertão Veredas, acessando facilmente o Arraial dos Couros pela imensa região do Vão do Paranã.

Aberta em 1736 durante o governo de D. João V, essa estrada adentrava a Capitania de Goiás pelo Registro de Santa Maria do Vão do Paranã, sendo relatada por diversos personagens até o início do século XX. Fazia parte do sistema de “entradas” da Capitania de Goiás, situado na fronteira com Minas Gerais, na serra de Santa Maria, no atual município de Sítio da Abadia. Entretanto, a cidade que se tornou referência para esse registro foi Formoso/MG, cuja paisagem fez parte da obra Grande Sertão Veredas, de Guimarães Rosa.



Entrada do Parque Grande Sertão Veredas – Chapada Gaúcha/MG - Foto: Robson Eleutério

Seu trajeto cortava todo o quadrilátero, de nordeste a noroeste, passando pelo Pouso do Mestre d'Armas (Planaltina), por São João das Três Barras (FERCAL, em Sobradinho), e depois em Vendinha (Brazlândia). O destino seguinte era o Arraial de Meia Ponte (Pirenópolis) e, por último, a capital goiana, Vila Boa. Esse pequeno roteiro da estrada foi reconstituído pelos historiadores Paulo Bertran e Robson Eleutério, dando origem a um roteiro denominado Estrada Colonial do Planalto Central, tornando-se fundamental para entendermos a história da região do Distrito Federal e área de influência.

Os viajantes da época e aventureiros de hoje, quando passam por trechos dessa antiga

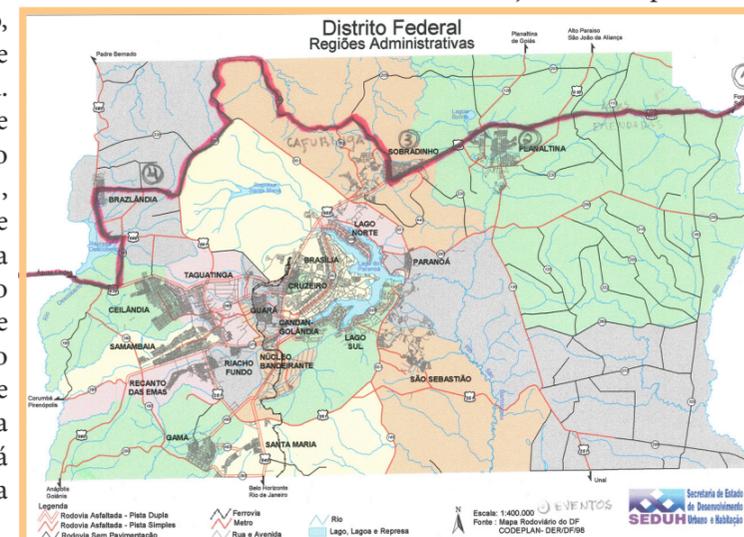
Capítulo VI - Caminhos e descaminhos no Brasil Central

picada, deparam com um cenário exuberante. Contempla-se a Reserva Ecológica de Águas Emendadas (Planaltina), a Serra da Contagem (Sobradinho), o Parque Nacional (Brasília) e Apa de Cafuringa (Brazlândia). Retornando ao estado de Goiás, seguindo a oeste, encontra-se a Cachoeira de Corumbá, o Parque dos Pirineus (Cocalzinho/Pirenópolis) e a Serra Dourada na Cidade de Goiás, além de outros belos locais.

Na divisa nordeste do Distrito Federal havia o Registro da Lagoa Feia em Formosa/GO, construído para fiscalizar o gado vindo das propriedades localizadas nos Currais do rio São Francisco e as mercadorias oriundas das Capitanias da Bahia e Pernambuco, que entravam em Goiás, para abastecer os arraiais mineradores recém-descobertos. Naquela época, as principais propriedades criadoras de gado do Brasil se localizavam às margens do Rio São Francisco, de onde eram levados para várias localidades da colônia portuguesa. O Major Olimpio Jacinto, historiador formosense, relata que conheceu as ruínas desse registro no início do século XX: “Era uma construção bastante semelhante às edificações da época, espaçosa com pé-direito baixo, coberta com telhas, localizada na parte setentrional da Lagoa Feia”⁸⁵.

Personagem bastante conhecido em Planaltina, seu Erasmo de Castro⁸⁶ nos relatou que essa estrada era muito conhecida por moradores de Planaltina e Formosa como a rota principal pela qual se chegava à Bahia. Ainda hoje, ela permanece no imaginário de vários moradores da região, que guardam na memória antigas histórias contadas por seus ancestrais. Luiz da Cunha Menezes passou por essa estrada em 1778, vindo da cidade de Salvador para assumir como governador de Goiás.

Essa estrada passava pelo Registro da Lagoa Feia, Arraial dos Couros e vale do Rio Paranã, nas proximidades do Rio Bandeirinha, e continuava em direção ao Chapadão do Visconde de Porto Seguro, hoje denominado de Chapadão do Pípiripau. Nesse trecho ainda existe uma picada antiga no Núcleo Rural Pípiripau II (DF), alargada para o transporte de automóveis, que seguia para o pouso do Sítio Novo, perto da Reserva de Águas Emendadas. Dentro da reserva, no local que se encontra a nascente da dispersão das águas, ainda há um trecho preservado dessa antiga picada.



Trajeto da Picada da Bahia no Distrito Federal desenhado por Paulo Bertran

85 BERTAN, Paulo. História da Terra e do Homem no Planalto Central, p. 174.

86 Erasmo de Castro era filho de Viriato de Castro, guia da Missão Cruls. Entrevista realizada em maio de 2006

Continuando pela estrada, chegava-se ao Distrito de Paz Mestre d'Armas, na época constituído por algumas casas na Praça de Igrejinha São Sebastião e outras dispersas no local onde hoje se encontra o antigo Centro histórico de Planaltina. Depois seguia para a lagoa Mestre d'Armas, homônimo do Distrito, onde dava uma volta de quase 180° em suas margens, contornando metade da lagoa situada na Estação Ecológica de Águas Emendadas. Em agosto de 1892, a Comissão Exploradora do Planalto Central passou por essa estrada e deixou um mapa retratado no Atlas dos Caminhamentos⁸⁷. Ao chegar à Lagoa Mestre d'Armas, descreveu com detalhe o cenário que encontrou, afirmando que o espelho d'água tinha 6 km de comprimento por 800m de largura, com muitos coqueiros em suas margens.

Logo adiante, a uma légua (6 km), seguia a picada atravessando o Corguinho, citado no roteiro de Cunha Menezes⁸⁸, como "Corgo". Ele nasce perto do condomínio Bela Vista, em Sobradinho, e corre a nordeste para o bairro DVO em Planaltina, e deságua no ribeirão Mestre d'Armas.

O destino seguinte era Sobradinho, na atual região administrativa com o mesmo nome, e depois continuava para a Contagem de São João das Três Barras. Nesse local foi construído um posto fiscal para arrecadar tributos sobre produtos agrícolas, em 1736, no mesmo ano em que foi aberta a estrada para a cidade de Salvador, Bahia. As pedras preciosas garimpadas no leito dos rios de São José do Tocantins e Trahíras (Niquelândia), a segunda maior produtora de ouro da Capitania de Goiás, também era fiscalizada na Contagem. O destino seguinte era os portos do Rio de Janeiro, de onde era enviado a Portugal. Esse caminho foi aberto por Urbano do Couto Menezes para ser uma rota mais objetiva até São José do Tocantins, passando pela região onde surgiu Mimoso e Padre Bernardo. O ouro explorado nas minas do Tocantins passou por essa contagem, que chegou a receber cerca de duas mil tropas anuais e comboios de escravos com dez mil homens, nos anos mais produtivos⁸⁹.

Mas a velha picada continuava com sua rota principal seguindo a noroeste do quadrilátero do DF, contornando o Parque Nacional de Brasília e seguia para Vendinha em Brazlândia. O destino final era o importante Arraial de Meia Ponte, onde se encontrava com outras estradas indo sentido ao Arraial de Vila Boa, capital de Goiás.

Em alguns momentos da história, a Estrada dos Currais tornou-se Estrada Real, onde se permitia a livre circulação do ouro. No entanto, durante boa parte do Brasil Colônia, fora denominada como "descaminho" pelas autoridades, cuja argumentação era evitar o contrabando de pedras preciosas, levando o governo a adotar sérias medidas proibitivas para se ter pleno controle dessa rota.

87 CRULS, Luís. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central. Brasília: Senado Federal, 2012. p. 345.

88 BERTAN, Paulo. Notícia Geral da Capitania de Goiás. Brasília: Solo, 1997. p. 69.

89 Cf. BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central, p. 176.

Segundo as autoridades portuguesas e paulistas⁹⁰, esse emaranhado de picadas que convergiam para os Currais do São Francisco facilitava demasiadamente a ação dos contrabandistas. Uma expressiva quantidade de ouro extraído nas minas goianas chegava facilmente aos portos das Capitanias do Maranhão, Grão-Pará e Bahia. Depois, esse metal era enviado para a França, Espanha, Holanda e Inglaterra, principalmente.

A Picada de Goiás

Mundo goiano meu de velhas estradas minhas, acabadas, perdidas. As estradas novas, alheias, aí estão cruzando tudo. Se fazem e se refazem, retíssimas. Asfaltadas, caminham correndo em cima de automóveis, velozes, sem saber se o cerrado está seco ou florido⁹¹.

A Picada de Goiás era um prolongamento da Estrada Real (Rio de Janeiro e Minas Gerais) que chegava a terras goianas. Saía do Rio de Janeiro, passava pela região aurífera de Minas Gerais, São João Del Rey, Ouro Preto e seguia a oeste do estado por uma picada onde posteriormente surgiram as cidades de Piumhi, Bambuí, Araxá, Desemboque, Patrocínio e Paracatu, porta de entrada para a Capitania de Goiás. Essa estrada foi aberta por ordem do governador de Minas em 1733, pois "era necessário repelir a agressão dos índios e destruir o grande número de quilombos, formadas com a fuga de escravos fugidos das minas que incomodavam muito os moradores"⁹².

Desse modo, a história do primeiro núcleo de povoamento em Paracatu tem uma ligação íntima com essa estrada. Entretanto, os bandeirantes Felisberto Caldeira Brant e José Rodrigues Fróis exploraram pedras preciosas na região na década seguinte, e em 1744 foi comunicada ao governador de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, a notícia da descoberta das Minas de Paracatu⁹³.

Mas, uma década antes, essa picada já era uma rota importante que seguia com destino à Capitania de Goiás, utilizada para o transporte de mercadorias, escravos e gado. Assim, recebeu o título de Estrada Real e tornou-se a estrada oficial que escoava o ouro extraído nas minas goianas e mato-grossenses aos portos do Rio de Janeiro, para ser enviado ao rei de Portugal. No decorrer do século XVIII, ela teve um significativo movimento de tropas e atravessava Paracatu, dando origem à Rua Goiás.

90 As minas goianas localizavam-se em terras da Capitania de São Paulo até o ano de 1748, quando foi criada a Capitania de Goiás.

91 RIBEIRO, Darcy. O Mulo. Rio de Janeiro: Record de Serviços de Imprensa, 1981. p. 221.

92 ALENCASTRE, José Martins Pereira de (1863). Anais da Província de Goiás. Brasília: Ipiranga, 1979. p. 70.

93 Cf. GONZAGA, Olímpio. Memória histórica de Paracatu. Uberaba: Typografia Jardim e Companhia, 1910. p. 8.



Avenida Goiás em Paracatu/MG - Foto: Robson Eleutério

Na estrada que seguia para Santa Luzia havia o Registro Olhos D'Água, localizado na comarca de Paracatu, a doze quilômetros a nordeste da cidade. O roteiro atravessava a Serra dos Cristais, em cujo local ainda não existia Cristalina; contudo, a exploração e o comércio de cristais foram relatados pelo viajante Johann Emmanuel Pohl na segunda década do século XIX:

Por diversas vezes ouvi comentar em Paracatu acerca da riqueza da Serra dos Cristais com cristais amarelos e brancos de grandeza incomum. Com isso minha curiosidade ficou extremamente excitada. Eu estava aflito para ver essas pedras que, diziam-me, eram de tão perfeita beleza que os ignorantes frequentemente a tomavam por topázio e por tal a comprava⁹⁴.

E continuando adiante, na divisa com Goiás, chegava-se ao Registro de Arrependidos, construído para fiscalizar as mercadorias que entravam na província, vindas principalmente do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Havia um prédio que era a sede do Registro, instalado em uma residência comum, como tantas outras da época, com duas celas de cadeia ao lado e nas suas proximidades havia um rancho que abrigava os tropeiros. A segurança era feita por um alferes, que também assumia a função de comandante, e mais um soldado. “Ali os fardos eram pesados a fim de verificar se nada foi subtraído e os viajantes eram revistados para verificar se carregavam ouro em pó, pois era proibido⁹⁵. Pela lei da época, só era permitido o transporte de ouro em barra, “quintado”, já que 20% era retido para o rei de Portugal. Mesmo com todas essas normas vigentes, essas medidas de segurança acabavam se tornando uma formalidade inútil, uma vez que os contrabandistas poderiam escapar facilmente por desvios que havia antes da maioria dos postos fiscais.

94 POHL, Johann Emanuel. Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 105.

95 SAINT-HILAIRE, August de. Viagem à Província de Goiás. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 21.

O historiador Olympio Jacinto declarava que o comércio com Minas Gerais devia também passar pela Lagoa Feia, em Formosa (GO), antes de 1750, uma vez que a Picada de Goiás interligava as recém-descobertas minas de Goiás com a Capitania de Minas Gerais⁹⁶. No roteiro dessa estrada, seguindo de Paracatu para o Registro de Lagoa Feia em Formosa/GO, passava-se pelo Registro de Arrependidos, seguindo o curso do Rio Preto, onde hoje existe a Barragem de Queimados.

A partir de Arrependidos, a estrada se bifurcava em dois sentidos: a norte havia uma estrada que chegava ao Registro de Lagoa Feia, em Formosa, margeando o lado direito do Rio Preto. Em 1892, quando realizava as pesquisas da Comissão Exploradora do Planalto Central, com o objetivo de escolher o local ideal para a nova capital, Luis Cruls registrou essa rota como a Estrada Real de Paracatu a Formosa. Ela aparece no mapa dos caminhamentos, nas proximidades do local onde foi colocado o vértice sudeste do quadrilátero do DF. Erasmo de Castro, antigo morador de Planaltina e profundo conhecedor da região, lembrava também dessa estrada, passando por Palmital⁹⁷, hoje pertencente ao município de Cabeceira Grande/MG, na divisa com o Distrito Federal. As antigas referências dessa localidade que aparecem na cartografia do século XIX, ainda permanecem as mesmas denominações nos dias atuais, a saber: Córrego São Bernardo, Fazenda Jardim, Povoado de Buriti Vermelho, Palmital, todos no mesmo caminho entre o Registro de Arrependidos e a Lagoa Feia.

Nessa época já fazia um século que a mineração havia entrado em decadência, o Brasil já havia consolidado o sistema republicano, e ainda assim, essa estrada permanecia com a nomenclatura antiga conservando seu trajeto principal.

A oeste de Arrependidos, a picada seguia para a Contagem de São Bartolomeu, situada nas margens do rio com o mesmo nome para atingir o destino seguinte, que era as minas de Saia Velha, porta de entrada para o importante Arraial de Santa Luzia. Nessa época, esse arraial era de grande importância, possuindo uma igreja que era elogiada por aqueles que visitavam o local. Segundo Cunha Matos, a Igreja Matriz era bem conservada, com os dois melhores campanários da província⁹⁸. O Arraial dos Couros, que deu origem a Formosa/GO e a Arraial de Mestre d'Armas, onde surgiu Planaltina, pertenciam ao Julgado de Santa Luzia até a primeira metade do século XIX.

Deixando Luziânia, seguia-se a oeste para Santo Antônio do Descoberto, que também fazia parte de seu território. Gelmires Reis, um grande historiador de Luziânia, registra um momento importante da história desse local:

96 Cf. BERTRAN, Paulo. A história da terra e do homem no Planalto Central. Brasília: Editora da UnB, 2011. p. 283.

97 Entrevista realizada no Museu de Planaltina, em 2008.

98 Cf. MATTOS, Raimundo José. Corografia histórica da Província de Goiás. Goiânia: SUDECO, 1979. p. 105.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

Sabendo o major José Pereira Lisboa que um caçador, residente nas margens do ribeirão Despenhado, tinha encontrado no bucho de um veado algumas folhetas de ouro, tratou de examinar o lugar e tanto ouro encontrou, que para ali se passou nesse ano, com sua escravatura e abriu grande serviço. O ribeirão, por causa de sua riqueza, passou a ser chamado de Descoberto e o lugar do acampamento, Montes Claros. Lisboa construiu ali uma capela dedicada ao Santo Antônio em 1758. A 6 de setembro de 1758, Santa Luzia foi designada pra sede de comarca eclesiástica, sendo nomeado o vigário e padre Domingos Ramos⁹⁹.

Logo depois do Arraial de Montes Claros, chegava-se ao Rio Macacos e Areias, duas importantes referências geográficas ao longo da estrada. Ambos foram retratados pelos viajantes europeus que fizeram incursões ao interior do Brasil, bem como pelos membros da Expedição Exploradora do Planalto Central (Missão Cruls). O naturalista Auguste de Saint-Hilaire, tendo dormido na fazenda Macacos quando seguia para Corumbá, declarou: “a cerca de uma légua desse lugar, parei à beira de outro rio, chamado Ribeirão dos Macacos, que nasce a mais ou menos cinco léguas dali, e é um dos afluentes do Corumbá”¹⁰⁰.



Rio Macacos em Santo Antônio do Descoberto/GO

No roteiro dessa antiga picada, surgiram a Cidade Eclética e Aparecida de Loiola, cujas fundações são recentes, e seguindo adiante, passava-se também pelo ribeirão Ponte Alta, antes de chegar a Corumbá. Nas imediações dessa estrada também surgiram as cidades de Alexânia e Abadiânia, ocupando terras que outrora pertenciam a Corumbá, Pirenópolis e Santa Luzia. Algumas propriedades, localizadas na região onde surgiu o povoado de Olhos d'Água, ainda hoje apresentam nas suas escrituras o registro de Estrada Real como limite entre elas. Laís Aderne, a criadora da “Feira do Troca”, falava de uma placa de madeira, com os dizeres Estrada Real, que ficava na estrada de sua antiga propriedade no Distrito de Olhos D'Água, em Alexânia¹⁰¹.

A estrada continuava chegando a Corumbá, localizada às margens do rio com o mesmo nome. A origem do povoado remonta ao século XVIII, também em função da mineração, assim como todos os demais da província de Goiás que surgiram naquele século. Segundo Saint-Hilaire, o Arraial de Corumbá tem o formato de um triângulo,

99 REIS, Gelmires; MEIRELLES, Evangelino. Almanach de Santa Luzia. Santa Luzia: Typographia do Planalto, 1920. p. 15.

100 SAINT-HILAIRE, August de. Viagem a Província de Goiás, p. 31.

101 Entrevista realizada com Laís Aderne, no CET/UnB, em 2010.

Capítulo VI - Caminhos e descaminhos no Brasil Central

achando-se situado às margens do rio com o mesmo nome e na encosta de um morro¹⁰².

O destino seguinte era o Arraial de Meia Ponte, considerado um dos mais importantes da Capitania. Entre essas duas cidades se localiza o Morro Grande, onde convergia a Estrada do Norte, a Picada da Bahia e Estrada Real que vinha de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O historiador corumbaense Ramir Curado revela que ainda hoje existem trechos preservados; entretanto, boa parte deles já desapareceu dando lugar às lavouras do agronegócio.



Sede da antiga Fazenda Macacos em Santo Antônio do Descoberto/GO

Continuando a jornada rumo a oeste para alcançar a capital Vila Boa, passava-se por Jaraguá, Ouro Fino e Vila do Ferreiro, quando já se avistavam os contrafortes da Serra Dourada, que contorna a cidade banhada pelo Rio Vermelho.

A Estrada do Norte

Em Meia Ponte e Vila Boa, surgiu também uma nova estrada que dava acesso ao norte do país: era a Estrada do Norte, interligando os núcleos de povoamento das regiões auríferas do Tocantins (Traíras, Cavalcante, Arraias, Natividade, Porto Real e Vila da Palma) às estradas que levavam aos portos do litoral, nas Capitanias do Grão-Pará e Maranhão.



Cidade Eclética, localizada no roteiro da Picada de Goiás

Logo após a fundação do Arraial Natividade (1734) e de Traíras/São José do Tocantins (1735), o governador da Capitania de São Paulo, Dom Luiz de Mascarenhas, organizou uma expedição para descobrir ouro em outras localidades e fundar novos povoados. Assim, em 1740, ele seguiu para o Arraial de Natividade e, durante a sua passagem, presenciou a descoberta e fundação dos arraiais de “Cavalcante, Arraias, Conceição e Chapada, auxiliado eficazmente por Domingos Pires, Manoel de Souza Ferreira, Francisco Cavalcante, e alguns dos outros homens mais poderosos do norte”¹⁰³.

Naturalmente, esses povoados foram interligados com novas picadas, saindo da capital Vila Boa e seguindo um itinerário sempre ao norte, cujo destino era as minas de ouro do

102 Cf. SAINT-HILAIRE, August de, op. cit., p. 32.

103 ALENCASTRE, José Martins Pereira de (1863). Anais da Província de Goiás, p. 79.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

Tocantins. Ao longo dessa estrada, repentinamente, surgiram dezenas de povoados, todos em função da mineração. Para se ter uma administração eficiente e um melhor controle das pedras preciosas extraídas nas novas minas, a Capitania de Goiás foi dividida em duas Comarcas: a Comarca do Norte e do Sul.

A colonização da Comarca do Norte de Goiás aconteceu tardiamente devido ao isolamento da região, com picadas precárias e principalmente em função do ataque de indígenas hostis à presença do colonizador. Algumas tribos atacavam constantemente os novos arraiais e as fazendas localizadas em suas redondezas, causando enormes prejuízos e perdas humanas de ambos os lados, a exemplo dos Xavantes e Avá Canoeiros.

O Padre Luiz Antônio da Silva e Souza detalhou as principais localidades que ficavam ao longo do trajeto dessa estrada. A partir de Vila Boa, percorria-se uma picada de 282 léguas (1.692 km) até chegar a São João das Duas Barras¹⁰⁴, que era o ponto final da estrada, situado próximo à confluência dos Rios Araguaia e Tocantins, na divisa com a Capitania do Pará.

Deixando Vila Boa, seguia-se para Barra, no local onde o rio Bugres deságua no Vermelho. Os povoados seguintes que ficavam ao longo da picada eram o Arraial da Anta e Tesouras. Na maioria das vezes, os nomes das localidades têm uma ligação com algo da região, assim, segundo a tradição oral, havia um grande número de pássaros da espécie Tesourinha, que voavam sobre a região onde foi encontrado ouro em 1755.

Seguindo a noroeste, o próximo destino era o Arraial de Crixá, terra de indígenas com essa mesma denominação, fundado em 1734; e o outro arraial que ficava nas suas proximidades era Pilar (1741), onde foi erguida uma igreja em devoção a Nossa Senhora do Pilar. Nesse roteiro merece destaque o Museu Casa da Princesa, localizado em um prédio construído no século XVIII. Seu acervo é composto por, aproximadamente, mil peças, dentre documentos históricos, fotografias e vários objetos, destacando-se o mobiliário e utensílios domésticos utilizados nos casarões da época¹⁰⁵.

Depois a estrada continuava sentido leste para atingir as minas situadas nas imediações do arraial de Taíras e São José do Tocantins (Niquelândia)¹⁰⁶. Existiam ainda as de Água Quente, Muquém e Cocal, este último assim identificado devido à grande quantidade de coqueiros em suas terras. Era a segunda região maior produtora de ouro de Goiás, perdendo apenas para os arraiais situados nas imediações da capital. Em Água Quente foi encontrada uma pepita de ouro pesando 20 quilos, enviada ao rei de Portugal, como prova da vitalidade de suas minas. Veja a narrativa do Barão de Eschwege:

104 Cf. SOUZA E SILVA, Luiz Antônio. O descobrimento da Capitania de Goiás. Goiânia: SUDECO, 1967. p. 74.

105 Disponível em: <<http://pilar.go.gov.br/noticia/49-museu-casa-da-princesa-casa-setecentista>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

106 Cf. SOUZA E SILVA, Luiz Antônio. O descobrimento da Capitania de Goiás, p. 75.

Capítulo VI - Caminhos e descaminhos no Brasil Central

A fundação deste importante lugar à margem de uma grande e profunda lagoa de água quente, da qual recebeu o nome, teve lugar no ano de 1732. O ouro, a princípio, foi encontrado ali em tão grande quantidade, que se reuniram no local, em pouco tempo, mais de doze mil pessoas. Entre as maiores pepitas encontrou-se uma que pesava quarenta e três libras, sobre cuja posse teve lugar uma longa demanda. Essa pepita, por ser muito rara, foi enviada para Lisboa e conservada no Real Museu da Ajuda, onde, segundo rumores que correm, foi roubada pelos franceses, em 1807¹⁰⁷.

O destino seguinte da estrada era Cavalcante, que permanece com a mesma denominação, localizado na exuberante região da chapada dos Veadeiros. Existia na sua proximidade o importante Arraial de São Félix, local onde foi construída a Casa de Fundação da Comarca do Norte de Goiás, incumbida de receber todo o ouro extraído na região e transformá-lo em barras, retendo, assim, a quinta parte que deveria ser enviada ao rei de Portugal.

Continuando a jornada, chegava-se ao Morro do Chapéu e Arraias, hoje localizados na divisa de Goiás com Tocantins. Durante a passagem do governador Mascarenhas foram organizadas expedições para explorar alguns locais que, segundo informações fornecidas por aventureiros, eram ricas em ouro. Em Arraias houve uma exploração no Rio do Sono; e no ano seguinte, explorou-se o leito do rio Manoel Alves.



Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Tocantins



Porta da Igreja Matriz - Foto: Robson Eleutério

107 ESCHWEGE, Wilhem Ludwig Von. Pluto Brasiliensis. v. I. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia, 1979. p. 65.

A próxima paragem era Conceição do Tocantins, local onde existia um “sítio riquíssimo em ouro e que se destacava também pela criação de gado nos excelentes pastos que possuía”¹⁰⁸. A partir desse local, havia também uma estrada para a São José do Duro, fundada em 1750, na aldeia em que vivia uma tribo indígena da etnia Acroá. Esse aldeamento deu origem à cidade de Dianópolis, localizada próxima à Serra Geral, a qual é retratada na obra *O Tronco*, do escritor goiano Bernardo Élis.

A estrada do Norte continuava rumo ao Arraial de Natividade, considerado um dos locais mais importantes da Comarca do Norte. Fundada em 1734, o arraial era extenso, aprazível, com boas casas, belas ruas, largas praças, casa de conselho, quatro igrejas, uma companhia de infantaria, duas de cavalaria, uma de Henriques milicianos e uma de ordenanças¹⁰⁹. A cidade possui o maior patrimônio preservado do período colonial em Tocantins, cujo conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico foi tombado pelo IPHAN, em 1987, com cerca de 250 prédios e igrejas preservadas.

Seguindo sentido noroeste, a picada dava acesso ao Arraial do Carmo, e, por fim, inflectia a oeste, seguindo para o Arraial de Porto Real, na margem direita do rio Tocantins, e ao arraial do Pontal, na margem esquerda. Fundado em 1746, o Arraial do Carmo era o mais importante da localidade, formado por uma centena de casas, possuindo uma companhia de infantaria, uma de cavalaria, uma de ordenanças¹¹⁰ e uma de henriques milicianos¹¹¹.

A partir daí as rotas de comunicação eram fluviais, podendo alcançar o Maranhão e Pará. Contudo, navegar por essa região era uma aventura de alto risco, principalmente por conta do ataque dos povos nativos.

Os impostos da Fazenda Real

No início do século XVIII, foram enviados a Portugal os primeiros carregamentos de ouro do Brasil, resultado da descoberta do metal em Minas Gerais no momento em que se organizavam as bases da Capitania, a partir da criação das primeiras vilas e organização das comarcas de Vila Rica (Ouro Preto); Rio das Velhas, com sede em Sabará; e a do Rio das Mortes, em São João Del-Rei. O resultado da exploração do metal nessas minas rendeu a Portugal o montante de 25 mil/kg de ouro somente no ano de 1720.

108 MATTOS, Raimundo José. *Corografia histórica da Província de Goiás*. Goiânia: SUDECO, 1979. p. 126.

109 Ibid, p.127.

110 As Companhias de Ordenanças foram criadas pelo regimento de 10 de dezembro de 1570 e constituíam-se como forças militares do Reino e colônias portuguesas, compostas por moradores locais e encarregadas da manutenção da ordem interna.

111 Eram tropas auxiliares, posteriormente denominadas milícias, criadas em 7 de janeiro de 1645 e tinham como atribuições a manutenção da posse territorial, da ordem e da lei.

Para administrar a região mineradora, foram criadas as poderosas intendências do Ouro e Diamantes, subordinadas à Fazenda Real, com o intuito de se ter um pleno controle sobre as pedras preciosas encontradas na Colônia. A intendência era composta por um superintendente para supervisionar as atividades de mineração e de um guarda-mor, cujo papel era repartir e fiscalizar as jazidas entre os mineradores. Havia um superintendente para cada Capitania, pessoa de estrita confiança do governador. Em Goiás, o primeiro superintendente foi Bartolomeu Bueno da Silva, descobridor do ouro; e seu genro João Leite Ortiz ficou como Guarda-Mor das minas.

Para fiscalizar e arrecadar recursos à Fazenda Real, as autoridades mandaram construir os Registros, normalmente localizados nas divisas das Capitânicas, cujo papel era taxar e fiscalizar a circulação do ouro, dos escravos e do gado. Na região do Distrito Federal, foram construídos os registros de Lagoa Feia em Formosa (GO), e o de Santa Maria em Formoso (MG), na divisa de Goiás, Minas e Bahia. Ainda mandaram construir as Contagens que funcionavam como um posto fiscal intermediário onde era cobrado, prioritariamente, o dízimo. Em Sobradinho (DF), havia a Contagem de São João das Três Barras e, próximo a Luziânia (GO), a Contagem do São Bartolomeu.

Eram construídos em locais de difícil passagem, normalmente, em uma estrada regular, em um “vão de serra”, “fecho de morros” ou desfiladeiro, próximo a um curso de água, que além de assegurar o abastecimento da repartição, retardava ou dificultava a passagem dos contribuintes. O pessoal dos registros se compunha de um Administrador (representante do Contratador), um Fiel (representante da Fazenda Real), um Contador e dois ou quatro soldados. Os prédios consistiam na “casa do registro”, nas residências do fiel e do administrador, no quartel dos soldados, em um rancho para os tropeiros contribuintes e em um curral para os animais. A estrada era fechada por um portão com cadeado. O equipamento era mínimo: livros contábeis, cofre, balança com pesos, medidas para volumes, armas e utensílios domésticos.

Os três principais impostos básicos, cobrados pela Fazenda Real na época, eram o dízimo, as entradas e o quinto. O primeiro deles incidia sobre a décima parte da produção agrícola. Sua cobrança ficava a cargo de grupos financeiros, vencedores de licitações que eram realizadas trienalmente, cabendo a eles organizar o seu esquema de arrecadação contando constantemente com apoio do governo. Conhecidos como “dizimeiros”, eram temidos e odiados pelos agricultores devido às práticas de violência que utilizavam durante a cobrança do imposto.

Havia também um imposto denominado Entradas, semelhante ao ICMS, que taxava todos os produtos importados, como alimentos, tecidos, instrumentos de trabalhos de escravos, dentre outros, que entravam na Capitania. Assim como o Dízimo, as Entradas eram arrematadas em licitação, garantindo a cobrança de impostos sobre quaisquer “caminhos” existentes e sobre aqueles que poderiam ser abertos durante a duração do contrato. Não eram cobrados diretamente pelo aparelho fiscal do Estado e sim pelos Contratadores, pessoas de alto poder aquisitivo que assinavam um contrato com o governo por um tempo determinado.

O Quinto consistia em um imposto sobre 20% da produção aurífera, cobrado nas casas de fundição criadas para esse fim. O ouro extraído pelos mineradores era recolhido, purificado

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

e transformado em barras; depois recebia um cunho para ser identificado como quintado. Com a adoção dessa medida, a Fazenda Real passou a ter um maior controle sobre o minério e considerava como contrabando a circulação do metal em pó.

Outro imposto era o sistema de Captação e Censo, valor cobrado por cada escravo utilizado como mão de obra na extração das minas, entretanto teve curta duração, passando a prevalecer o quinto. Como a cobrança desse imposto incidia sobre o número de escravos que trabalhavam nas minas, independente da quantidade de ouro que conseguia captar, no momento em que as minas se tornavam improdutivas ficava impossível aos mineradores arcarem com os custos dessa taxaço. Esse imposto era “odiado por toda a parte, e em Minas principalmente, onde foi sempre considerado como vexatório ao povo, nas não lesivo aos cofres reais”¹¹². Em dezembro de 1750 essa taxaço foi extinta e substituída pelo “quinto”.

Dom Marcos de Noronha, o primeiro governador de Goiás, mandou construir duas casas de fundição na Capitania, em 1751, com o objetivo de monitorar o ouro extraído nas novas minas. Uma ficava na capital, em Vila Boa, onde era fundido todo o ouro extraído na Comarca do Sul; e a outra em São Félix, um arraial extinto, situado nas proximidades de Cavalcante, no qual era fundido o ouro da Comarca do Norte de Goiás. Em 1807 essa casa foi transferida para Cavalcante e depois desativada¹¹³. A construção e a manutenção de uma casa de fundição oneravam bastante o erário público, pois o rei tinha que nomear um intendente, que, por sua vez, nomeava os demais funcionários, como tesoureiro e escrivães.



Palácio Conde dos Arcos foi a residência oficial de Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, primeiro governador da capitania de Goiás. Sua construção teve início com o Conde dos Arcos, e foi concluída pelo seu sucessor, Dom Álvaro José Xavier Botelho de Távora, Conde de São Miguel. Foto: Robson Eleutério

112 ALENCASTRE, José Martins Pereira de (1863). Anais da Província de Goiás, p. 118.

113 SOUZA E SILVA, Luiz Antônio. O descobrimento da Capitania de Goiás, p. 48.

Capítulo VI - Caminhos e descaminhos no Brasil Central

Por lei, todo o ouro deveria ser levado às Casas de Fundições, onde era retida a quinta parte pertencente ao rei, e o restante era transformado em barras com o selo da coroa. Assim, o ouro em pó teve a circulação proibida, pois caracterizava o não pagamento de impostos à Fazenda Real. Embora proibido, o ouro em pó tornou-se a única moeda que circulava pelo sertão, servindo de base para todo tipo de negociação, quando tudo era cotado em oitavas de ouro¹¹⁴: venda e compra de escravos, gêneros trazidos das cidades portuárias, o gado oriundo dos currais do rio São Francisco. Só era permitido circular com o metal em barras, no qual 20% ou a quinta parte ficava retida nas casas de fundições, pertencendo à Fazenda Real.

O dízimo, durante o Brasil Colônia, foi a base de sustentação econômica do governo, correspondente à décima parte da produção agrícola, cabendo aos “dizimeiros” cobrar o imposto, cujo direito era adquirido em licitação pública¹¹⁵. As Entradas eram cobradas nos Registros sobre todos os produtos importados que entravam nas Capitânicas, tais como tecidos, gêneros alimentícios, ferramentas e até sobre os escravos. Acrescentava-se, ainda, como fonte de receita para a Fazenda Real, a venda ou o arrendamento de cargos públicos, que eram preenchidos mediante concorrência realizada a cada três anos. Essa prática era comum aos governos europeus da época e foi implantada em suas colônias.

O descaminho e os descaminhadores

Na virada do século XVII, com descobertas de pedras preciosas em Minas Gerais, o eixo econômico se deslocou da Bahia para a Capitania do Rio de Janeiro, devido à sua proximidade com os Arraiais auríferos de Minas Gerais. Imediatamente tornou-se necessária a criação das primeiras vilas mineiras: Ribeirão da Nossa Senhora do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto; Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará), todas em 1711. Dois anos depois, foi criado São João Del Rei (1713), e no ano seguinte, surgiu a Vila Nova da Rainha (Caeté).

Duas décadas depois, com a descoberta de minas de ouro em Cuiabá (MT) em 1718 e Vila Boa (GO) em 1725, deu-se início à colonização no oeste da colônia. Surgiram, então, em terras goianas e mato-grossenses, dezenas de povoados e arraiais na região central do Brasil, que rapidamente foram ocupados por milhares de aventureiros que viviam em busca de ouro.

A administração pública que ficava sob a jurisdição da Capitania de São Paulo era bastante precária, e não conseguia fazer valer o papel do Estado nos recentes povoados mineradores. Assim, esses locais se transformavam no palco ideal para todo tipo de prática ilegal, principalmente o desvio de ouro. Para combater o contrabando de pedras preciosas, o governo português criou o discurso do “descaminho” como forma de identificar as rotas que fugiam do controle oficial, pelas quais escoava grande quantidade de pedras preciosas. De imediato, esse nome passou a fazer parte do cotidiano das autoridades, que demandavam boa parte de seu tempo em elaborar leis, orientadas pelo Conselho Ultramarino¹¹⁶, cujo conteúdo

114 Uma oitava de ouro correspondia a cerca de 0,112g. Disponível em: <<http://www.moedasdo-brasil.com.br/moedas/tostao.asp>>. Acesso em: 1º set. 2018.

115 Cf. PALACIN, Luis; GARCIA, Ledonias. AMADO, Janaína. História de Goiás em documentos. Goiânia: Editora da UFG, 2001. p. 152.

116 O Conselho Ultramarino foi criado e regulamentado por Regimento de 14 de julho de 1642,

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

definia o significado da palavra e também punia com severas penas aqueles descaminhadores, como degredo em Angola, confisco total dos bens, dentre outras.

De todas as práticas do descaminho, a que mais preocupava a coroa portuguesa certamente era o contrabando do ouro. Remontando os primeiros momentos da história do Brasil, verifica-se que o descaminho é prática enraizada no sistema colonial. Contudo, o descaminho surgiu porque foi criado um caminho: o da Fazenda Real. “Segundo o dicionário de história de Portugal, a rigor, descaminho é ‘sonegação ao tributo (ou direito fiscal) daquilo que lhe estava sujeito’¹¹⁷. Portanto, o ato de descaminhar constitui-se em deter ou desviar o curso esperado dos direitos reais, o quinto, preferencialmente. Por lei, todo ouro extraído deveria ser levado às Casas de Fundições, onde era retida a quinta parte pertencente ao rei, e o restante era transformado em barras com o selo da coroa. Assim, o ouro em pó era proibido de circular, pois caracterizava o não pagamento de impostos à Fazenda Real.

No momento em que foram feitas as primeiras descobertas em Minas Gerais, o contrabando do ouro já trazia sérias preocupações à Coroa Portuguesa, em função dos inúmeros caminhos que continuavam sendo abertos clandestinamente.

Como forma de restringir a prática do descaminho, a Coroa estabelecia “áreas proibidas” entre as Capitanias (especialmente nas fronteiras de Minas Gerais), nas quais não era permitido o trânsito ou a residência a quem quer que fosse.

Seguindo fortes determinações reais para coibir o extravio do precioso metal que escoava pelos Currais do Rio São Francisco, o governador da Capitania de São Paulo, Conde de Sarzedas, adotou uma série de medidas restritivas, a fim de impedir a circulação do ouro por outras vias, senão aquelas autorizadas pela Coroa. Assim,

pela picada de Goiás ia ter aos denominados currais do rio São Francisco, por onde entrava grande quantidade de gados e fazendas, se escoava também o ouro em pó, quase que a única moeda então existente para toda espécie de transação. Não tardou muito que viesse uma providência fiscal para fazer cessar o extravio do ouro que motivavam essas transações pelos currais do rio São Francisco. Em 5 de outubro de 1733, um bando era publicado a toque de caixa, ordenando que fossem confiscados todos os bens dos que comprassem gêneros entrados por essa via de comunicação¹¹⁸.

Essas medidas eram tomadas pelas Câmaras de Vereadores da Vila de Piratininga (SP), constituída por pessoas consideradas distintas e capacitadas da Capitania, cuja maioria pertencia à nobreza paulista; tais como provedores, corregedores, militares de alta patente e grandes proprietários de escravos. As leis criadas atendiam às orientações do Conselho Ultramarino, em Portugal, e, após aprovadas, eram colocadas em prática pelo governador da Capitania.

para se ocupar de todas as matérias e negócios de qualquer qualidade que fossem relativos a Índia, Guiné, ilhas de São Tomé e Cabo Verde e às mais partes ultramarinas.

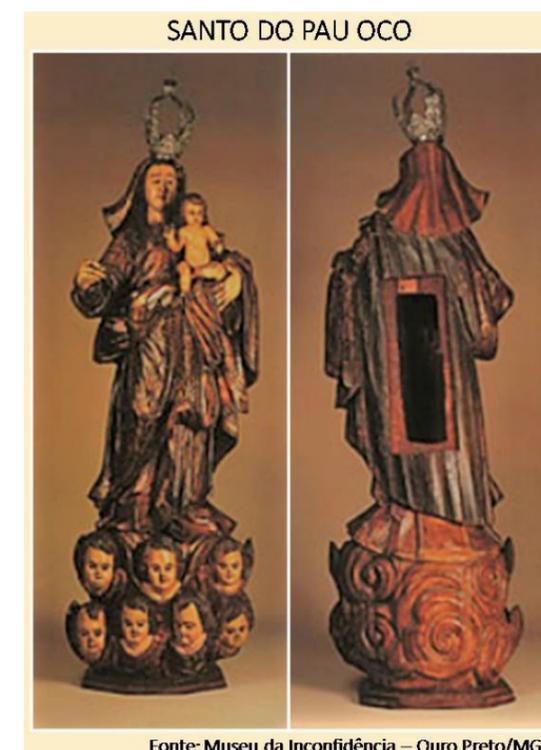
117 CAVALCANTE, Paulo. Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 37.

118 ALENCASTRE, José Martins Pereira de (1863). Anais da Província de Goiás, p. 51.

Capítulo VI - Caminhos e descaminhos no Brasil Central

A decisão das autoridades de utilizar apenas um caminho para as minas se baseava no fato de os mineradores paulistas não admitirem a presença de outras pessoas nas terras auríferas senão os seus próprios descobridores. Argumentava-se que se haviam feito investimentos durante décadas, com a formação de inúmeras bandeiras mandadas para o sertão com o único objetivo de descobrir pedras preciosas.

Entretanto, tais medidas não tiveram efeito prático, pois, de acordo com Bertran, o povoamento de Goiás também se deu por meio de práticas descaminhadoras, com a abertura ilegal da Picada da Bahia para as recém-descobertas minas de Meia-Ponte, apesar da ordem real de usar apenas o caminho aberto por Bartolomeu Bueno no momento em que se fundaram os primeiros povoados no Planalto Central¹¹⁹.



Nesse contexto de extrema fragilidade administrativa, o descaminho do ouro já havia se propagado por quase todos os segmentos da sociedade goiana. Enveredaram para o descaminho, além de contrabandistas famosos como Manuel Nunes dos Santos, protagonista da Guerra dos Emboabas (1707-1710), as autoridades do governo e judiciária, tropeiros, escravos e até os religiosos.

Até membros do clero protagonizavam práticas engenhosas de descaminho, para garantir ao ouro em pó sua livre circulação, ao passar pelos registros fiscais sem serem incomodados. Uma dessas práticas ficou popularizada como o “Santo do Pau Oco”; uma estátua de um santo em madeira ou barro com um orifício no seu interior onde era depositado o ouro em pó a ser contrabandeado.

Santo do Pau Oco

Por parte das autoridades, a maior de todas as cobiças era ter o direito de cobrar o quinto do ouro, retendo, assim, a quinta parte do metal nas Casas de Fundição, para depois enviar à coroa. Naturalmente, uma parcela desse metal era subtraída no momento da fundição, o ouro de melhor qualidade era substituído por outro inferior, com raras exceções. Esse ouro seguia pela Estrada Real, fortemente escoltado até chegar ao Rio de Janeiro, capital da colônia, para depois ser enviado a Lisboa. Também era muito comum a prática de suborno a juízes e funcionários, feita com o ouro em pó que não passava pelas Casas de Fundição.

Um dos governadores mais corruptos da Capitania de Goiás foi Dom Álvaro Xavier Botelho de Távora (1756-1759), o conde de São Miguel (1755-1758), que juntamente com seus principais funcionários, se envolveu em inúmeros casos de corrupção. Descaminhos e extorsões

119 Cf. BERTAN, Paulo. História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal – do indígena ao colonizador, p. 158.

era uma prática bastante comum durante o seu governo, estando presente em quase todas as esferas da administração pública: nas casas de fundição os empregados trocavam ouro do melhor quilate por inferior; na demora dos contratadores em pagar a tempo os preços dos seus contratos ao governo; na Câmara de Vereadores que legislava em causa própria, facilitando a corrupção; na intendência e provedoria que falsificavam assinaturas nos livros contábeis¹²⁰. Ou seja, nada diferente do que se conhece hoje.

Há relatos de escravos que trabalhavam na mineração, de que também eram transportados de forma ilegal. Entravam na Capitania por trilhas clandestinas, e seus compradores não pagavam os impostos devidos à Real Fazenda.

Os tropeiros também praticavam o descaminho contrabandeando ouro em larga escala, conduzido pelos comboieiros ou pelos condutores de tropas de negociantes da Bahia e Rio de Janeiro, “em cujos lotes de duzentas ou trezentas bestas de carga era feito o transporte clandestino, oculto nas cargas”¹²¹. Quando se chegava aos Registros, havia a prática de suborno aos respectivos empregados.

Apesar de toda a vigilância exercida pelo feitor, os escravos ocultavam o ouro no momento da mineração. Alguns engoliam as pepitas, depois defecavam e as retiravam no meio das fezes, enquanto outros as escondiam nos locais mais inusitados, quando tinham oportunidade. Cabe esclarecer que a maior parte do ouro extraído no Brasil daquela época era de aluvião, encontrado no leito dos rios, o que, de certa forma, facilitava o desvio por parte dos garimpeiros.

Calcula-se que foram despachadas para Portugal, aproximadamente 535 toneladas de ouro extraídas em Minas Gerais, entre 1695 e 1817. As autoridades goianas enviaram a Portugal em cem anos de mineração, cerca de 120 toneladas de ouro, que passaram pelas casas de fundição, sem considerar o contrabando¹²². Em menor proporção, também foram enviadas à coroa portuguesa o ouro extraído nas minas de Cuiabá e Bahia – as mais expressivas depois de Minas Gerais e Goiás. O ouro contrabandeado em Minas Gerais e Goiás, no mesmo período citado acima, possivelmente passava de um terço.

Retrocedendo dois séculos na história, certamente vamos encontrar nas Caravelas de Cabral inúmeras práticas de descaminho e muitos descaminhadores que aportaram na costa da Terra de Pindorama¹²³, ainda no remoto ano de 1500, dando início à nossa colonização.

Apenas com as questões citadas acima, não é difícil chegar à conclusão que o descaminho é inerente a formação da sociedade brasileira, estando presente logo nos primeiros momentos da formação dos nossos povoados. Todavia, esse discurso não tem o objetivo de justificar tais práticas ou afirmar que essas ocorrências devam ser vistas como algo natural na sociedade brasileira.

120 ALENCASTRE, José Martins Pereira de (1863). Anais da Província de Goiás, p. 138.

121 LIMA JÚNIOR, Augusto de. A Capitania das Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. p. 50.

122 Cf. PALACIN, Luis; GARCIA, Ledonias. AMADO, Janaína. História de Goiás em documentos, p. 152-187.

123 Palavra de origem tupi que significa “terra das palmeiras”.

VII Núcleos urbanos no Brasil Central

No Brasil central surgiram inúmeros povoados com características urbanas, resultado da descoberta de ouro, interligados pelos caminhos e descaminhos que davam acesso aos primeiros arraiais fundados no oeste da colônia portuguesa. O contrário aconteceu no litoral, onde o processo de povoamento se baseou no sistema de empresas agrícolas para abastecer o mercado europeu.

Rapidamente se constituíram dezenas de núcleos populacionais, primeiro em Minas Gerais e depois na região centro-oeste, ocupando uma área que por milhares de anos pertenceu às nações indígenas. Em Goiás, a população de colonizadores e escravos chegou a mais de 50 mil habitantes em menos de duas décadas.

É possível imaginar o impacto ambiental causado em uma região em que o Estado praticamente não se fazia presente, onde reinava a desordem e prevalecia a “lei do mais forte”. A degradação ambiental aumentou de forma assustadora, principalmente com o desvio dos cursos dos rios, que facilitava o trabalho dos mineradores. A caça de animais silvestres e a coleta de frutos constituíam a base da alimentação dos aventureiros, já que a pecuária estava em estágio incipiente e as roças eram bastante escassas.

Logo que o Anhanguera encontrou o ouro da tribo Goyáz fundaram-se os primeiros povoados nas proximidades do Rio Vermelho e da Serra Dourada, dando origem a Vila Boa, capital da Capitania, que depois recebeu a denominação de Cidade de Goiás. A partir daí teve início um povoamento em série, como um efeito dominó, em que, a cada ano, criavam-se novos núcleos que posteriormente se transformavam em vilas e cidades. Logo em seguida, fundou-se Pirenópolis (Meia Ponte – 1731), Santa Cruz (1733), Niquelândia (Traíras – 1735), Luziânia (Santa Luzia – 1746) e muitos outros núcleos de povoamento. As Capitânicas de Goiás e do Mato Grosso foram criadas em 1748, desmembradas de São Paulo, que administrou as duas regiões desde a descoberta do ouro em Cuiabá (1718), feita por Antônio Pires de Campos; e de Vila Boa (1725), por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera Filho.

Visando ter maior controle sobre o novo eldorado, a Capitania foi dividida em duas comarcas: a Comarca de Goiás, que aglutinava os arraiais do centro-sul, e a Comarca de São João das Duas Barras, que aglutinava os arraiais do Norte, conhecidos como minas do Tocantins. A comarca de Goiás era formada pela Capital, Vila Boa e pelos arraiais de Meia Ponte, Santa Luzia, Santa Cruz, Pilar e Crixás. Nos arredores de cada um desses arraiais havia inúmeras minas sendo exploradas.

Fazia parte da Comarca de São João das Duas Barras: a Vila de São João da Palma, cabeça de comarca (tipo capital), São João das Duas Barras, Arraial de Cavalcante, Arraial do Carmo, Arraial de Flores, Arraial da Conceição, Arraial de Natividade e Arraial de Porto Real. É

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

importante lembrar que, naquela época, as minas do Tocantins pertenciam a Goiás, conseguindo a sua autonomia apenas em 1988, quando foi criado o Estado de Tocantins.



Igreja de Porto Nacional

Foto: Robson Eleutério

O segmento da sociedade mais culta em Goiás, assim como na colônia portuguesa, era constituído por padres que tinham noções gerais de teologia, gramática, filosofia, direito e retórica¹²⁴. Por iniciativa do Marquês de Pombal, foi criado em Portugal, em 1772, um imposto cobrado sobre a carne e a aguardente, destinado à fundação e manutenção das escolas, para tentar diminuir os altíssimos índices de analfabetismo em Goiás¹²⁵. Seis anos depois, os primeiros professores pagos pelo governo chegaram à Capitania, “sendo três professores de primeiras letras para Vila Boa, Meia Ponte e Pilar, dois de latinidade e um de retórica”¹²⁶.

Esses professores poderiam ministrar todas as disciplinas; entretanto, o ensino ficou restrito, na prática, às primeiras letras; ensinava-se a ler, escrever, contar e noções de catecismo. As atividades culturais eram restritas ao teatro, com a apresentação de óperas e a realização de algumas festas religiosas, como o Natal. Também havia aulas de gramática latina, retórica e filosofia, mas não existiam alunos interessados por essas disciplinas.

A presença da mão de obra escrava na formação desses povoados foi extremamente significativa, pois eram eles que trabalhavam nas minas de ouro. Em 1740, havia aproximadamente

124 A retórica é a disciplina que estuda e sistematiza a linguagem usada nas diferentes áreas do conhecimento.

125 Cf. PALACIN, Luis; GARCIA, Ledonias; AMADO, Janaína. História de Goiás em documentos, p. 212.

126 Ibid, p. 212.

Capítulo VII - Núcleos urbanos no Brasil Central

15 mil escravos de origem africana, que trabalhavam nos leitos dos rios em Goiás, garimpando ouro com a bateia, uma vez que a mineração de morro quase não foi utilizada, devido ao alto custo em talhar as rochas. Mas o número de escravos aumentou de forma vertiginosa, na medida em que novas minas de ouro foram descobertas e se tornavam cada vez mais produtivas.

Os indígenas também tiveram presença marcante na origem do povo goiano, em virtude do processo de aculturação que acontecia de forma gradual, fazendo com que as tribos pacíficas aderissem à cultura ocidental portuguesa. As tribos indômitas e guerreiras resistiram por mais tempo, algumas até as primeiras décadas do século XX, mas no final das contas, várias delas passaram a praticar os costumes de seus colonizadores, enquanto que outras foram extintas.

Muitas tribos foram agrupadas em aldeamentos, tornando-se a base da população de várias cidades do Brasil, no entanto também foram abandonadas pelo governo e relegadas à própria sorte. Os parágrafos a seguir permitem conhecer um pouco da breve história dos primeiros núcleos urbanos do Brasil central.

Com o declínio da atividade mineradora a partir do século XIX, essas cidades passaram por um longo período de instabilidade econômica e isolamento fazendo com que boa parte de seu casario desaparecesse, uma vez que o estado não tinha interesse e nem recursos para recuperá-los. Isso ocorreu principalmente em Luziânia, Cavalcante, Traíras, Niquelândia, Crixás e Santa Cruz. Inúmeras pontes caíram, prédios públicos e igrejas começaram a ruir, várias estradas foram danificadas e assim permaneceram por muito tempo. Mas, por outro lado, esse período de isolamento também permitiu que a Cidade de Goiás, Pirenópolis e Natividade mantivessem seus casarios preservados, os quais, aos poucos, foram sendo restaurados, e hoje constituem valiosos centros históricos em suas cidades.

Do ponto de vista social, a decadência do ouro nessas cidades provocou a saída em massa dos mineradores e o conseqüente abandono de um número significativo de escravos, principalmente os mais velhos, mulheres e crianças. Aqueles que ainda tinham um reconhecido potencial de trabalho eram levados com seus donos para garimpar em outras minas, enquanto que os demais formaram comunidades quilombolas para garantir a própria sobrevivência.

Muitos indígenas foram agrupados em aldeamentos, que se tornaram a base da população de várias cidades do Brasil, no entanto também foram abandonados pelo governo e relegados à própria sorte.

Nos dias atuais, em alguns municípios, a mineração continua com o ouro sendo extraído do meio das rochas. Em Paracatu, uma empresa canadense explora uma das maiores minas de ouro a céu aberto do mundo, retirando, aproximadamente, uma tonelada e meia por mês, entretanto a intoxicação pelos metais pesados está causando sérios problemas de saúde aos moradores. Ambientalistas e cientistas da cidade denunciam constantemente a contaminação da água, a poluição do ar e do solo, que tem provocado um alto número de casos de câncer na cidade, muito acima da média.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

No dia 5 de novembro de 2015, aconteceu o maior desastre ambiental da história do Brasil, com o rompimento da Barragem do Fundão em Mariana/MG, derramando no meio ambiente um enxurrado de rejeitos da produção de minério de ferro. A destruição foi completa, com a lama causando sérios problemas ambientais, seguindo o curso do rio por 600 km até o encontro com o oceano. Dezesete pessoas morreram, uma quantidade incalculável de peixes, animais silvestres e plantas desapareceram, e ainda várias cidades tiveram suas barragens de água comprometida.



Mineração em Paracatu/MG - Foto: Robson Eleutério

Outros locais do país, principalmente em Minas Gerais, também poderão ser atingidos por grandes desastres ambientais; entretanto, as frágeis leis somadas aos altos impostos arrecadados pelos municípios criam uma convivência mútua entre empresários, autoridades e parcela da sociedade que dificilmente terão interesse em resolver essa questão.

As descrições abaixo possibilitam conhecer um pouco a breve história dos primeiros núcleos urbanos do Brasil central.

Vila Boa (Cidade de Goiás/GO)

Após a exitosa bandeira do Anhanguera, o filho, que ficou explorando o sertão goiano por três anos e dois meses, ele retornou a Goiás em maio de 1726, vindo de São Paulo, para fundar os primeiros povoados. Por ordem do governador Rodrigo César de Menezes, primeiro fundou o arraial da Barra, hoje Buenolândia, e posteriormente, Ouro Fino, Ferreiro e Santana.

Por força da Carta régia datada de 11 de fevereiro de 1736, foi criado o Município de Vila Boa de Goiás, instalado em 25 de julho de 1739, no local onde havia o arraial de Santana. Foi ordenando que o governador de São Paulo, o Conde de Sarzedas, seguisse para Goiás, a fim de criar uma vila para reprimir os excessos e punir os perturbadores da ordem, garantido, assim, a estabilidade necessária para a criação da Capitania¹²⁷.

Naquela época, as terras goianas pertenciam à Capitania de São Paulo, permanecendo nessa condição até o ano de 1748, quando foi criada a Capitania de Goiás e nomeado Dom Marcos de Noronha como primeiro governador. Logo em seguida, foi construída a Casa de Fundação do ouro em 1750 e, no ano seguinte o Palácio dos Arcos, em sua homenagem.

Como não havia guarnição militar em Goiás, foi enviado um contingente da infantaria

127 Cf. ALENCASTRE, Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás, p. 59.

Capítulo VII - Núcleos urbanos no Brasil Central

de Santos e outro de Minas Gerais para apoiar os atos do governador. Naquele momento, os principais desafios eram garantir uma maior tranquilidade aos viajantes – que eram pegos de surpresa em emboscadas promovidas pelos Caiapós – e colocar em prática algumas normas para regular a arrecadação de tributos sobre o ouro extraído na Capitania, evitando, assim, o descaminho que era praticado em larga escala.

O padre Souza e Silva¹²⁸ relata que em Vila Boa havia a residência do governador geral da Capitania, a do prelado, o tribunal da junta da real fazenda, da justiça, casa do senado, cadeia pública e o quartel das companhias de dragões e pedestres. E no final do século XVIII já existiam sete igrejas, com pinturas e esculturas ornamentando o interior de suas dependências¹²⁹



Casa de Cora Coralina e Igreja

Rio Vermelho e a Serra Dourada

O governador Luiz da Cunha Menezes, que governou Goiás de 1778 a 1783, estabeleceu o primeiro plano de ordenamento urbano, promovendo o alinhamento das ruas cuja estrutura permanece até os dias de hoje.

A Cidade de Goiás ainda preserva o seu centro histórico e ambiente natural, construído ao longo dos séculos XVIII e XIX, praticamente intactos. Levantamento realizado pelo IPHAN revela essa riqueza patrimonial:

O centro histórico de Goiás mantém, até hoje, o caráter primitivo de sua trama urbana, dos espaços públicos e privados, da escala, volumetria das edificações urbanas. Em 1950, o IPHAN tombou como monumentos históricos suas principais igrejas e o quartel.

Em 1951, foi a vez da antiga Casa da Câmara, do palácio e da rua vizinha à Fundação, bem como do Chafariz de Cauda. Com a formação de novos bairros, a partir de 1970, com construções baixas, o Instituto tombou o centro histórico em 1978¹³⁰.

Em 2001, a cidade recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em reconhecimento à importância do conjunto arquitetônico formado por casas, igrejas e **monumentos históricos**.

128 O padre Souza e Silva escreveu o primeiro livro da história de Goiás, em 1812.

129 Cf. SILVA E SOUZA, Luiz Antônio da. Descobrimiento da Capitania de Goyáz, p. 46.

130 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/36>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

Arraial de Meia Ponte – Pirenópolis (GO)

Construída aos pés da Serra dos Pirineus, a cidade de Pirenópolis tem uma rica história de representações culturais e personagens bastante peculiares, que se destacam no cenário da região desde tempos remotos até os dias de hoje, mas que são praticamente desconhecidos pelos turistas que visitam a cidade.

Criado em 1731, a partir da descoberta de ouro pelos bandeirantes Manoel Rodrigues Tomar e Urbano do Couto Menezes, o Arraial de Meia Ponte logo se tornou um importante centro minerador, fornecendo, anualmente, significativas quantias do metal à coroa portuguesa.

Do ponto de vista geográfico, convergiam para o Arraial de Meia Ponte as rotas mais importantes do período Colonial que chegavam ao Planalto Central: do Nordeste, vinha a Picada da Bahia que começava em Salvador. Do Leste, vinha a Estrada Real de Minas, saindo de Parati e Rio de Janeiro e adentrando Goiás por Paracatu, depois seguia por Luziânia, Corumbá e Meia Ponte. Ligando a região sul, formou-se o Caminho dos Paulistas, ou Caminho do Anhanguera, que adentrava a Capitania de Minas, atravessando o Triângulo Mineiro, nas alturas de Patrocínio, chegando a Santa Cruz (GO), e depois a Meia Ponte. Assim ficou registrado que

o Encantador Arraial de Meia Ponte é ao mesmo tempo sede de um Julgado e uma Paróquia. Situado a 15° 30' de latitude S., numa região de grande salubridade, na interseção das estradas do Rio de Janeiro, Bahia, Mato Grosso e S. Paulo, distante de Vila Boa no máximo 27 léguas e rodeado de terras extraordinariamente férteis, o arraial era um dos mais bem aquinhoadas da província e o de maior população. A extensão da paróquia de Meia Ponte é de cerca de 32 duas léguas no sentido norte-sul e de 20 léguas a oeste. Embora menos extensa que a de Santa Luzia, sua população é bem mais numerosa, contando com 7 mil habitantes. Dela dependem duas capelas (1819), a de Corumbá e a do Córrego do Jaraguá¹³¹.

A convergência de rotas fez de Pirenópolis um importante centro atacadista e cultural do centro-oeste brasileiro. A partir do Arraial de Meia Ponte seguia-se para a Estrada do Norte rumo a Traíras (Niquelândia), Cavalcante, Arraias e Natividade para alcançar as Capitânicas do Grão-Pará e Maranhão. A oeste da colônia portuguesa, havia a estrada geral que chegava a Vila Boa, capital de Goiás, dando acesso ao Estradão de Cuiabá. Na divisa entre Goiás e Mato Grosso, atravessava o Rio Araguaia e continuava por uma longa estrada cortando toda Capitania do Mato Grosso até chegar à Vila Bela da Santíssima Trindade, na fronteira com a Bolívia. O local de convergência desses caminhos em Meia Ponte era o Morro Grande, localizado na beira da estrada Corumbá/Pirenópolis.



Rua do Rosário - Foto: Robson Eleutério



Igreja Nossa Senhora do Rosário - Foto: Robson Eleutério

No setor cultural e das letras, a cidade se destacava como o local mais culto de toda a Capitania. A primeira escola régia foi fundada em Meia Ponte em 1778, tendo à frente o professor poeta Bartolomeu Antônio Cordovil, que assumiu as funções após passar no exame obrigatório frente à Real Mesa Censória¹³².

O primeiro jornal do interior do Brasil, denominado Matutina Meiapontense, editado em Meia Ponte, circulava nos principais centros da província de Goiás, atravessando o Rio Araguaia para alcançar a longínqua província do Mato Grosso, com a famosa coluna “Miscelânea Cuiabense”. O proprietário do jornal era o comendador Joaquim Alves de Oliveira, que também era dono do Engenho São Joaquim, atual fazenda Babilônia, onde se produzia açúcar em larga escala, utilizando a mão de obra escrava.

Na cidade, o comendador mandou construir um gigantesco casarão com 365 janelas¹³³, localizado à Rua Direita, ao lado do Museu da Família Pompeu, cuja construção foi demolida na década de 1940.

Com a morte do comendador e o fechamento da Matutina Meiapontense, no decorrer do Segundo Reinado, a cidade passou por um período de estagnação e decadência, que se acentuou no início do século XX. Uma das causas foi a abertura de novas rotas comerciais que deixavam Pirenópolis de fora, a exemplo da Estrada de Ferro Goiás, que chegava até Anápolis e da BR Belém/Brasília, cuja rota foi construída fora da cidade. Lembrava Pompeu Pina que, por outro lado, isso trouxe um grande benefício a Pirenópolis, pois ele acreditava que o patrimônio seria destruído e revela que foi totalmente contra aqueles que queriam que a rodovia passasse dentro da cidade.

Na década de 1990, o IPHAN realizou o tombamento dos seguintes monumentos e

132 Cf. PALACIN, Luis; GARCIA, Ledonias; AMADO, Janaína. História de Goiás em documentos, p. 212.

133 Entrevista realizada com Pompeu Pina em maio de 2010.

espaços públicos na cidade: Igreja do Carmo/Museu de Arte Sacra do Carmo, Museu das Artes do Divino, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Teatro de Pirenópolis, Casa de Câmara e Cadeia, Cine Teatro Pireneus, Ponte Sobre o Rio das Almas e Fazenda da Babilônia. A Festa do Divino, com a tradicional Cavalhadas, também foi tombada como patrimônio imaterial¹³⁴.

Com a inauguração de Brasília, a cidade vivenciou uma nova fase de crescimento, voltada para o turismo histórico-ambiental, passando a receber turistas de vários locais do Centro Oeste e Triângulo Mineiro, principalmente.

Corumbá (GO)

Situada às margens do Rio Corumbá, a cidade teve um papel determinante na formação da identidade do povo goiano. É o berço de grandes personagens da literatura brasileira que nasceram e foram influenciados pela cultura do local, tendo José J. Veiga e Bernardo Elis como dois dos seus filhos mais ilustres.

A história da cidade remonta ao período da mineração do ouro em Goiás, quando, após a descoberta do metal pelo bandeirante Diogo Pires Moreira, o povoado se formou em volta da Igreja N. S. da Penha de França. Durante todo o Brasil Colônia até o início do período imperial, o arraial de Corumbá integrou o Julgado¹³⁵ de Meia Ponte.



*Imagem do Museu Sacro de Corumbá
Foto: Robson Eleutério*

Com o declínio da atividade mineradora e ascensão da agropecuária, a partir de 1820, Corumbá se tornou um entreposto comercial entre o norte e o sul de Goiás. Esse fato criou a base econômica para a produção, principalmente das lavouras de tabaco, cana-de-açúcar e café, fortalecendo os comerciantes que passaram a lutar pela emancipação político-administrativa do local¹³⁶. Em 1849, Corumbá conseguiu a sua emancipação, sendo elevada à categoria de Vila, constituindo então a câmara de vereadores.

Outro fato marcante na vida do povo da cidade foi a criação da Banda de Música 13 de Maio, ocorrida em 1890, permanecendo até os dias de hoje. Sem dúvida essa é a banda mais antiga do estado de Goiás em atividade.

Devido à riqueza histórica do seu casario, o

134 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1469/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

135 Era uma circunscrição político-administrativa e jurídica inferior às vilas, nas quais havia o senado das câmaras com seus vereadores. Estava abaixo das cidades, que eram as sedes episcopais.

136 Cf. CURADO, Ramir. Síntese histórica de Corumbá. Anápolis: Editora Anápolis, 2003. p. 36.

IPHAN tombou vários prédios e espaços públicos na cidade: Sobrado da Prefeitura Municipal, Cine-Teatro Esmeralda, Praça da Matriz, Praça Antônio Félix Curado, Praça Waldemar Gomes Teles, Rua Comendador João José de Campos Curado, Rua das Flores, Rua Bernardo Elis, Av. Cônego Carlos Plangger¹³⁷.

Além do seu rico patrimônio histórico, a cidade ainda possui o Rio Corumbá, um valioso patrimônio natural que fomenta o turismo e gera renda para o seu povo.

Santa Luzia – Luziânia (GO)

O Arraial de Santa Luzia foi criado no século XVIII dentro do contexto da mineração em Goiás, por exploradores vindos de Paracatu (MG). O bandeirante paulista Antônio Bueno de Azevedo organizou uma bandeira com inúmeros escravos que se dirigiram para as margens do Rio São Bartolomeu, onde construiu alguns ranchos, tendo, três meses depois, encontrado ouro nas margens do Rio Vermelho.

A abundância das minas de ouro transformou o arraial em um dos locais mais importantes da Capitania, segundo alguns estudiosos que o visitaram, como Raimundo da Cunha Matos, no ano de 1824. No auge da produtividade de suas minas, Santa Luzia era passagem obrigatória para todos aqueles que transitavam pelas minas do Planalto Central e Mato Grosso, vindo do Rio de Janeiro e Minas Gerais pela Estrada Real.

Para arrecadar mais impostos, principalmente o quinto, o governo mandou construir o Registro de Arrependidos no Julgado de Santa Luzia (Luziânia), cujo objetivo era fiscalizar a fronteira das Capitanias de Minas e Goiás. Esse registro passou a perder a sua importância nos primeiros anos de 1800, em razão da decadência das minas em Goiás, quando a receita não cobria mais as despesas. Nos registros, os fardos eram pesados, verificava-se se as taxas estavam pagas, apreendia-se o ouro em pó encontrado com os contrabandistas, uma vez que o ouro só podia circular se estivesse “quintado” em barra. Havia também a Contagem de São Bartolomeu,

localizada nas margens do rio.



Engenho artesanal - Foto: Robson Eleutério

Em 1819, Saint-Hilaire, quando passava pelo Registro de Arrependidos localizado na divisa de Minas com Goiás, se deparou com um prédio semiabandonado, cuja guarnição compunha-se apenas de um alferes, um comandante e um soldado, ambos membros da companhia de Dragões do Rio de Janeiro. Em Santa Luzia, ele presenciara um Arraial já em decadência,

137 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1464/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

resultado do esgotamento das minas¹³⁸.

A paróquia do Arraial de Santa Luzia contava, em 1819, “com uma população de 3 a 4 mil habitantes, disseminados em uma área de 50 léguas (6 km e 600m) de comprimentos por 30 em sua maior largura”¹³⁹. A imensa área do Arraial de Santa Luzia abrigava em suas terras o Arraial de Mestre d’Armas (Planaltina), a Paróquia de Couros (Formosa), Santo Antônio do Descoberto e a Serra do Cristais, onde surgiu a cidade de Cristalina. Sua economia, no século XIX, girava em torno de indústrias de tecelagem, produção de excelentes frutas e também fabricava os melhores marmelos da província¹⁴⁰.

Revelou Pompeu Pina¹⁴¹ que Santa Luzia era um local importante da Capitania de Goiás, permanecendo nessa condição até a década de 1960, quando ainda ostentava seu imponente casario, construído na época da mineração. Mas muito antes, nos idos da década de 1860, o governador de Goiás José Martins Pereira de Alencastre confirmava que Santa Luzia era uma das melhores vilas da província¹⁴².

Após a construção de Brasília, a cidade de Luziânia teve um vertiginoso crescimento desordenado, agregando nos seus arredores vários loteamentos, invasões, novos bairros, o que levou a população a um crescimento vertiginoso. O seu casario de estilo colonial foi quase todo demolido, restando apenas algumas unidades que foram preservadas, com destaque para Igreja Nossa Senhora do Rosário, tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O Rego das Cabaças¹⁴³

Ainda no período colonial, quando jorrava muito ouro nos leitos dos rios do Arraial de Santa Luzia, aconteceu uma história inusitada, digna de roteiro para uma boa peça teatral e um bom filme.

A história começa no dia 11 de abril de 1768, quando quatro mineradores (João Pereira Guimarães, Manoel Pereira Guimarães, Manoel Ribeiro da Silva e Ventura Álvares Pedrosa), possuidores de uma grande escravatura, formaram uma sociedade para canalizar água de uma das cachoeiras de Saia Velha e levá-la para explorar as minas do Cruzeiro localizada a 42 km de distância na parte alta do Arraial. Essa obra foi feita por um grande número de escravos, sendo necessário cortar a encosta de uma imensa serra, construir aterros onde havia depressões e fazer declive de 1m a cada quilômetro.

Duvidando da capacidade dos empreendedores em realizar tal obra, o Major José Pereira Lisboa, personagem bastante conhecida no Arraial de Santa Luzia, declarou em uma

138 Cf. SAINT-HILAIRE, August de. Viagem à Província de Goiás, p. 21.

139 Cf. MATTOS, Raimundo José. Corografia histórica da Província de Goiás, p. 37.

140 Ibid, p. 37.

141 Entrevista realizada em março de 2008.

142 Cf. ALENCASTRE, Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás, p. 109.

143 Texto adaptado da obra Almanach de Santa Luzia, organizada por Evangelino Meirelles e Gelmires Reis, p. 18, 19 e 20.

palestra que a água do córrego Saia Velha poderia vir às minas do Cruzeiro, não em rego ou canal, mas em cabaças. Como acontece até hoje nas cidades interioranas, essa conversa rapidamente chegou aos ouvidos dos Guimarães e seus sócios, que não hesitaram em apressar os trabalhos, e, em pouco mais de dois anos, concluíram seu projeto.

Em 11 de setembro de 1770, quando menos se esperava, foi aberto o dique e “a água jorrou barulhenta pela rua do Rosário abaixo, conduzindo um turbilhão de cabaças, que produziam um ruído original, acompanhado por uma canção esquisita e insultuosa, cantada por mais de 100 escravos que, com cacetes, quebravam as cabaças”.

Obviamente que essa atitude era uma provocação ao major Lisboa, que da janela de sua casa situada na rua do Rosário, viu aquele espetáculo tão fora do comum e ouviu a canção que lhe dizia respeito e era muitíssimo ofensiva a seus brios. Sem perda de tempo, saltou à rua e, com uma arma de fogo, procurava repelir a ofensa que lhe era feita.

Nesse momento apareceu o juiz ordinário José Rodrigues Costa, que, em vez de acalmar os ânimos, tomou o partido em favor do genro e parentes de Guimarães, que eram os autores do insulto. Entretanto, um dos donos da obra, o capitão João Pereira Guimarães, não fez parte desse episódio, porque estava doente, de cama, em sua residência, no engenho da Palma.

Em seguida, chegou da chácara de Lisboa um grande contingente de escravos, feitores e amigos, chefiados por seu filho Lourenço Lisboa, e o conflito assumiu proporções assustadoras. Indignado com a parcialidade do juiz, Lisboa atirou ao lado a arma de fogo e, sacando do espadim, arrancou-lhe o chinó, deixando-lhe a calva à mostra. Intimado pelo juiz para se entregar à prisão, Lisboa a ela não se opôs, porém, o povo, vociferando de ódio, procurou impedi-la, dando vivas a Lisboa e morras ao juiz.

Com muito custo, Lisboa, que era homem ilustrado, pacato e respeitador das leis, convenceu os seus amigos que, para mais facilmente provar a sua inocência, convinha não haver reação; desceu, então, para a casa que servia de prisão, acompanhado por mais de mil pessoas.

Nada mais burlesco e nada mais engraçado do que aquele juiz sem peruca e sem chapéu, todo molhado e cheio de lama, à frente dessa onda revolucionária, que tão positivamente estigmatizava o seu baixo procedimento e que, de um momento para outro, podiam linchá-lo. O capitão João Pereira Guimarães, apesar de doente, apareceu à noite no arraial e solicitou a soltura de Lisboa, perante quem se justificou; porém, o juiz a nada quis atender, chegando mesmo a indispor-se com o capitão Guimarães.

Em 15 de outubro de 1771, seguiu, escoltado, com as devidas honras, para Villa Bôa, o major José Pereira Lisboa. Nesse dia, antes de amanhecer, a praça unida à prisão em que estava o ilustre criminoso, regurgitava de povo, para abalar a sua partida; mas Lisboa nisso não consentiu.

A 3 de dezembro de 1773, Lisboa voltou de Goyaz, sendo recebido com as mais ruidosas manifestações de alegria por parte do povo, indo ao seu encontro mais de duas mil pessoas. Apeou-se na matriz, onde o esperavam o vigário, todo o clero e as irmandades e onde

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

assistiu ao Te Deum em ação de graças pelo livramento.

Com o declínio da mineração, ocorrido na virada do século XVIII, o Rego das Cabaças perdeu sua finalidade, uma vez que não havia mais ouro para ser extraído. Dessa forma, o Arraial de Santa Luzia, assim como outros, passou a desenvolver a agricultura de subsistência e a pecuária, que se tornaram a principal atividade econômica de Goiás.

Hoje restam apenas 9 km dos 42 km que foram construídos naquela época, e boa parte está coberto pelo mato que esconde a grandiosidade da obra construída no período colonial da nossa história.



Rego das Cabaças em trecho preservado, dentro da Estação da SANEAGO. - Foto: Carmem Carvalho

Arraial de Traíras e São José do Tocantins – Niquelândia (GO)

Arraial de Traíras e São José do Tocantins pertenciam à comarca de São João das Duas Barras, tornando-se o segundo centro minerador que mais produziu ouro na Capitania de Goiás, ficando atrás apenas da capital, Vila Boa. O primeiro arraial fundado foi o de Traíras em 1735, por Manuel Rodrigues Tomar e Antônio de Sousa Bastos; e, posteriormente, fundou-se São José do Tocantins, em 1735.



Chafariz - Fonte: Ministério da Educação/DEPHAN Foto: Dr. Jacinto 1954

Em 1737, o Governador D. Luís Antônio de Távora, o Conde de Sarzedas, deixou a Vila de Piratininga (São Paulo) com destino ao Arraial de Meia Ponte, a fim de acompanhar de perto a exploração das minas e fundar novos povoados. Posteriormente, seguiu para as minas recém-descobertas do Arraial de Traíras, onde morreu no dia 27 de agosto daquele ano. Foi enterrado na Igreja do Arraial e depois seus ossos foram levados para Lisboa.

Devido a sua importância, Traíras se tornou cabeça de julgado e englobava o Arraial de São José do Tocantins (Niquelândia), Arraial de Água Quente, Arraial de Cocal, Arraial de Amaro Leite, Arraial do Descoberto da Piedade, Arraial de Santa Rita, Arraial de Cachoeira, Arraial do Muquém. Cunha Mattos revela que o local tinha uma “praça bastante espaçosa, 15 ruas e 207 casas com belas fachadas, a igreja de Nossa Senhora da Conceição com sete altares, a do Rosário com três e a do Senhor do

Capítulo VII - Núcleos urbanos no Brasil Central

Bonfim com um”¹⁴⁴.

Traíras era considerado um local de pessoas educadas, em que a maioria de seus moradores sabia ler e escrever, coisa rara para a época. Até a primeira metade do século XIX, havia um professor “mestre de primeiras letras” pago com recurso do Estado. No auge da mineração, o Julgado de Traíras chegou a ser o segundo mais importante de Goiás, atrás apenas da Capital Vila Boa.

Localizado a 10 km ao norte de Niquelândia, no povoado de Tupiraçaba, o antigo julgado de Traíras está quase desaparecendo, com boa parte dos seus casarões da época colonial em ruínas, reflexo da decadência da mineração ainda no século XIX. Uma das joias do seu patrimônio era a igreja do Rosário, tombada pelo IPHAN em 1955, mas seu prédio hoje está em ruínas; existem apenas algumas paredes de pedras. Assim ela era:

Construção do século XVIII, do período do ciclo do ouro em Goiás, esta igreja possuía, à época de seu tombamento, obras de arte em seu interior tais como altares laterais com colunas torsas, arco cruzeiro pintado em têmpera, campas de madeira numeradas no piso, além de uma coleção de grande valor escultórico de imagens de madeira, móveis e castiçais de chumbo. Em 1955, sofreu obras de restauro pelo então DEPHAN. A igreja possuía fachada simples, com frontão e óculo central. As portas, janelas, ombreiras e vergas retas eram em madeira. O telhado possuía beiral aparente no interior da igreja. A planta também era simples, de nave única, com puxado lateral para a sacristia. O arco cruzeiro era decorado com motivos em interpretação barroca. Os altares laterais eram em talha, com colunas torsas e baldaquino, se assemelhavam aos retábulos de Minas, na época de D. João V. Em seu conjunto de imagens sacras, temos: o Cristo crucificado do altar (crucifixo de marfim) e uma outra imagem de tamanho menor; Nossa Sra. da Conceição; Nossa Sra. do Rosário; Santa Efigênia (02 imagens); Santo Antônio (hoje restaurada e guardada no Museu das Bandeiras, Goiás); S. João Nepomuceno; S. Pedro; S. Benedito e uma que possivelmente venha a ser S. Domingos. No final dos anos 70, a igreja já estava em ruínas e parte de seus objetos (imagens e sino) foram arrestados pelo Bispo de Uruaçu - D. José da Silva Oliveira¹⁴⁵.

No início do século XX, após a descoberta de níquel na Serra da Jacuba, São José do Tocantins vive uma nova fase na sua história, recebendo o nome de Niquelândia pelo Decreto-Lei Estadual, nº 8305, de 31 de outubro de 1938, que logo se transformou no centro mais desenvolvido da região, cuja economia se voltou para a produção do minério, sendo um dos maiores produtores do mundo. Entretanto, com o fechamento das atividades da Votorantim

144 MATTOS, Raimundo José. Corografia histórica da Província de Goiás, p. 115.

145 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 1º set. 2018.

Metais em 2016, devido a quedas no preço do níquel no mercado mundial, houve uma queda brusca na receita do município.

Na década de 1990 foi construído o Lago Serra da Mesa, abastecido principalmente pelos rios Maranhão e Tocantins, cujas águas banham as cidades de Campinaçu, Campinorte, Colinas do Sul, Minaçu, Niquelândia e Uruaçu. No lago também funciona a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa. Desde a década de 1990, o lago, que tem potencial turístico imenso, tem sido grande fonte de renda para a região. Entretanto, as obras de construção da barragem, bem como a extração do Níquel, provocaram um grande impacto socioambiental, causando danos irreparáveis ao meio ambiente e à população local.

Arraial de Cavalcante (GO)

A região passou a ser conhecida a partir da descoberta de minas na região em 1722, quando a expedição do bandeirante paulista Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, adentrou o sertão, à procura do ouro da tribo Goyás. Entretanto, o primeiro núcleo de povoamento dos colonizadores surgiu em 1740, resultado da exploração das minas de ouro pelo bandeirante Diogo Teles Cavalcante e Domingos Pires do Prado, em presença do Governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz de Mascarenhas.

Continuando a exploração no norte de Goiás, os colonizadores seguiram, simultaneamente, descobrindo ouro em vários locais da bacia do Tocantins. Depois de Cavalcante, foi descoberto ouro em Arraias, Carmo, Natividade, Porto Real, provocando uma verdadeira correria de aventureiros para aquelas terras, cujo resultado imediato foi a formação de inúmeros núcleos de povoamento, que logo foram transformados em Arraias.

O Arraial era cabeça de julgado¹⁴⁶. Ali havia uma casa de fundição do ouro, e era bem servida pela guarda oficial. Segundo Cunha Matos, em 1824, havia uma “companhia de Infantaria, uma de cavalaria e outra de Henriques milicianos. Tem 107 casas pela maior parte humildes, a Igreja Matriz de Santana”¹⁴⁷.

Cavalcante se localiza em uma exuberante área de cerrado, que engloba parte do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, criado em 1961. No ano de 2001 foi reconhecido pela Unesco como Patrimônio Natural Mundial.



Antiga casa de fundição – Fonte: Ministério da Educação/DEPHAN Foto: Dr. Jacinto 1954

¹⁴⁶ Local em que havia uma instância do Judiciário funcionando regularmente, semelhante a uma Comarca, onde o juiz efetua suas atividades.

¹⁴⁷ MATOS, Raimundo José. Corografia histórica da Província de Goiás, p. 21.

O município tem investido no ecoturismo, explorando o imenso potencial de suas cachoeiras, além do rico patrimônio imaterial do povo calunga. As comunidades tradicionais quilombolas do Engenho II, Vão das Almas e do Moleques, na última década, estão sendo bastante procuradas por turistas das mais diversas localidades.

Arraial dos Couros

O primeiro núcleo de povoamento do local surgiu na barra do Rio Itiquira com o Paranã, denominado de Arraial de Santo Antônio. Posteriormente, fugindo de um surto de febre amarela, fundaram o Arraial dos Couros, próximo a Lagoa Feia, onde, desde 1736, já havia um Registro (Posto Fiscal) construído para fiscalizar o ouro e gado que transitavam daquela região para os Currais do São Francisco. Em 4 de outubro de 1767, o padre Antônio Francisco de Melo celebrou a primeira missa na Casa de Oração de Couros.

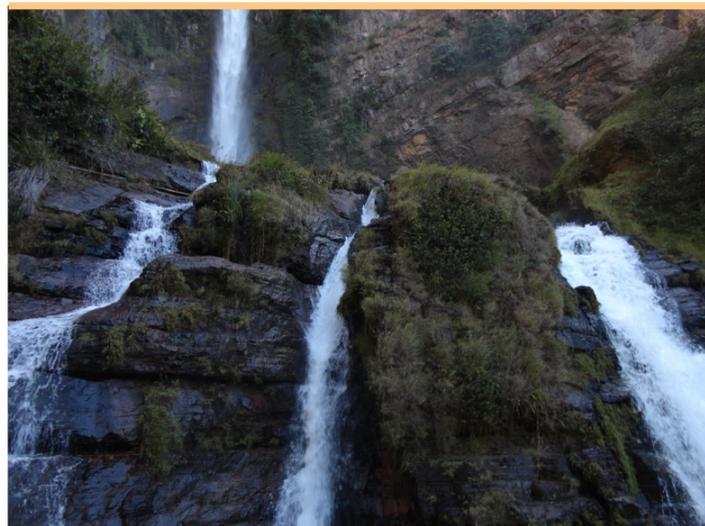
No auge da mineração, no decorrer do século XVIII, a importância de Couros no cenário goiano era pequena, uma vez que não figurava entre os grandes produtores de ouro em Goiás. Entretanto, nas primeiras décadas do século XIX com a decadência da mineração, o Arraial passou a ter uma importância maior no cenário goiano, despontando como grande criador de gado de Goiás, que se concentrava nas fazendas do Vale do Rio Paranã. Martius e Spix passaram pelo Vão do Paranã em 1818 e deixaram o seguinte testemunho:

Assim como toda a província de Goiás, também o vale do Rio Paranã é escassamente povoado, e a população aqui custará tomar incremento, por faltar no solo a incrível riqueza de ouro, que, ainda não há cem anos, atraiu os primeiros colonos ao interior desta província. Criação de gado é quase a única ocupação do sertanejo. Eles despacham anualmente para a Bahia um considerável número de gado vacum e cavalos, sendo estes últimos os melhores de Goiás. Somente o comércio de trânsito entre Bahia, Pernambuco e o interior da província anima este vale retirado¹⁴⁸.

Para o Registro da Lagoa Feia convergiam importantes picadas do período colonial: a Picada da Bahia chegava à Lagoa por meio de uma rota que vinha dos Currais do São Francisco, passando pelo Registro de Santa Maria, em Formoso (MG), atravessando todo o norte do DF com destino ao Arraial de Meia Ponte. Havia outra estrada que ligava o registro da Lagoa com a Picada de Goiás, seguindo por Santa Luzia, Arrepêditos e Paracatu. E seguindo rumo ao norte do Brasil, havia uma estrada dava acesso ao Maranhão e à Capitania do Grão-Pará.

Do ponto de vista político e administrativo, em 1824, o Arraial dos Couros pertencia à Província de Goiás. No entanto, de acordo com Raymundo José da Cunha Mattos, governador das Armas e deputado por Goiás nas duas primeiras legislaturas, a parte eclesiástica da paróquia estava ligada ao Bispado de Pernambuco e à igreja de Nossa Senhora da Conceição. Mercês e Abadia eram subordinadas ao provisorado de Manga, pertencente ao bispado de Pernambuco.

¹⁴⁸ SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich von. Viagem pelo Brasil, p. 108.



Cachoeira do Itiquira Foto: Robson Eleutério

A cidade de Manga fica em Minas Gerais, nas margens do Rio São Francisco e era uma paragem importante para aqueles que transitavam pelas Capitanias da Bahia e Minas. A economia local era baseada na lavoura e criação de gado, tendo alguns curtumes¹⁴⁹ de couro e peles. Duas décadas depois, em 1º de agosto de 1843, o arraial foi elevado à categoria de vila, com a denominação Vila Formosa da Imperatriz. É importante destacar que na cartografia portuguesa do Brasil Central produzida no início do

século XIX, aparecia uma grande lagoa denominada de Formosa, isso ainda quando o local era chamado de Couros.

Em 1877, durante o reinado de D. Pedro II, o engenheiro militar, diplomata e historiador Adolfo de Varnhagen, imortalizado como Visconde de Porto Seguro, dirigiu-se à cidade de Formosa para realizar suas pesquisas e apontar com mais propriedade o local ideal para a construção da nova capital. Foi nesse momento que ele descreveu a região, dando ênfase às nascentes do Planalto com a célebre frase:

onde, a menos de um tiro de fuzil umas das outras, se vêem as cabeceiras das ribeirões Santa Rita, vertente ao rio de São Francisco pelo Prêto; Bandeirinhas, vertente ao Amazonas, pelo Paraná e Tocantins; e Sitio-Nôvo, vertente ao Prata, pelo São Bartolomeu e grande Paraná¹⁵⁰.

Mas a ideia de transferir a sede do governo imperial para o centro do divisor de bacias do Planalto Central já era defendida pelo fundador do Correio Braziliense, José Hipólito da Costa, em artigo publicado em 1813. Propôs então a construção da nova sede do governo imperial, exatamente no mesmo local indicado por Adolpho de Varnhagen e por Luiz Cruls.

No início da República, a Expedição Exploradora do Planalto Central chegou a Formosa no ano de 1892, utilizando o local como base para realizar suas pesquisas. O chefe da equipe, Luiz Cruls, dividiu os membros em quatro turmas que ficaram incumbidas de realizar pesquisas minuciosas para colocar os vértices nos pontos extremos do quadrilátero do novo

149 Indústria que se dedica ao tratamento de peles finas e de couros.

150 AUDRÁ, Helmut. Varnhagen e a ideia da mudança da capital brasileira. p. 152. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/128821/125537/>>. Acesso em: 1º set. 2018.

Distrito Federal. Nesse mapa, parte do Vale do rio Paranã, onde se localiza a Cachoeira do Indaiá, Itiquira e o rio Bandeirinha se encontravam dentro do Distrito Federal, cuja área era de 14.400 km². Porém, a partir da delimitação em definitivo do atual Distrito Federal, ocorrido após a conclusão do relatório Belcher e a redução do quadrilátero, esses locais permaneceram no município de Formosa/GO.

O centro do divisor de bacias se estende das Águas Emendadas até Formosa, onde nascem os Rios Pretos (Bacia do São Francisco), Paranã (Bacia do Tocantins) e Pípiripau (Bacia Platina). A imensa área de seu município é um museu a céu aberto, abrigando paisagens exuberantes no Vale do rio Paranã. Ali se encontram sítios arqueológicos da pré-história e do período colonial, a cachoeira do Itiquira, o Buraco das Araras, dentre outros, além de aconchegantes distritos.

Arraial de Mestre d'Armas (Planaltina/DF)

A história de Planaltina remonta à tradição oral de um personagem conhecido com o codinome de Mestre d'Armas. Era um ferreiro que se fixou ao longo da Picada da Bahia na metade do século XVIII, momento que as minas de ouro de Goiás estavam em pleno processo de expansão, no auge da mineração em Goiás.

São raras as fontes documentais sobre o Mestre d'Armas, sendo desconhecido inclusive o seu verdadeiro nome e sobrenome. Alguns falam que ele se chamava Teodoro e outros dizem que era Januário. Entretanto, seu nome aparece na cartografia da época indicando uma localidade nas proximidades de uma lagoa que se tornou referência para aqueles que se dirigiam a minas goianas vindos de Salvador, capital do Brasil Colônia até 1763, com destino às recém-descobertas minas de ouro no Planalto Central.

A partir da segunda metade do século XVIII, o Mestre d'Armas começou a aparecer na cartografia portuguesa. Essa denominação foi encontrada em carta enviada pelo Ouvido Geral de Goiás em 1758, ao rei de Portugal, Dom José I, cujo governo foi marcado, sobretudo, pela política de seu secretário de Estado, o Marquês de Pombal. Nessa



Casarão na Praça Salviano Monteiro Guimarães Foto: Robson Eleutério

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

carta, que era uma espécie de relatório de prestação de contas, o Ouvidor apresentava a relação dos lugares, povoações, distâncias entre as localidades por onde passou e a descrição dos rios que banham as povoações¹⁵¹.

Na segunda década do século XIX, Mestre d'Armas também apareceu no mapa do Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos para indicar um pequeno Arraial localizado próximo às lagoas do Planalto Central. Esse mapa foi resultado de viagens feitas em todo o estado de Goiás, tendo sido produzido também o livro denominado Corografia histórica da Província de Goiás, com um levantamento completo de dados sobre todos os povoados, vilas e arraiais importantes de Goiás; entretanto, o Arraial de Mestre d'Armas não aparece entre eles.

Mas quem era esse personagem conhecido como Mestre D'Armas?

Segundo Hozannah Guimarães,

*sua origem está ligada à existência de um artífice, que exercia as funções de ferreiro, consertador de utensílios e habilidoso no trato, principalmente, com as armas. E por isso conhecido como "Mestre D'Armas, dando nome ao povoado que aí se iniciara. Segundo alguns, este hábil profissional seria descendente de um dos desbravadores paulistas que aqui teria ficado; outros porém afirmam que esse armeiro teria vindo da Bahia, com destino ao Sul, em busca das minas e não prosseguindo, fixou-se neste local com sua tenda de ferreiro, e teria tido o nome de "Januário"*¹⁵².

De acordo com Mário Castro,

*todo o mestre, entre os mineradores, bandeirantes e autoridades do sertão, era português, em traje autêntico da época: botina com pederneiras de couro; camisas e calças de tecido pardos, para enria nas matas. À moda, uma barba do queixo para atrás e cabelos um pouco compridos. Como ferreiro, o mestre deveria usar um avental de couro cru, comum na época, como proteção do corpo contra as altas temperaturas. No caso do Mestre, ele teria que ter bagagem para formação de oficiais, auxiliares ou iniciantes ou aprendizes, na área de sua competência, com o professor das aulas de primeiras letras ou de ciências isoladas. O que se pode observar é que além da popularidade, os méritos de oficiais deveriam ser também creditados ao ferreiro de Planaltina*¹⁵³.

151 Cf. MANOEL, Elias. De Mestre d'Armas a Planaltina: reflexão histórico-crítica sobre a fundação da cidade. Brasília: Arquivo Público do DF, 2016. p. 2.

152 GUIMARÃES, Hozannah de Campos. Memória do Planalto: Mestre D'Armas (I): Planaltina-DF. Revista DF Letras, suplemento Cultural do Diário Oficial da Câmara Legislativa do DF, ano I, n. 1, novembro de 1992, p. 12.

153 CASTRO, Mário. A realidade pioneira. Brasília: Thesaurus, 1986. p. 120.

Capítulo VII - Núcleos urbanos no Brasil Central

O historiador Paulo Bertran o classificou como uma figura mítica, uma lenda, transmitida pelos moradores antigos às novas gerações desde a metade do século XVIII. Define a fisionomia do personagem com uma grande barriga usando peruca, pois era sinônimo de prestígio e ofício de um mestre:

*Tinha uma grande barriga, no tope da cabeça uma enorme peruca e um chapéu ainda maior. O Mestre d'Armas vai ensiná-lo, principalmente, nas artes da esgrima com florete, para autodefesa. E também da espada, que por esses anos dos 1700 andava meio em desuso por ser uma arma pesada, comprida e incômoda de carregar. O leve florete era a sensação do tempo. Mais pontudo e mais fácil de amolar, saíam os melhores deles das forjas de aço de Toledo no Reino da Espanha. Um esgrimista – desde que treinado por um Mestre d'Armas – raramente matava o oponente, mas dava-lhe derrotas morais: rasgava-lhe a roupa, espetava-lhe as pernas e braços*¹⁵⁴.

Apesar da ausência de fontes documentais que conduzissem a uma pesquisa mais consistente, a tradição oral reconheceu Mestre d'Armas como um importante personagem de Planaltina, presente na narrativa de antigos moradores. Seu legado faz parte da memória, dando nome ao principal ribeirão da Cidade, sendo ainda bastante usado nos dias atuais.

Em 20 de janeiro de 1811, fundou-se o Arraial de Mestre d'Armas, precedido por uma missa de agradecimento e entrega solene das terras ao vigário de Santa Luzia, conforme promessa dos moradores. No ano anterior, em 1810, os proprietários de terras do Sítio Mestre e Sobradinho, efetuaram o pagamento de dízimo em Santa Luzia. Ainda nesse ano, os moradores doaram uma grande área à igreja para a construção de uma capela, em gratidão à cura de uma doença que assolara a localidade¹⁵⁵.

Em 19 de agosto de 1859, o Presidente da Província de Goyaz, Francisco Jerônimo da Gama Cerqueira, sancionou a resolução nº 3, aprovada pela Assembleia Legislativa Provincial, criando o Distrito de Paz Mestre d'Armas.

Em 19 de março de 1891, através do Decreto nº 32, o distrito de Mestre d'Armas se elevou à categoria de Vila desmembrada de Formosa, e no ano seguinte foi instalada a intendência. Depois, a cidade recebeu a denominação de Altamir, de 1910 até 1917, quando passou a se chamar Planaltina.

Após a inauguração de Brasília, a cidade de Planaltina passou por uma profunda mudança, recebendo brasileiros de todos os estados do país, que vieram para a Capital em busca de uma nova vida.

154 BERTRAN, Paulo. História de Mestre D'Armas. Fôlder de divulgação do Hotel Fazenda Mestre D'Armas, s.d.

155 CASTRO, Mário. A realidade pioneira, p. 120.

VIII A Capital na Interlândia

A história do mundo contemporâneo foi marcada pelas grandes mudanças advindas da segunda Revolução Industrial (1870), propiciando a concretização de projetos com os quais o homem sempre sonhou desde tempos remotos. O surgimento de automóveis, aviões, telégrafos, bondes elétricos, luz elétrica, entre outras invenções, provocaram profundas mudanças na sociedade. No Brasil, significativas mudanças também aconteceram com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República.

Nessa época também ocorreram iniciativas de extrema importância para a transferência da capital, se concretizando com a expedição de Adolpho de Varnhagen a Formosa/GO (1877), e depois com a elaboração do artigo terceiro da constituição republicana, dando origem a Comissão Exploradora do Planalto Central (1892), conhecida como Missão Cruls.



Cap. 8 A Barômetro que pertenceu ao Visconde de Porto Seguro, utilizado na pesquisa realizada em Formosa em 1877, foi doado a Câmara de Vereadores de Formosa. Em 1960 foi presenteado ao presidente e hoje se encontra no Memorial J.K.

Cap. 8 B Legenda:
Comissão Exploradora
do Planalto Central do
Brasil (Missão Cruls) –
Foto: Henrique Morize



No século XX, outras ações se sucederam com vistas à transferência da capital, culminando com a inauguração de Brasília, em 1960. Em comemoração ao centenário da Independência, em 1922 foi inaugurada a Pedra Fundamental em Planaltina/DF, em 1946 foi criada a Comissão de Localização da Nova Capital sob a chefia do General Poli Coelho e, por último, em 1955, o governo do presidente Café Filho contratou a empresa estadunidense Donald Belcher, que fez a última pesquisa e indicou o local definitivo para a construção da capital.

Durante o reinado de D. Pedro II foi realizada a primeira expedição científica para identificar o local ideal para construção da nova capital, cuja missão coube ao engenheiro militar Adolpho de Varnhagen, o responsável por destacar a região das nascentes que vertem para três grandes bacias hidrográficas do continente sul-americano. Agradado com o título de Visconde de Porto Seguro, ele se dirigiu a cidade de Formosa da Imperatriz para realizar seus estudos e

Capítulo VIII - A Capital na Interlândia

concluiu que o local apropriado para sediar a capital do império era uma região localizada a 24 km a noroeste da cidade. Veja a descrição desse local, que ele registrou num ofício enviado ao ministro da agricultura, Conselheiro Tomás José Coelho de Almeida, no dia 28 de julho de 1877: “nessa paragem bastante central e elevada de onde partem as veias e artérias que vão circular por todo o corpo do Estado, que julgamos estar seu verdadeiro coração” (VARNHAGEN, 1978, P. 13). Assim, essa deveria ser a área para fixar-se a nova sede do governo¹⁵⁶.

A pesquisa de Varnhagen se tornou um documento obrigatório para aqueles que defendiam a transferência da capital, sendo muito utilizada pelos constituintes da República que defendiam aprovação do artigo terceiro, a favor da construção da capital no Planalto Central brasileiro. Nos acalorados debates feitos na Câmara Federal, inúmeros deputados mudancistas, como Americano do Brasil (GO), incluíam trechos dos estudos de Varnhagen nos seus fervorosos discursos pronunciados na Câmara Federal, pois até aquele momento essa era a única pesquisa que existia no país, feita in loco, que indicava de forma consistente o local ideal para abrigar a nova capital. Os membros da Comissão Exploradora do Planalto Central (Missão Cruls) também reafirmaram e aprofundaram as suas argumentações.

Com o advento da República em 1889, foi aprovado o artigo 3º da primeira constituição republicana, promulgada em 1891, que determinava a realização de estudos para escolha de uma área que deveria abrigar a capital. Esse artigo, de autoria do senador catarinense Lauro Muller, reservava “uma área de 14.400 km² no Planalto Central do Brasil, que seria demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”.

Desse modo, em 1892 o Mal. Floriano Peixoto nomeou uma comissão de pesquisadores para demarcar a área do novo Distrito Federal, no Planalto Central do Brasil. Comandada pelo astrônomo belga Luiz Cruls, a equipe era composta por 22 membros, entre astrônomos, engenheiros militares, médicos, mecânicos, farmacêutico e alguns de seus ex-alunos da Escola Superior de Guerra, além de servidores para atuar nos serviços gerais da Comissão. A segurança foi garantida por um contingente militar formado por um comandante e dois alferes.

A jornada da Missão Cruls começou no dia 9 de junho de 1892, quando a equipe deixou o Rio de Janeiro e seguiu de trem de ferro até Uberaba/MG, ponto final da Estrada de Ferro Mogiana, onde permaneceu por vinte dias a fim de organizar os preparativos para adentrar o Planalto Central do Brasil. Mas, a partir daí, a jornada foi feita por tropa sobre as antigas picadas do Planalto Central, passando por Catalão e Entre Rios (Ipameri/GO) com destino a Pirenópolis/GO, onde chegou no dia 1º de agosto.

Logo em seguida realizou pesquisas na redondeza, visitando as Minas do Abade e subindo o Pico dos Pirineus para fazer observações a fim de determinar com maior precisão as coordenadas daquele local. Segundo Luiz Cruls, para atestar em qualquer época a sua presença naquele local, lavrou-se uma ata que foi assinada por todos, depositada numa caixa de metal, lacrada e enterrada.

156 Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro). A questão da capital: marítima ou no interior? Brasília: Ed. Thesaurus, 1978, p.13.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

Todo o material necessário para realizar a expedição foi transportado em lombos de burros. Barracas, armas, mantimentos e instrumentos científicos como bússola, barômetro, luneta, teodolito, câmaras fotográficas, dentre outros, foram distribuídos em 206 caixas, perfazendo cerca de dez toneladas de carga.

Continuando a jornada, o contingente da expedição foi dividido em duas turmas que seguiram itinerários distintos, mas ambas deveriam se encontrar em Formosa e realizar o reconhecimento na região indicada por Adolpho de Varnhagen para sediar a nova capital. Esse local, batizado de Chapadão de Visconde de Porto Seguro, é cortado pela GO 430 nas proximidades da Cachoeira do Indaiá e Lagoa Formosa.

A turma chefiada por Luiz Cruls saiu de Pirenópolis no dia 23 de agosto e seguiu direto para Formosa, tendo pousado na Vila de Mestre d'Armas no dia 30 de agosto e, no dia seguinte, na Fazenda Fartura, localizada próxima ao Ribeirão Pipiripau. Chegaram no dia 1º de setembro, e imediatamente montaram a estrutura necessária para realizar os estudos com o objetivo de identificar os vértices da área retangular que formaria o novo Distrito Federal. Em seguida, começaram a explorar diversos locais na redondeza, realizando estudos aprofundados como medição de latitude e longitude, o volume de água dos rios, a topografia, a geologia, o clima, os acidentes geográficos mais notáveis, além da catalogação da fauna e flora da região.

A segunda turma deixou Pirenópolis em 18 de agosto, passou por Corumbá, Santa Luzia (Luziânia) e Mestre d'Armas (Planaltina), chegando a Formosa no dia 14 de setembro de 1892. Foi dada uma orientação ao grupo para medir o volume das águas dos rios e riachos mais volumosos que se encontravam ao longo do percurso: rio do Ouro, Areias, Monte Claro (Descoberto), Saia Velha, Torto, Sobradinho e Paranoá.

Luiz Cruls também assinou uma instrução orientando a se fazer o levantamento de todo o itinerário percorrido pelo processo do caminhamento, utilizando o podômetro, aneróide e bússola¹⁵⁷. Para medir a distância percorrida pela tropa nas tortuosas picadas do sertão goiano, no final do século XIX, o podômetro era colocado no pé dos animais para registrar o total de passos que, de acordo com Cruls, era de 0,66 a 0,72m. Cruls ainda determinou que fossem observados quaisquer fenômenos que pudessem servir para determinar a longitude “quer por distâncias lunares quer por passagens da lua e de uma estrela pelo mesmo vertical ou pela mesma altura, que por diferenças de altura entre dois astros”¹⁵⁸.

Assim que todos os membros da Comissão Exploradora se encontraram em Formosa foram formadas quatro turmas, sendo que cada uma delas ficou incumbida de determinar no terreno as posições dos vértices correspondentes às coordenadas indicadas nas instruções fornecidas por Luiz Cruls.

Os roteiros percorridos foram os seguintes:

- Vértice Sudeste (SE): Essa turma foi chefiada por Henrique Morize, contando com a

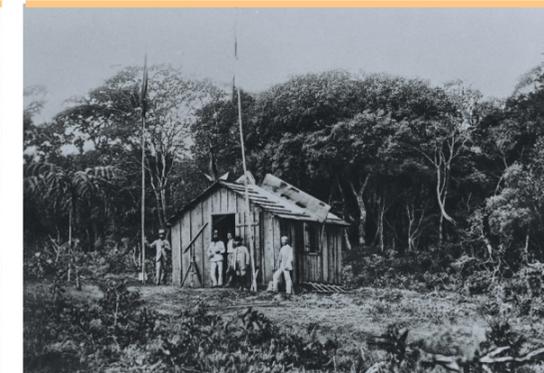
157 Cf. Luiz Cruls. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central. Brasília: Ed. Olimpio, 1958, p. 63.

158 Ibid, p. 64.

Capítulo VIII - A Capital na Interlândia



A Missão Cruls na Lagoa Formosa/GO



Observatório no vértice Sudoeste (S.W.) da zona demarcada -
Foto: Henrique Morize Fonte: Arquivo Público do DF

participação de Alípio Gama (ajudante) e Jose Paulo de Melo (auxiliar). A região estudada faz parte da bacia do rio Preto, desde sua nascente no córrego Santa Rita em Formosa, passando núcleos rurais do rio Preto, Lagoinha e Jardim em Planaltina/DF até o Distrito de Palmital, localizado nas proximidades do Registro de Arrependidos no município de Cabeceira Grande pertencente a Minas Gerais.

- Vértice Noroeste (NW): Tasso Fragofo chefiou essa turma, tendo como membros: Celestino Alves Bastos, Alfredo José Abrantes e João de Azevedo Peres Cuiabá. A equipe percorreu um itinerário a noroeste de Formosa, passando pelo Chapadão do Visconde de Porto Seguro em direção a bacia do rio Maranhão até a Lagoa Formosa. As referências e locais visitados da época eram o arraial de Mestre d'Armas, Sobradinho, Torto, os rios do Sal, Monteiro e Verde.

- Vértice Nordeste (NE): Teve como chefe Cavalcanti de Albuquerque, que substituiu o astrônomo Julião de Oliveira Lacaille, afastado por motivo de doença. A região visitada inclui o majestoso Vale do Paraná, compreendendo o rio Bandeirinha, Fazenda Cipó, Cachoeira do Itiquira.

- Vértice Sudoeste (SW): O astrônomo Luiz Cruls chefiou essa turma, auxiliado por Antônio Martins de Azevedo Pimentel, Eduardo Chartier e Felicíssimo do Espírito Santo. A região estudada se localizava no município de Pirenópolis, tendo a Fazenda Capivari e o riacho Andrequicé como referência.

Os equipamentos utilizados para determinar as coordenadas eram o barômetro, podômetro, sextantes, teodolitos, aneróides, cronômetros e relógios, instrumentos meteorológicos e material fotográficos. Naquela época se determinava as coordenadas geográficas por observação astronômica. Dessa forma, era necessário encontrar o local ideal, isto é, um observatório, onde seriam feitas as medições para determinar as latitudes, longitudes e altitudes. As determinações astronômicas consistiam nas “observações de astros celestes (estrelas, Sol, Lua, satélites naturais de planetas como Marte e Júpiter) em situações catalogadas com ascensão reta e de inclinação

pré-determinadas, em horários específicos¹⁵⁹.

Tão logo foram concluídos os estudos em cada um dos quatro pontos do mapa retangular do novo Distrito Federal, foi colocado um marco em cada um deles. Para monumentalizar esses vértices, Luiz Cruls fez as seguintes orientações:

Abrir-se há no terreno uma escavação tendo um metro de lado e 1m30 de profundidade e em coincidência com o respectivo vértice. Esta escavação encher-se há de pedras até um metro de altura e sobre esta será feito um revestimento de leivas, de modo que a vegetação em poucos possa encobrir o lugar.

No centro da escavação será depositado um documento assinado pelo chefe e membros da turma, que serão escritos as coordenadas do vértice, determinadas pela observação e que será metido dentro de um envólucro convenientemente lacrado.

Em seguida a posição do vértice será ligada por meio de visadas feitas sobre serras, morros ou edifícios e por triangulação topographica com quaisquer acidentes naturais do terreno sejam rios, cabeceiras, etc., de modo que em toda e qualquer época seja possível descobrir e lograr onde se acham os vértices da área demarcada.

Durante a permanência da turma na estação da observação, far-se-hão caminhamentos na região circunvizinha dentro de uma área de 5km. Igualmente será feito o caminhamento ao voltar cada turma do respectivo vértice até Pirenópolis.

Todas as reduções e cálculos concernentes à determinação das coordenadas geográficas bem como os caminhamentos desenhados de Formosa até o vértice e deste até Pirenópolis, serão entregues ao Chefe, quando as turmas estiverem de volta em Pirenópolis, afim de permitir as verificações indispensáveis antes de poder considerar como concluídos os trabalhos de demarcação¹⁶⁰.

No mês de novembro foi concluída a colocação simultânea dos vértices Sudeste, Noroeste e Sudoeste, enquanto que o vértice Nordeste (Formosa/GO) foi colocado no dia 15 de janeiro, por conta do afastamento do chefe da turma por motivo de saúde.

Com relação a monumentalização dos vértices, apenas o Sudeste foi feito de forma mais

159 Relatório de recolocação dos vértices do Distrito Federal – Quadrilátero Cruls: I Centenário da Missão Cruls - 1892/1992. Brasília: Centro de Cartografia Automatizada do Exército, p. 8.

160 Cf. Luiz Cruls. Relatório da Comissão Exploradora..., op. cit., p. 156.

simples, devido à falta de material apropriado na localidade¹⁶¹. O chefe da turma SE, Henrique Morize, relata que se viu obrigado a utilizar um tronco de aroeira cuidadosamente descascado de 2m50 de comprimento, tendo sido na extensão de um metro, desbastado em forma de 1 prisma quadrado com 18 centímetros de lado. O marco foi enterrado no chão, ficando 20cm acima do nível do solo, cujas faces estavam orientadas para os quatro pontos cardeais. Na face Norte, abaixo do nível do solo, existe uma cavidade fechada em que foi colocado, depois de convenientemente arrolhado e lacrado, um vidro contendo um documento assinalando a posição geográfica do vértice, assinado pelo pessoal da turma e por diversas pessoas presentes¹⁶².

O Quadrilátero Cruls e o mapa do Distrito Federal

De todas as localidades visitadas, a que mais chamou a atenção dos membros da Comissão Exploradora foi uma região localizada entre as lagoas no centro do planalto, batizada de Chapadão do Visconde de Porto Seguro. Essa denominação feita pelos membros da Missão Cruls, foi uma homenagem a Adolpho de Varnhagen pela valiosa pesquisa que realizara na região. Esse local fica entre Planaltina/DF, Formosa/GO e Planaltina/GO, cortado pela GO 118 e hoje é denominada de Chapadão do Pipiripau. Foi produzido um mapa demarcando essa área, com um triângulo que indicava o local mais apropriado para a construção da capital.

No topo do chapadão, atualmente se encontram inúmeros atrativos voltados para o ecoturismo, como a Rampa de Vôo Livre e as Cachoeiras do Indaiá/Itiquira no vale do rio Paraná; o Hotel Fazenda Mestre d'Armas, localizado próximo à Estação Ecológica que abriga a nascente da dispersão das águas; a Lagoa Formosa formadora do rio Maranhão, além de uma exuberante paisagem com cerrado de mata nativa recortado por uma bela serra. Hoje, a denominação Visconde de Porto Seguro já é bastante conhecida pela população de Formosa, principalmente por conta da existência de uma rua com o seu nome, já familiarizado no linguajar dos moradores da cidade. Porém, apenas um pequeno número de moradores sabe o significado correto.

No Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central, Cruls foi enfático ao reconhecer a região das nascentes como o local ideal para a construção da capital: “Convém notar que os autores que têm se ocupado com este projeto são unânimes em considerar a zona onde tem os mananciais dos rios Araguaia, Tocantins, São Francisco, Paraná, isto é, sobre o Planalto Central, cerca de 15° de latitude austral, como sendo a mais vantajosa, sob todos os pontos de vista¹⁶³.”

A área total do DF, demarcada para abrigar a capital era um quadrilátero de 14.400 km², medindo 160 km x 90 km, quase três vezes o tamanho do atual DF. Dentro de seus limites, encontrava-se a cachoeira do Itiquira no ponto extremo a nordeste, e o município de Corumbá a sudoeste. Posteriormente, a área do DF foi reduzida para os limites atuais.

O resultado do trabalho produzido pela Missão Cruls foi publicado no Relatório da Comissão Exploradora, se constituindo num valioso inventário com pesquisas aprofundadas

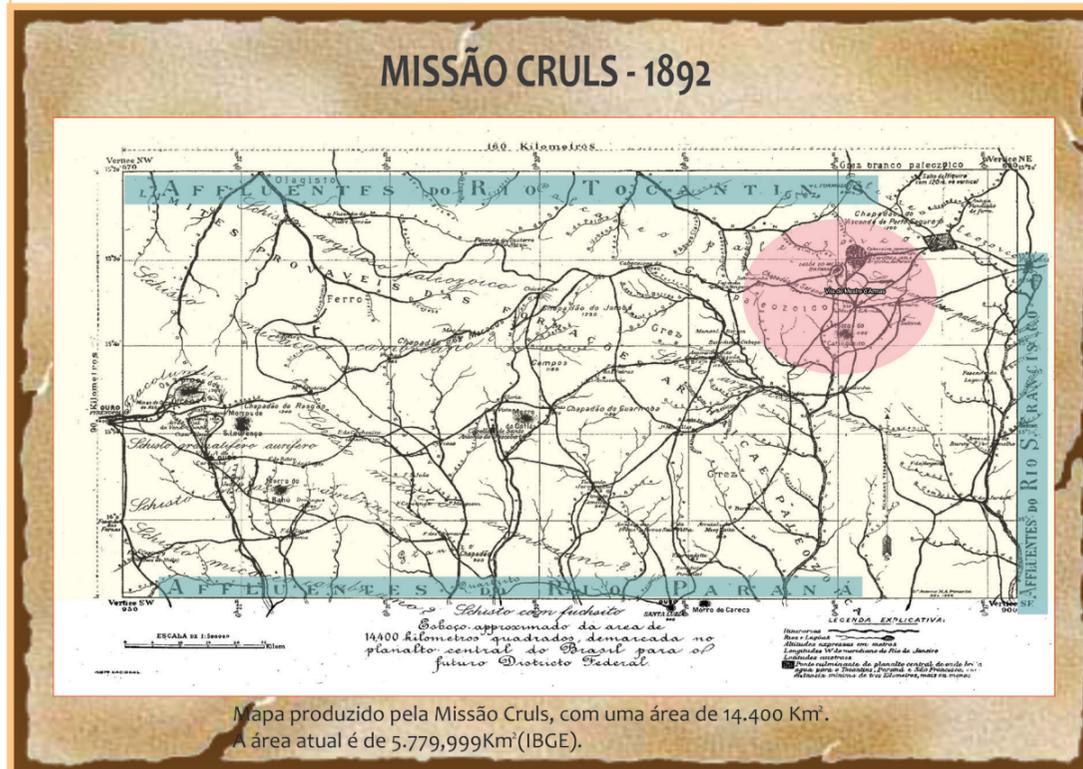
161 Cf. Luiz Cruls. Relatório da Comissão Exploradora..., op. cit., p. 156.

162 Ibid, p. 156.

163 Cruls

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

sobre o solo, o clima, a hidrografia, o relevo, a fauna e a flora do Planalto Central do Brasil, indispensável àqueles que estudam a história do Distrito Federal e região



Mapa produzido pela Missão Cruls, com uma área de 14.400 Km².
A área atual é de 5.779,999Km² (IBGE).

Mapa produzido pela Comissão de Estudos da Nova Capital, em 1985, do novo Distrito Federal.

A segunda Missão Cruls

Em julho de 1894 teve início a segunda Missão Cruls, denominada de Comissão de Estudos da Nova Capital da União, que tinha como objetivo aprofundar pesquisas feitas pela Comissão Exploradora do Planalto Central para a escolha do local em definitivo onde a capital seria construída. Para tanto, foi analisada a salubridade do clima e da água, sua abundância e facilidade para o abastecimento da futura capital e, por último, a topografia e a natureza do terreno sob o ponto de vista das edificações e das comunicações urbanas¹⁶⁴.

Analisando os critérios acima sobre o local ideal para a construção da nova sede do governo, o botânico Glaziou emitiu sua opinião, porém fez questão de ressaltar que não teria influência a respeito de qualquer decisão. Ele observou o aprazível Vale do Chico Costa, em seguida ficou entusiasmado com o rio das Pedras e do Jatobá e, dias depois, admirou um imponente chapadão entre a Guariroba e a Chapadinha com seus “pequenos montes

164 CRULS, Luíz. Comissão de Estudos da Nova Capital da União: Relatório Parcial. Rio de Janeiro: Tipo Lith, 1896, p. 139.

Capítulo VIII - A Capital na Interlândia

arredondados que imprimem um cunho tão particular a essa linda paisagem”¹⁶⁵. Também achou muito interessante a região do córrego Ponte Alta, abaixo da vertente oeste da imensa chapada do Gama¹⁶⁶. Dentre tantas paisagens exuberantes e apropriadas para abrigar a capital, ele destaca um local bastante especial:

Enfim, de jornada em jornada, estudando tudo: qualidade do solo, vantagem das águas, clima, característica do conjunto da paisagem, etc., cheguei a um vastíssimo vale banhado pelos rios Torto, Gama, Vicente Pires, Riacho Fundo, Bananal e outros; impressionou-me profundamente a calma severa e majestosa desse vale. Talvez movido pelo mesmo sentimento, do chefe da Comissão, Dr. Cruls, mandou estabelecer ali o acampamento geral. Ao depois, quase que diariamente percorri, heboriosando cá e lá, ora uma parte ora outra desse calmo território e dessas excursões voltava sempre encantado; cem vezes a repeti, quase sempre a pé, para facilidade dessas observações, em todos os sentidos e sem a menor fadiga, tão benéfica é aí a amenidade da atmosfera¹⁶⁷.

A região descrita acima era o vale do rio Paranoá, em cujo local Glaziou acreditava que existiu um lago num passado remoto, chamando a atenção que a imensa planície, situada entre o chapadão do Gama e do Torto, estava sujeita a ser alagada pelas águas da chuva¹⁶⁸.



Vista aérea de Brasília a bordo da Estação Espacial Internacional (ISS, na sigla em inglês), o astronauta russo Sergey Ryazanskiy, de 42 anos, postou em sua conta no Instagram (@sergeyiss).

Outra questão de extrema relevância foi a realização de estudos sobre a construção de ferrovias interligando as regiões do Brasil com a área demarcada. Em ofício enviado ao Dr. Olynto dos Santos Pires, ministro e secretário dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Luiz Cruls afirmou que a mudança da capital só se tornaria realidade após a construção de uma estrada de ferro ligando Catalão/GO à zona demarcada, onde a capital seria construída, interligando duas estradas de ferro que já convergiam para Catalão: a Mogiana e a Oeste de Minas Gerais.

O acesso à área demarcada se completaria com a construção de mais três ferrovias que interligariam todas as regiões do Brasil com a nova capital: a estrada de ferro ligando a cidade de Catalão a Palma, cujo traçado atravessava a zona demarcada; uma ferrovia ligando a capital

165 Ibid, p. 139.

166 CRULS, Luíz. Comissão de Estudos da Nova Capital da União...op. cit., p. 140.

167 Ibid, p. 141.

168 Ibidem, p. 141.

federal com a Bahia, aproveitando as condições de navegabilidade do Rio São Francisco e a Estrada de Ferro ligando Catalão à Cuiabá, passando pela Cidade de Goiás. Também estava previsto a colocação de linha telegráfica ligando a zona demarcada com a estação mais próxima da rede telegráfica do Estado.

Apesar da grandiosidade dos estudos realizados pelos membros da Comissão de Estudos da Nova Capital da União e da sua importância para a integração e desenvolvimento do Brasil, o governo do presidente Prudente de Moraes não teve interesse na continuação dos trabalhos.

Quando apresentou o relatório parcial realizado pela Comissão, desde o mês de julho de 1984 até o final do ano de 1895, Luiz Cruls lamenta a falta de recursos financeiros para a continuação dos trabalhos: “Antes de terminar essas ligeiras considerações, Sr. Ministro, não posso deixar de declarar o quanto é lastimável não ter o Congresso Nacional concedido a necessária verba para continuação dos nossos trabalhos, durante o exercício vigente”¹⁶⁹.

O Centenário da Missão Cruls

Por ocasião das comemorações do centenário da Comissão Exploradora do Planalto Central, no ano de 1992, o Centro de Cartografia Automatizada do Exército realizou estudos nas áreas dos quatro vértices¹⁷⁰ para re colocação dos marcos, tendo como base de pesquisa o relatório produzido pela Comissão, bem como as coordenadas estipuladas pelos chefes de cada turma. Para identificar o local do vértice colocado pela Comissão Exploradora do Planalto Central em 1992, o Serviço Geográfico do Exército colocou um cilindro em ferro fundido, no nível do solo, com os dizeres em baixo relevo: CRULS VÉRTICE SW ou NE, NW, SE – 1992, PROTEGIDO POR LEI – NÃO DESTRUIR.



Membros do Projeto Caminhamentos Missão Cruls



Marco do Vértice Nordeste (N.E.) em Formosa/GO.

169 CRULS, Luíz. Comissão de Estudos da Nova Capital da União... op. cit., p.10.

170 O ponto oposto mais afastado da base de uma figura.

Com o intuito de preservar esse patrimônio e valorizar o ambiente onde eles se encontram, um grupo de pesquisadores criou o projeto Caminhamentos Missão Cruls e realizou exploratórias para identificar cada um deles. Atualmente, todos os vértices estão dentro de propriedades particulares, sendo assim, o acesso só é permitido com autorização dos proprietários.

Sobre o monumento em aroeira indicando o local do vértice Sudeste, colocado pela turma chefiada por Henrique Morize, não foi encontrado nenhum vestígio. Embora a aroeira seja uma madeira bastante resistente, certamente ele foi destruído por conta das queimadas que assolam o Cerrado constantemente na época da seca, ou por conta de outros fatores como aração do terreno para o plantio de culturas extensivas. Esse vértice está localizado na margem esquerda da Barragem de Queimados, onde se formou um grande lago após a construção de uma Usina Hidroelétrica, cujas terras hoje estão no Distrito de Palmatal, pertencente ao município de Cabeceira Grande/MG.

O vértice sudeste se encontra dentro da Fazenda Monjolinho no município de Abadiânia/GO, mas na época em que foi colocado pela Missão Cruls, esse local pertencia a Pirenópolis/GO. O marco se encontra a 10 km do Distrito de Posse D'Abadia, antiga sede do município.

Em Formosa, nas proximidades das nascentes do Rio Paranã, foi colocado o vértice Nordeste localizado a oeste da Serra das Laranjeiras, próximo à cachoeira do Itiquira, em propriedade particular, a uma distância de 41 km da Praça da Matriz.

A noroeste do quadrilátero Cruls, no município de Vila Propício, se encontra o outro vértice, situado no alto de um morro, a uma distância de 14 km da sede do município.

Durante as comemorações do centenário da Missão Cruls, em 1992, o Serviço Geográfico do Exército colocou um cilindro e uma pirâmide de metal em cada um desses vértices, mas, com o passar do tempo, todos ficaram enferrujados e precisam ser substituídos. As propriedades onde se localizam os vértices SE, SW e NE praticam a agricultura e todos marcos estão no meio das plantações, enquanto que o vértice NW, pelo fato de estar localizado em terreno impróprio para o cultivo, se encontra no meio da vegetação do Cerrado, em cima de um morro.

Devido ao valor histórico desses cilindros que demarcaram o retângulo do primeiro mapa do Distrito Federal, delimitando uma área comum às nascentes tributárias das bacias do complexo Araguaia/Tocantins, São Francisco e Platina, torna-se necessário o tombamento desses pequenos monumentos como patrimônio histórico e artístico pelo IPHAN.

PEDRA FUNDAMENTAL - 1922

Passaram-se três décadas do início da Missão Cruls e praticamente nenhuma ação contundente foi tomada em favor da transferência da capital. Mas, no início da década de 1920, o assunto volta à tona com iniciativas no parlamento, que culminaram com a edificação de um monumento no quadrilátero Cruls.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

Em comemoração ao Centenário da Independência, o presidente Epitácio Pessoa assinou e publicou o Decreto Legislativo nº 4.494, datado de 18 de janeiro de 1922, que mandava edificar a Pedra Fundamental no Quadrilátero Cruls. O projeto que deu origem a este decreto é de autoria dos deputados Americano do Brasil (Goiás) e Rodrigues Machado (Maranhão), tendo sido aprovado por unanimidade pelos deputados, com o seguinte teor:

Art. 1º – A Capital da República será oportunamente estabelecida no Planalto Central, na zona de 14.400 quilômetros quadrados, que, por força do art. 3º da Constituição Federal, pertence à União, para esse fim especial, já estando devidamente medidos e demarcados.

Art. 2º – O Poder Executivo tomará as necessárias providências para que, no dia 7 de setembro de 1922, seja colocada, no ponto mais apropriado da zona a que se refere artigo anterior, a Pedra Fundamental da futura cidade, que será a Capital da União.

Mas essa situação começou a mudar a partir da construção de ferrovias em Goiás. Nos primórdios do século XX, as mercadorias que chegavam às cidades da região eram trazidas pelos tropeiros, transportadas em lombos de burros e mulas ou em carros de boi, uma vez que ainda não havia sido aberta nenhuma estrada para o trânsito de automóveis na região.

O primeiro trecho da ferrovia goiana foi construído em 1911, a partir da cidade de Araguari, no Triângulo Mineiro, já que ali era o fim da trilha da Estrada de Ferro Mogiana, construída para facilitar a integração econômica entre São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Em 1912, já haviam sido construídos 80 km da ferrovia, chegando próximo a Goiandira. No seguinte, foram concluídas as obras da linha Goiandira/Ipameri. Em 10 de novembro de 1913, a população de Ipameri, entusiasmada, por entre flores e música, solenemente inaugurava a Estação Ferroviária de Ipameri. Foi o início da evolução e do progresso de Ipameri, incrementando a agricultura, o comércio e as indústrias do local¹⁷¹.

Estrada de Rodagem no Quadrilátero

No ano de 1921 foi aberta a primeira estrada para automóveis que adentrava as terras delimitadas pelo Quadrilátero Cruls, ligando Planaltina, Cristalina e Ipameri. Nessa época, Ipameri era uma das cidades mais importantes de Goiás, pois as estações da Ferrovia Mogiana terminavam em suas terras. Desde a chegada da Ferrovia à Ipameri, desenvolveu-se uma estreita ligação com Planaltina, resultado da atividade comercial entre as duas cidades.

Além da Estação Férrea que ficava dentro da cidade, havia também a importantíssima Estação de Roncador, cujos depósitos ficavam lotados de mercadorias para abastecer dezenas de cidades, vilas e povoados que ficavam isolados no sertão goiano e mato-grossense. Isso permitiu à Ipameri transformar-se num grande centro de distribuição de mercadorias para as isoladas cidades e vilarejos do Centro-Oeste, recebendo diariamente tropas e carros de boi oriundos de várias localidades do interior do país. De acordo com Silvio Fleury:

Capítulo VIII - A Capital na Interlândia

Como as mercadorias importadas ficavam depositadas nos pontos terminais da via férrea, as tropas e carros de boi ali as recebiam dos comissionários e as levavam ao destino final, os povoados esparsos na imensidão do território goiano. Urgia um transporte mais rápido e menos trabalhoso para a distribuição do crescente volume de produtos solicitados pela população. Assim, os cidadãos mais progressistas de alguns municípios enxergaram no veículo impulsionado por motor a gasolina, já utilizado em vários estados, a solução ideal. Vislumbraram a solução e, imediatamente, procuraram viabilizá-la, abrindo as estradas pelas quais os automóveis e os caminhões se deslocassem. Assim teve início o rodoviarismo em Goiás¹⁷².

Até pouco tempo, havia em Ipameri, a Praça Planaltina, cujo nome foi dado devido ao grande número de carros de boi pertencentes aos comerciantes de Planaltina que lá ficavam estacionados à espera de mercadorias que eram transportadas para o centro e norte do Goiás. Em Planaltina, na Rua Eugênio Jardim, havia uma placa com os dizeres: é proibido passar carro de boi. Era natural essa proibição em várias cidades do Brasil, uma vez que o rangido das rodas produzia um estridente barulho que incomodava bastante os moradores.

Naquela época, em Planaltina, era grande o número de carros de boi transitavam pelas principais ruas da cidade transportando mercadorias, conduzidos pelo carreiro, uma profissão muito comum, já que era o meio de transporte mais utilizado. Naquela época, o automóvel ainda era praticamente desconhecido pela população, havendo pouquíssimas unidades no Brasil.



Broacas são malas rústicas de couro cru usadas para transportar objetos, víveres e mercadorias sobre bestas, e que se prendem, a cada lado, nas suas cangalhas, ou vão atravessadas na traseira da sela.

Vislumbrando um futuro promissor na região, Bevinhati resolveu investir numa operação mais ousada: abrir a primeira estrada de automóvel, ligando Mestre d'Armas a Ipameri. Iniciou a investida no dia 2 de janeiro de 1921, comandada por Balbino Claro Alarcão e um contingente de mais de vinte homens trabalhando diariamente; sendo que em alguns dias, o número de trabalhadores chegava a 100 pessoas. A estrada foi aberta sobre os espigões que dividiam as bacias, pois esse era o caminho mais rápido para contornar as nascentes, uma vez que não havia recursos para a construção de pontes.

Observando os mapas consta-se que a estrada não atravessava um só rio, de Planaltina a Ipameri. O único que atravessava era o rio do Braço, a 6 km de Ipameri. A estrada começava no sul de Planaltina, lá nas alturas da Vila, e seguia rumo à Pedra Fundamental e, de lá, seguia para Cristalina, aproveitando sempre os espigões. Tudo era feito na base da foice, enxada, picareta, machado, alargando as trilhas dos carros de boi que passavam em cima dos espigões. Para tirar as retas, ele ia à frente fazendo o reconhecimento do terreno, e, lá na frente acendia uma fogueira e vinha e falava para a turma dele: a reta aqui é daqui até lá naquela fumaça, dois, três ou quatro quilômetros de distância. Era assim que ele tirava as coordenadas¹⁷³.

Após a obra concluída, Victorino e Balbino Alarcão comemoraram a empreitada em Ipameri, onde foram recebidos com bastante entusiasmo pelas autoridades, moradores e comerciantes, pois, a essa altura, a notícia já havia se espalhado por várias localidades de Goiás. A Câmara de Vereadores promoveu uma sessão exclusiva para comemorar o evento.

Seis meses depois, com a estrada pronta, a empresa adquiriu uma jardineira para o transporte de passageiros, criando uma linha regular que circulava uma vez por semana, perfazendo um trajeto de mais de 300 km. Posteriormente, obtiveram o direito de explorar o pedágio, embora o movimento de automóveis por essa estrada, naquela época, fosse coisa rara, conforme relata Victorino: “a estrada sem movimento, pois não havia automóveis. Só um que era meu e o outro era de Ipameri. Comprei uma jardineira para percorrer Ipameri, Cristalina, Planaltina e Formosa”¹⁷⁴. Todas as anotações foram registradas em uma caderneta, remetida a um frade dominicano, com o objetivo de incluir o traçado da estrada no mapa de Goiás.

Após alguns dias de descanso, Balbino voltou com a turma para dar os últimos retoques na estrada, enquanto Victorino comprou um Fordinho, seguindo para Planaltina a fim de dar a boa nova a Alexandre Salgado e buscar dinheiro para pagar o pessoal. Segundo o seu Adolvando, “os trabalhadores eram arregimentados em Planaltina e Cristalina, gente da região. Naquela época existia grande número de trabalhadores braçais nas fazendas e isso não era um obstáculo”.

A partir de Roncador, última estação da estrada de ferro em terras goianas, abriu-se uma rodovia tronca, em 1922, dando acesso à cidade de Goiás, antiga capital do estado, cujo trecho inicial passava por Campo Formoso (Orizona), Bonfim (Silvânia) e Anápolis. Nas mediações da cidade de Silvânia, essa estrada se ramificou para Luziânia, Planaltina e Formosa. Nessa época, no norte de Goiás, ainda não havia sido construída nenhuma rodovia ou ferrovia, e as cidades continuavam a ser abastecidas pelos tropeiros. Apenas na década de 30 foi aberta a primeira rodovia que dava acesso ao Tocantins, ligando Corumbá a Niquelândia.

173 Entrevista realizada com Adolvando Alarcão em Ipameri/GO, em junho de 2012.

174 BEVINHATI, Victorino. Autobiografia “Memória do Ilustre Cidadão – 57 anos de trabalho consecutivos, sem férias”, 1962.

Um Visionário no sertão do Planalto Central

Com dezenove anos de idade, o italiano Victorino Bevinhati deixou São Paulo no ano de 1905, a convite do sírio Antônio Damian, seu futuro sócio no comércio ambulante. Seguiu até o final da estrada de Ferro Mogiana em Araguari/MG, a fim de adentrar o sertão goiano e avaliar as possibilidades de abrir negócios. Percorreu os municípios de Catalão, Ipameri, Campo Formoso (Orizona), Bonfim (Silvânia), Santa Luzia e Corumbá. Assim, começaram os negócios em Catalão e, dois anos depois, desfizeram a sociedade, dividindo 22 milhões de contos de réis, capital que propiciou Victorino a continuar sua jornada. Ele investiu o dinheiro na compra de uma comitiva de um viajante do Rio de Janeiro que passava pelo local.

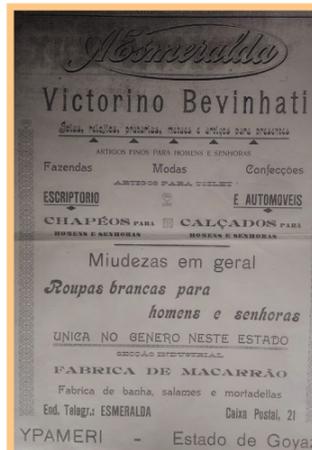
Victorino abasteceu sua comitiva de sortimentos e seguiu rumo ao Muquém, durante as comemorações da Festa de Nossa Senhora do Muquém da Abadia, local onde realizou inúmeros negócios e esgotou rapidamente todo o seu estoque. Ao retornar, resolveu parar na Vila de Mestre d’Armas para descansar e onde conheceu as famílias de Balbino Alarcão, Salviano Monteiro Guimarães e Salvador de Silva Campos. Era o ano de 1907, e neste momento começa sua odisséia no sertão do Planalto.

O lugar era parado, mas achava futuro. Resolvi abrir uma pequena casa de comércio, aluguei uma que já tinha prateleiras e segui para Catalão onde comprei o necessário. Chegando de volta, abri a casa e comecei a vender alguma coisa. Decorridos dois anos, já tinha um pequeno capital que não fazia falta para o comércio. Como o local era zona de couro que vinham do norte, resolvi montar um curtume. Em 1910, casei-me com Sebastiana de Souza e Silva, filha de Sr. Sebastião de Souza e Silva e D.^a Carolina de Souza Fagundes. Minha senhora, dentro dos 52 anos de casada, muito tem cooperado em todos os meus empreendimentos que começamos: ela nas prendas da casa e na loja, e eu na construção do curtume. Trabalhei até de pedreiro. Concluído este, arranjei dois curtidores espanhóis, o Sr. Antônio Fernandes e seu mano Luiz. O curtume já tinha casca, couro, cal, etc. Na loja havia um cômodo em que vinham trabalhando dois sapateiros. Assim o curtume começou a produzir sola para sapateiro e seleiro e peles para calçados¹⁷⁵.

Vislumbrando um futuro promissor, Victorino montou uma Fábrica de Curtume em Planaltina. Dando início a empreitada, contratou quatro sapateiros de Franca/SP e outros dois de Formosa e Santa Luzia, somando-se aos seleiros que vieram de Cocal (próximo a Niquelândia) e de Campo Formoso, hoje Orizona/GO. Assim, garantiu a mão-de-obra especializada, que não existia na Vila de Mestre d’Armas, para iniciar a produção. Em seguida, conseguiu uma sala ampla, contratou vinte operários e iniciou o treinamento de outros vinte menores aprendizes, visando atender à crescente demanda de seus produtos que abasteciam os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e inúmeras cidades do interior.

175 Ibid, p. 1.

Com a expansão do negócio, contratou um gerente em Franca e, no ano de 1915, propôs uma sociedade a Alexandre Salgado, comerciante de Planaltina que ficou encarregado de tomar conta da casa comercial. Enquanto isso, Victorino se dedicava à fábrica de curtume e à direção da firma.



Cartaz das Casas Esmeraldas em Ipameri/GO

Apesar do crescimento vertiginoso da fábrica, Victorino e Alexandre Salgado partiram para outra empreitada pioneira, abrindo uma estrada para ligar Planaltina a Ipameri, em 1921, atividade que demorou seis meses para ser concluída.

Enquanto Alexandre Salgado cuidava dos negócios em Planaltina, o italiano Victorino Bevinhati passou um ano em Ipameri, após a abertura da estrada, e resolveu diversificar seus negócios investindo em dois ramos, simultaneamente: primeiro abriu as Casas Esmeraldas, com matriz em Ipameri e filiais em Cristalina e Santa Luzia (Luziânia), além da loja de Planaltina.

A essa altura, a empresa de Victorino já era uma das mais importantes da região e, logo em seguida, criou uma charqueada, pois percebeu que existia um imenso rebanho de gado na região, que já contava com uma estrada para escoar o produto com mais facilidade.

Com a estrada pronta, resolvi montar uma charqueada. Comecei o serviço na seca. Em dezembro estavam prontos com pessoal prático, sal e sacaria para charque, etc. Começamos a abater trinta cabeças por dia. Comprei vinte carroções com seis bois cada. Conduzi o primeiro charque e sebo para a estação de Ipameri. Foram 15 carroções de charque com 30.000 kg de sebo. Remetido o charque para o Rio de Janeiro e o sebo para São Paulo, os carroções voltaram carregados de sal para charque e sal grosso para o gado. Consegui matar, em seis meses, 3.500 cabeças na média de 42.000 a cabeça. Acabei a safra com 500 bois de carro, tinha um homem fazendo canzil e canga e outro só correias de couro cru. Esse trabalho deu bastante lucro¹⁷⁶.

O relato acima, extraído da autobiografia de Victorino, impressiona devido ao grande volume de mercadorias negociadas pela empresa, ainda nas primeiras décadas do século XX. A situação otimista levou seus donos a admitirem a entrada de mais dois sócios na administração, que investiram uma parte menor de capital. Foram eles o Sr. Herculano Domingues e Sebastião de Souza e Silva, sogro de Victorino.

No ano de 1924, Victorino vendeu sua parte na empresa, resultado da entrada de mais dois novos sócios, o Coronel Salviano Monteiro Guimarães e um filho, por exigência de

Alexandre Salgado, quando a empresa passou a ter uma nova razão social: Bevinhati, Guimarães Ltda. Ele achava que não era justo os novos sócios terem direito ao lucro pois a empresa já estava toda montada, assim, para não causar constrangimentos, pediu para sair.

Pediram dez dias de prazo para dar uma solução. Certamente consultou o tio. A resposta foi esta: a firma pagaria os meus haveres em dinheiro, previu ceder tudo pelo custo do último balanço, apesar do prato feito, em franco progresso. Como eu tinha outro negócio encaminhado com o Sr. Santinoni, fechei o negócio pelo último balanço que eu havia fechado há uns 30 dias¹⁷⁷.

Encerrando suas atividades em Planaltina, Victorino partiu para uma nova empreitada se estabelecendo em Ipameri, onde realizou diversos negócios, a maioria deles voltados para o comércio de milhares de animais comprados em Planaltina e revendidos para comerciantes das cidades de São Paulo, Uberaba e Barretos. Também se tornou sócio de uma charqueada em Ipameri, chegando a curtir 18 mil couros em apenas um ano, produzindo sola para sapateiro e seileiro para abastecer os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Ribeirão Preto.

A odisséia de Victorino Bevinhati nos rincões do Brasil Central durou quase seis décadas de trabalho ininterrupto, conforme sua biografia. Ele faleceu como cidadão brasileiro em 1º de janeiro de 1968, uma vez que obtivera o título de cidadania em 1º de novembro de 1947, conforme portaria nº 12639 do Ministério da Justiça e Interior. Em 2008, a prefeitura de Cristalina fez uma homenagem a ele:

Depois desta comissão para centralizar a nova capital do Brasil, passando vinte e oito anos; entrou o Senhor Bevinhati construindo uma estrada de rodagem de Ipameri a Formosa, difícil não havia estrutura para este empreendimento, tudo era de forma muito rude. Balbino Carlos de Alarcão usou bússola e corrente para locar esta estrada, mas ficou bem locada, esta estrada expandia a vida comercial entre São Paulo e Ipameri, devido à ligação ferroviária, que já havia na época, e todo o Planalto Central estendendo até o norte goiano, esta estrada foi muito útil primeiros para os andamentos da mudança da capital. O Senhor Bevinhati é falecido há muitos anos; esteja o senhor onde estiver o senhor Victorino Bevinhati, os nossos aplausos a nossa admiração. Cristalina, 16 de maio de 2008. Assinado por Euler de Paiva Rezende.

Inauguração da Pedra Fundamental

A missão de erguer o obelisco¹⁷⁸ no Morro do Centenário e organizar o evento de lançamento da Pedra Fundamental coube ao diretor da Estrada de Ferro de Goiás, o engenheiro Ernesto Balduino de Almeida. Ele cumpriu o decreto que autorizava o início da obra, assinado dez dias antes do centenário da República, ou seja, em 27 de agosto de 1922. Na ocasião, foi informado da missão por meio de um telegrama enviado pelo ministro da Viação e Obras Públicas, José Pires do Rio, durante o governo de Epitácio Pessoa.



Ernesto de Almeida Balduino

Segundo o telegrama, uma placa de bronze acabava de ser encomendada ao Liceu de Artes e Ofícios, em São Paulo. Após fazer o molde e fundi-la, ele a enviaria de trem de ferro até Araguari; de lá, seguiria de carro para Mestre d'Armas, onde seria colocada no Retângulo Cruls, no dia 7 de setembro de 1922, exatamente ao meio-dia.

Após a leitura do trecho anterior, constata-se que o improvisado parece algo inerente à cultura do brasileiro, uma vez que seria necessário pensar no formato do obelisco, organização da expedição, escolha do local em que seria colocado e, ainda, no preparo da cerimônia de lançamento. Tudo isso em apenas dez dias. Inegavelmente, parece que tal tarefa transformara-se numa árdua missão a ser cumprida pelo engenheiro Balduino, que desabafou: "Faltava-me tempo para pensar; para agir ainda pouco era o tempo"¹⁷⁹.

Preocupado em evitar um possível fracasso da missão, Balduino rapidamente idealizou um obelisco em formato de uma pirâmide feita de pedras artificiais, cujos materiais seriam montados no local. A placa de Bronze foi encomendada ao colégio Liceu das Artes, em São Paulo, e mandada de trem de ferro pela ferrovia Mogiana.

A jornada para construir o monumento começou em Araguari (MG), no dia 1 de setembro de 1922, quando Ernesto Balduino organizou uma caravana composta por nove automóveis (Ford Bigode) e quatro caminhões, que transportaram 40 pessoas e todo o material necessário para erguer o obelisco no local. Seguiram pela ferrovia Mogiana num trem especial até o final da linha férrea, localizada em Ipameri.

No dia 2 de setembro, a caravana deixou Ipameri e seguiu com destino à Mestre d'Armas. A viagem teve início às 5h da madrugada na estrada aberta um ano antes pela empresa Bevinhati, Salgado e Cia, transportando uma carga estimada em cinco toneladas, num trajeto de 300 km com alguns trechos precários. Após percorrerem aproximadamente 160 km, chegaram a Cristalina/GO no dia 3 de setembro, quando Balduino recebeu a notícia de que a estrada até

178 Obelisco: pedra monolítica vertical, de base quadrangular, que vai diminuindo progressivamente para formar no ápice uma pirâmide.

179 VASCONCELOS, Adirson. *A Mudança da Capital*. Brasília, p. 233.

Mestre d'Armas estava em boas condições, levando-o a seguir na frente. Ele tinha que preparar a chegada da caravana e, ainda, escolher o local onde o obelisco seria edificado. "Em razão disso, Balduino, que viajava sempre à retaguarda, decide, acossado pelo tempo, seguir à frente com os 'Ford-bigode', deixando os caminhões seguirem atrás da caravana. E no mesmo dia, já pelo fim da noite, chegou a Mestre d'Armas, fazendo daquele local o centro das suas operações. A cidade recebeu a comitiva festivamente ao som da Banda de Música"¹⁸⁰.

No dia 4 de setembro, Balduino foi a campo e visitou algumas localidades da região a fim de escolher o melhor local para edificar o obelisco. Visitou o Parque Nacional, local que serviu de acampamento para a Missão Cruls, seguindo logo depois para outro ponto nas margens do rio Paranoá. Por último, esteve em Mestre d'Armas, onde decidiu erguer o obelisco entre os vales dos rios São Bartolomeu e Sobradinho, sobre um morro localizado a 7 km da cidade. Os caminhões chegaram a Mestre d'Armas no dia 5 de setembro, faltando apenas dois dias para a inauguração do monumento.



Inauguração da Pedra Fundamental em Planaltina/DF

A cerimônia de edificação da pedra com o hasteamento da Bandeira Nacional aconteceu exatamente ao meio-dia do dia 7 de setembro de 1922, como parte das comemorações do Centenário da Independência, conforme o previsto. O evento contou com a participação de autoridades de vários estados do país, sendo o presidente Epitácio Pessoa representado pelo engenheiro Ernesto Balduino, diretor da Estrada de Ferro Goiás em Araguari/MG.

O evento foi fotografado, filmado e ganhou amplo espaço na mídia nacional; material que foi selecionado e doado ao Museu do Ipiranga, em São Paulo.

A base do marco foi constituída de trinta e três pedras artificiais de concreto, colocadas na base do monumento, lembrando os trinta e três anos da República, de 1889 a 1922. A primeira pedra assentada no monumento foi colocada um dia antes, no dia seis de setembro, e a construção do obelisco foi concluída no dia seguinte. O obelisco tem forma piramidal de base quadrada com 3,75 m de altura, a contar das fundações. As suas faces estão orientadas pelos pontos cardeais. Na face oeste está localizada placa comemorativa. A 7 m do monumento, encontra-se o Marco Geodésico, situado a 7,5 km da cidade de Planaltina e 24 km a Nordeste da Estação Rodoviária de Brasília (em linha reta), em concreto, com

180 Cf. ELEUTÉRIO, Robson; MENDES, Xiko. *Pedra Fundamental: o marco zero da capital*. Brasília: APLAC, 2013. p. 27.

chapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cravada no topo, numa caixa com tampa móvel e de ferro fundido. A pedra foi assentada no ponto mais elevado do Morro do Centenário, proporcionando uma visão aérea em todas as direções. A praça que a entorna contribui para o bem-estar dos visitantes com passeios e bancos de concreto¹⁸¹.

As extremidades da pirâmide estão apontadas para os quatro pontos cardeais, onde se encontram os vértices indicados pela Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, que delimitou o primeiro mapa retangular do Distrito Federal.

Especulação imobiliária em áreas públicas

Desde a edificação da Pedra Fundamental, em 1922, que a questão fundiária dentro do quadrilátero do novo DF tem sido colocada na pauta do dia das principais instituições e mídias do país.

Para aproveitar o momento de visibilidade da cidade no cenário nacional, o intendente municipal Deodato Louly assinou um contrato, em 1926, com a Empresa Territorial Osório, de propriedade do empresário paulista Antônio Teixeira Osório para montar a “Secção de Propaganda do Planalto Central”, cujo objetivo era fazer propaganda e vender lotes em todo o Brasil, nas terras situadas nas proximidades da Pedra Fundamental.

Segundo Osório, a municipalidade fez um apelo aos proprietários para fazer doação de terras à “Secção de Propaganda”, que posteriormente seriam demarcadas pela Intendência (Prefeitura) de Planaltina. Segundo matéria publicada no Jornal Diário da Manhã, de Recife, alguns lotes seriam distribuídos gratuitamente às pessoas de destaque, como comerciantes, industriais e agricultores, enquanto os demais seriam vendidos, incentivando assim a ocupação da área da futura capital.



Fonte: Diário da Manhã, Recife/PE

Começaram, então, a vender lotes em todo o Brasil, inaugurando escritórios nas principais capitais do país. Ocorre que outra empresa, denominada “Fonseca, Sampaio e Cia. Ltda.”, com sede no Rio de Janeiro, resolveu entrar no empreendimento, começando também a vender milhares de lotes em Vitória e no próprio estado, em nome da municipalidade de Planaltina. Tal fato levou Antônio Osório a mover uma ação judicial contra os representantes dessa empresa, os acusando de agir falsamente em nome da municipalidade de Planaltina, além

181 Processo de Tombamento da Pedra Fundamental. Secretaria de Cultura do DF. DEPHA, Bens Tombados, 1984.

de causar um enorme prejuízo à “Seção de Propaganda do Planalto Central” e de enganar milhares de pessoas.

O Jornal A Noite, de propriedade de Irineu Marinho (fundador do império de comunicação Globo), foi o único presente no lançamento do obelisco, dando grande cobertura ao evento. A questão fundiária dentro dos limites do quadrilátero mereceu destaque especial, expressa na opinião de algumas autoridades, e de pesquisadores que fizeram parte da Missão Cruls, conforme entrevista publicada em 1927, ao perguntarmos qual era a situação da União em relação aos habitantes e proprietários de terra da zona demarcada:

Sei que a União possui a autorização constitucional para estabelecer a futura capital brasileira no território delimitado. Mas será preciso desapropriar os terrenos particulares, tal como sucede aqui, quando o governo municipal quer abrir uma nova avenida ou alargar uma rua? Não posso responder. O que me parece ingênuo é pensar que as terras do planalto central, principalmente daquele território, são “terras de ninguém”. Ao contrário estão cheias de coronéis e doutores, o que há trinta anos aguardam o momento da mudança, como uma aurora de bons negócios¹⁸².

General Tasso Fragoso: “o acto de incorporação da citada zona torna a União proprietária absoluta do território”¹⁸³.

Dr. Clovis Bevilacqua: “O governo federal tem a plena liberdade de escolher dentro da zona reservada a futura capital do Brasil o local que bem convier, se que alguém esteja em condição legal para considerar esse ato atentadoria de qualquer direito”¹⁸⁴.

Foi justamente neste momento histórico que teve início a disputa pela terra nessa região, se agravando a partir da construção de Brasília e prevalecendo até os dias de hoje, onde a especulação imobiliária e a grilagem ainda continuam fomentando um milionário mercado no Distrito Federal.

Influenciados pela onda modernista que tomava conta das principais cidades do país nas primeiras décadas do século XX, em 1922, o engenheiro Ernesto Balduino foi nomeado pelo presidente Epitácio Pessoa para erguer a Pedra Fundamental em comemoração ao centenário da independência. Após a edificação do obelisco, essa colina recebeu a denominação de “Morro do Centenário” e outra elevação ao lado de “Morro da Independência”, ambas situadas numa área bastante sensível da bacia do alto São Bartolomeu, extremamente pressionada pelo adensamento urbano.

182 A Mudança da Capital. Edição Extraordinária do Jornal “A Noite”, editado em 13 de fevereiro (segunda-feira) de 1922. Redação Largo da Carioca, p. 14.

183 Ibid, p. 2.

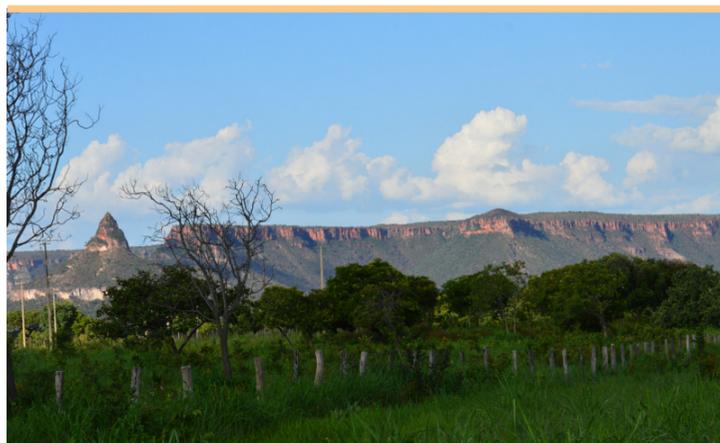
184 Ibid, p. 3.

Inauguração da Capital: a expansão urbana

Com o final da Era Vargas, o novo presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, criou a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital. Presidida pelo general Djalma Poli Coelho, colocou em prática um dispositivo do artigo 4º da constituição Federal de 1946: “a capital da União será transferida para o Planalto Central do país”. Esses estudos ratificaram as informações de Adolfo de Varnhagen e do Relatório produzido pela Missão Cruls, confirmando como local ideal para a construção da nova capital a região que abriga as nascentes que vertem para as principais bacias do país. Dez anos depois começaram as obras para a construção de Brasília.

Poli Coelho e sua comitiva foram recebidos em Planaltina pelo Dr. Hozannah Guimarães¹⁸⁵, na Fazenda Larginha, quando fazia o reconhecimento da região do futuro Distrito Federal. Visitou a Pedra Fundamental acompanhado por uma caravana de quase uma centena de moradores da cidade, depois seguiu para o rio Maranhão a fim de conhecer uma grande reserva de calcário. O General Poli Coelho ainda visitou Formosa, Alto Paraíso, Corumbá e Anápolis.

Após ser nomeado para presidir a Comissão de Localização da Nova Capital da República, Poli Coelho colocou em pauta o debate sobre o conceito de geopolítica, no qual reforçava a necessidade da transferência da capital para o centro do país, a fim de se consolidar de vez a unidade territorial do Brasil. Isso passava necessariamente em definir o conceito de Planalto Central, algo que também foi objeto de debate travado pelos membros da Comissão Exploradora do Planalto Central, coordenada por Luiz Cruls. Veja a argumentação de Poli Coelho: “Entendem alguns que esse conceito é vago, tanto assim que, no ponto de vista geológico, o planalto central seria toda aquela imensa área de onde descem numerosos rios formadores das bacias amazônicas (complexo Araguaia-Tocantins), platina e são-franciscana, além de outras bacias menores do nosso Nordeste”¹⁸⁶. (nota)



De uma forma geral, mais didática, podemos dizer que o Planalto Central é um imenso Platô que corta o centro do Brasil, se estendendo até a divisa com a Bolívia. Esse tem uma altitude média de 900 a mil metros abrangendo vários estados brasileiros.

Serra Geral de Goiás – São Domingos/GO

185 Médico, morador de Planaltina foi vice-governador de Goiás de junho de 1950 a janeiro de 1951, assumindo a vaga de Jerônimo Coimbra Bueno.

186 Relatório de Localização da Nova Capital da República. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: 1948, p. 10.

Na avaliação do general Poli Coelho, percorrendo caminhos sobre o Espigão Mestre, permitia aos membros da Coluna Prestes uma ampla possibilidade de movimento, dificultando as ações das forças legais para capturá-los.

*Esse Espigão Mestre é o acidente geográfico que liga o sistema dos principais divisores de águas do Brasil ao sistema andino, isto é, a espinha dorsal do continente sul-americano, onde estão confinados, nos dias de hoje, as geleiras da América Meridional. Devemos recordar que a Coluna Prestes, que foi famosa na sua época, veio do sudeste do Brasil perseguida por todos os lados. Quando atingiu o Mato Grosso e se colocou sobre o espigão mestre e seus ramais nordestinos, passou a gozar de uma absoluta liberdade de movimentos. Foi a Goiás e dali demandou o Nordeste. Penetrou na Bahia e, quando não teve mais a esperança de promover a insurreição popular contra o governo, deslizou tranquilamente para a Bolívia*¹⁸⁷.

O general Poli Coelho pensava numa capital que teria um centro urbano com população máxima de 500 mil habitantes e nele teria suas residências, locais de trabalho, estabelecimentos comerciais e áreas para atividades culturais, destinada a uma classe social com alto nível de vida.

Esse núcleo urbano seria circundado por um cinturão verde, de 30 a 40 km de largura, onde seriam construídos parques ecológicos e recreativos, além de áreas para o cultivo de flores, hortaliças e criação de aves para garantir o abastecimento da sua população.

Numa área vizinha, localizadas há 10 km, seriam construídas as cidades satélites para abrigar a população suburbana da capital, e ainda teria outra área concêntrica distante do centro urbano, de 15 a 20 km, que seria utilizada para a construção de granjas leiteiras, cultivo de frutas, lavouras, criação de pequenos animais, bem como a formação de uma floresta industrial para garantir o suprimento de carvão vegetal para o consumo doméstico¹⁸⁸.

Em 1948 foi publicado o relatório da Comissão de Localização da Nova Capital, que praticamente confirmou os resultados da Comissão Exploradora do Planalto Central, reafirmando que a região demarcada pelo quadrilátero Cruls era o local ideal para a construção da capital.

Entretanto, somente em 1952, após dois séculos em que surgiram as primeiras ideias de interiorização da capital, que o Congresso Nacional aprovou a lei que culminou com a construção da capital brasileira no centro do Planalto. Naquela época, o presidente do Brasil era Getúlio Vargas, que estava exercendo o seu segundo mandato, eleito em sufrágio universal, tendo permanecido no cargo até o mês de agosto de 1954.

187 Ibid, p.06.

188 Ibid, p. 24.

Mas foi durante o governo de Café Filho, sucessor de Vargas, que a ideia de interiorização da capital, que se arrastava há mais de dois séculos, assumiu contornos definitivos com a contratação da empresa estadunidense Donald Belcher para realizar novas pesquisas. O Marechal José Pessoa¹⁸⁹ foi nomeado para presidir a Comissão de Localização da Nova Capital Federal que realizou inúmeros levantamentos aerofotográficos para obter informações em tempo hábil sobre uma área de 50 mil quilômetros quadrados. Também foram realizados levantamentos da topografia, geologia, drenagem, solos para engenharia, solos para agricultura e utilização de terra do retângulo previamente escolhido para formar o novo Distrito Federal.

Os trabalhos da nova comissão tiveram uma duração de 10 meses, iniciados em abril de 1954 e concluídos em fevereiro de 1955. Esses estudos tinham como objeto de pesquisa a seleção de cinco sítios, escolhidos através da análise das aerofotos em Ithaca, New York, suplementada pela pesquisa de campo na área estabelecida. Foram produzidas 210 sobrecapas de mapas detalhados, identificados os locais de reservatórios locados, rotas de linhas de transporte potencial estudadas e materiais de construção localizados. Foram também exigidas maquetes do mapa retangular do DF e de cada um dos cinco sítios.

Laerte Alarcão, personagem bastante conhecido na região, narra a chegada do Marechal José Pessoa em Planaltina, juntamente com o Marechal Clóvis Travassos e o Dr. Ernesto Silva, cuja aeronave pousou no campo de aviação, no dia 4 de fevereiro de 1955, para verificar in loco os cinco sítios indicados pelo relatório Belcher e decidir a localização da capital. “Circularam pela cidade num Chevrolet cedido por Iron Chaves e dirigido pelo próprio Laerte e, que a certa altura, pararam num outeiro no Sítio Castanho (próximo ao Cruzeiro), onde opinaram sobre o melhor local para a construção da capital”¹⁹⁰.

Mas a decisão final aconteceu no dia 13 de abril com a realização de uma reunião da comissão encarregada de escolher qual o Sítio que abrigaria a capital¹⁹¹. Assim que foram apurados os votos, foi escolhido o Sítio Castanho, localizado na Fazenda Bananal para a construção de Brasília. O então prefeito Veluziano Antônio da Silva (Seu Luza) criou uma Lei Municipal que transferia para o Governo Federal as propriedades incluídas na área do novo DF.

Segundo o seu Luza, em 1955 chegou a Planaltina uma comissão chefiada pelo Marechal José Pessoa, sendo prontamente recebida pela comunidade e autoridades da cidade, no campo de aviação que existia na cidade. Apesar de toda a mobilização feita para receber a comissão, o Marechal se recusou a participar da cerimônia:

189 Em outubro 1954, José Pessoa é chamado novamente pelo dever. Os 69 anos de idade não o impediram de aceitar o convite do presidente Café Filho para presidir a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, tema do qual era um permanente estudioso. Substituiu o general Agnaldo Caiado de Castro, ex-chefe da Casa Militar do presidente Getúlio.

190 ALARCÃO, Laerte. Foi bom e tenho saudade: biografia romanceada. Brasília, 2009, p. 69.

191 SILVA, Ernesto. História de Brasília. Brasília: Ed. Linha Gráfica, 1997, p. 90..

*Sr. Prefeito, nós não queremos manifestações porque nós viemos aqui para trabalhar e nós queremos ir a fazenda do Bananal porque fomos informados da localidade onde vamos escolher a sede da nossa futura Capital da República, esse é o nosso compromisso hoje. E daí seguiremos para Goiânia onde vamos pernoitar e amanhã retornamos ao Rio.*¹⁹²

Dez dias depois, seu Luza recebeu um telegrama de José Pessoa solicitando hospedagem para quarenta engenheiros que ficariam em Planaltina por, aproximadamente, dois meses até a conclusão dos trabalhos. Posteriormente, seu Luza recebeu outro pedido, mas dessa vez foi do governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, solicitando a reversão das terras do Loteamento Planópolis/Fazenda Bananal (Plano Piloto), que pertenciam ao município de Planaltina, para a União. O governador goiano ressaltou que sem essa reversão não seria possível concretizar a mudança da capital, dessa forma, o prefeito conseguiu reunir a Câmara de Vereadores, mais ou menos às cinco horas da tarde, e deu início a uma Sessão Extraordinária que atravessou a noite e terminou as cinco horas da manhã. Assim, a escritura foi lavrada e sancionada a lei que garantia a reversão das terras para a União. Veluziano Antônio da Silva considerou essa iniciativa de extrema importância para realizar o sonho da transferência da capital e resalta que recebeu outros pedidos e que se empenhou para resolvê-los¹⁹³.

O passo seguinte seria a demarcação dos limites do Distrito Federal, cuja tarefa ficou a cargo de uma comissão, que imediatamente começou a trabalhar e, em apenas onze dias, apresentou o relatório final¹⁹⁴ abrangendo uma área retangular de aproximadamente 5.850 km². “A noite, em belíssima reunião realizada no Palácio das Esmeraldas, no dia 1º de maio de 1955, o Governador José Ludovico leu o decreto, através do qual todo o Brasil tomou conhecimento dos limites definitivos do novo Distrito Federal”¹⁹⁵.

192 Relato de Veluziano Antônio Silva (Seu Luza) feito por sua filha Marlene Silva, três anos antes do falecimento.

193 Ibid, p. 01.

194 Ernesto Silva, p. 97.

195 Ernesto, p. 99.

IX A Cultura Cerratense

As manifestações culturais surgidas no Brasil Colônia têm uma relação bastante próxima com a religião católica, pois muitas delas foram trazidas pelos colonizadores, entretanto, na medida em que eram praticadas, assimilavam novos elementos influenciadas pelos costumes dos índios e escravos africanos.

Durante três séculos, do XV ao XVIII, essas manifestações se desenvolveram basicamente nas cidades do litoral do Brasil. Todavia, a partir da intensificação das entradas e bandeiras ao interior e o consequente povoamento advindo da atividade mineradora, essas festas também passaram a ser praticadas nos núcleos de povoamento que surgiram nas proximidades das minas de ouro, bem como nos pousos de tropas que se formavam no bioma Cerrado, ao longo das estradas coloniais.

O ambiente em que desenvolveram essas manifestações no interior do Brasil é o Planalto Central, onde predomina o bioma Cerrado presente em vários estados. Durante o período da colonização, esse local recebeu o nome de Sertão, que segundo o Houaiss significa região pouco povoada no interior do país.

Esse sertão era ocupado por centenas de tribos indígenas que viviam dos recursos que a natureza oferecia, sendo um desafio conquistá-lo devido às condições totalmente adversas. Os desbravadores destemidos que se aventuravam nessa conquista estavam sujeitos a picadas de animais peçonhentos, ao ataque de índios indômitos, tinham que percorrer locais inóspitos de difícil acesso e, em diversas vezes, ficavam com alimentação reduzida tendo que assaltar as roças dos indígenas.

No decorrer dos séculos XIX e XX, com a decadência da mineração, no sertão do Planalto Central se desenvolveu com mais intensidade a agricultura e a pecuária feita com o esforço braçal do homem do campo. A mecanização surgiu de forma bastante lenta e ainda assim era restrita aos proprietários mais abastados.

Foi nesse cenário que o homem sertanejo sobreviveu e desenvolveu sua cultura interagindo com o meio ambiente. Ainda hoje esse cotidiano está presente na vida de milhões de brasileiros. Para a poetisa cerratense Iêda Vilas Bôas, “são muitos os que vivem e sobrevivem dos recursos naturais do Cerrado: etnias indígenas esparsas e sobradas pelo acaso, quilombolas corrompidos pelo afã do mundo virtual, geraizeiros que continuam se arriscando por profissão ou afeição nas brenhas dos Gerais. São ribeirinhos, babaqueiros, vazanteiros que traduzem e compõem o valoroso mosaico do patrimônio geográfico, histórico e cultural brasileiro. Somos, com orgulho, o povo CERRATENSE que habita o miolo geográfico do país”¹⁹⁶.

196 VILAS-BÔAS, Iêda. A literatura como forma de manutenção dos referenciais de cultura cerratense. Disponível no Portal Cerratense: <www.cerratense.com.br>. Acesso em 20/10/2018.

Capítulo IX - A cultura cerratense



Para conceituar essa rica cultura, dando-lhe identidade própria, e incentivar o sentimento de pertencimento, surgiu o neologismo Cerratense, popularizado pelo historiador Paulo Bertran, cujo significado abrange todo aquele que vive e sobrevive no bioma Cerrado.

Versos de Paulo Bertran pintado artista plástico Fernando Costa Júnior.

Na visão de Ignacy Sachs, a cultura pode ser definida como todo conhecimento produzido no meio em que vivemos. Ela é uma mediadora entre o homem e a natureza¹⁹⁷. Assim, toda a cultura e vida social dependem da influência que o ambiente exerce sobre nós. Mas esse ambiente que aparenta apenas vida dura e dificuldade também tem seu outro lado expresso por Iêda Vilas Bôas:

*Vivemos no cerrado, somos parte desse solo seco, envolto em uma nuvem areenta, que chega com os ventos campineiros de agosto e só cede lugar à chuva fininha, desmorona, chuva do caju em meados de setembro. Depois, caem os céus em pancadas. A chuvarada maneira, de setembro, vem para abrir alas às chuvas torrenciais de nosso cerrado. Chuvas que são temporãs, que caem na cabeceira dos rios e vão se avolumando. Sem medo de nada. Descem correnteza abaixo de goela aberta, engolindo, arrastando e depois vomitando turbilhões a nos lembrar de sua força e a nos dizer, estrondosamente, que a água é força elemental da natureza, poder vital e necessário.*¹⁹⁸

No Cerrado do Planalto Central surgiram vários personagens que construíram sua história com uma trajetória que se confunde com o próprio bioma. São poetas, benzedoras, raizeiras, palhaços, quilombolas, indígenas, arte-educadores, dentre tantos outros cujos trabalhos se destacaram em prol de suas comunidades. Enriquecendo o cenário desse bioma foram criadas

197 SACHS, Ignacy. Sociedade, Cultura e Meio ambiente. Disponível em <http://ambiental.adv.br/ufvjm/ea2012-1sachs.pdf>. Acesso em 20/11/2018.

198 VILAS-BÔAS, Iêda. A literatura como forma de manutenção... op. cit. p. 01.

inúmeras festividades na região que se tornaram importantes elementos da cultura do nosso povo, pois, através delas, os grupos apresentam as suas histórias, suas danças, seus ritmos¹⁹⁹.

Em muitos locais essas atividades são os únicos meios de diversão, onde as pessoas se encontram, rezam, realizam feiras e dançam para manter a tradição transmitida por antigas gerações. Boa parte delas continuam sendo realizadas há muito tempo, enquanto que outras desapareceram. Contudo, neste capítulo, daremos ênfase apenas a algumas, dentre tantas, de grande valia para a nossa história, que são praticadas no DF e região.

Jazz Band de Planaltina e Banda Santa Cecília

Nos momentos que antecederam a construção de Brasília, surgiram duas bandas no quadrilátero delimitado por Luis Cruls que se transformaram numa influente escola formadora de dezenas de músicos que se destacaram no cenário do Distrito Federal. Primeiro foi a Jazz Band Planaltina, que surgiu em plena Segunda Guerra Mundial, pelos idos de 1942, e depois foi a Banda Santa Cecília, sob a batuta do maestro Tavim, que permaneceu em evidência até a década de 70. Dando continuidade ao trabalho, surgiu no cenário musical da região o maestro Antônio Limeira, se incumbindo de formar outros músicos que levaram o legado adiante.

A Jazz Band de Planaltina foi fundada por Cassimiro Gomes de Melo, e a Banda Santa Cecília ficou sob o comando de Seu Tavim (Otaviano Guimarães Souza). Ambas embalaram os grandes eventos da cidade por quatro décadas, tocando na Festa do Divino, se apresentando em cidades como Formosa e Anápolis e recebendo os pioneiros que vieram construir Brasília.

Nas madrugadas da Festa do Divino, a banda Santa Cecília girava pelas principais ruas do Setor Tradicional acompanhando a Folia ao som da marchinha do Divino e do ensurdecido foguetório que acordava os moradores. As sementes plantadas por esses dois grandes personagens da nossa história deram bons frutos, transformando Planaltina num grande celeiro de músicos.

Para narrar a memória desse tempo áureo, foi feita uma entrevista com o Sr. Geraldo Sousa, um dos membros da Jazz Band, cuja imagem está retratada na foto histórica da banda. Essa missão coube a sua sobrinha Vera Maria Guimarães Leite.

Jazz Band Planaltina

Foto: autor desconhecido



199 DEUS, Maria Socorro e SILVA, Mônica Martins. História das Festas e Religiosidades em Goiás – Coleção História de Goiás. Goiânia: Ed. Agepel, 2002, p. 10.

A banda musical que formamos era chamada Jazz Band de Planaltina. Isso por volta de 1944. Tudo começou com a iniciativa de Cassimiro Gomes de Melo, que se tornou um empresário da banda. Ele envolveu a comunidade na ideia e, com a ajuda dela, consegui comprar os instrumentos musicais. Um grande colaborador de Cassimiro foi Flávio Espíndola, o Flavim, que era bom músico. Ele trabalhava na prefeitura e tocava saxofone.

Sua contribuição foi muito grande. A Jazz Band tocou três vezes em Formosa, inclusive durante a campanha do professor Domingos Guimarães, que saiu vitoriosa, como prefeito daquela cidade. Também abrilhantou a festa de Antônio de Castro que, na época, eram um grande líder de Formosa. Em Planaltina, a Jazz Band animava os bailes e recebia um pagamento pelas suas apresentações. Na foto aqui registrada, de 1947, a banda estava tocando na casa de Francisco Gonçalves Guimarães, na Praça Cel. Salviano.]

De lá, os músicos saíram a convite, para a casa de seu Anísio Gonçalves, onde foi oferecido um Café, nome dado a um lanche com fartura de biscoitos. Muitas vezes a Jazz Band ajudava a Banda de Música de Tavim. Quando faltava algum músico, ia lá socorrer. Quem ajudava era Epaminondas Lopes, Leodorino Vaz, Cassimiro e Hosana Lopes. A Jazz Band Planaltinense teve uma grande importância para a vida cultural da cidade. Serviu de incentivo para mim, que fui contar na Rádio Carajá de Anápolis, acompanhado por dois músicos daquela cidade: Sinésio, no cavaco; e Geová no pandeiro. Quem patrocinou tudo foi o prefeito de Anápolis, na época Jonas Duarte. A Jazz Band encerrou suas atividades em 1950. Mas eu tocava, de modo paralelo, com Docha e Mário Ferreira, para aquelas famílias que, nas festas, não podiam pagar. A partir de então, dessa época nós passamos a animar todas as festas que de nós precisavam. Tocamos inclusive em três bailes na campanha política organizada por Dr. Hozannah (Hozannah Campos Guimarães). O repertório musical era sempre muito bom e todos em Planaltina gostavam muito das festas, antes com a Jazz Band, que era completa e, depois, com três músicos apenas, mas nós fazíamos um esforço grande para animar a programação social.

Banda Santa Cecília - Sobre a Banda de Música que Tavim (Otaviano Guimarães Souza) iniciou em Planaltina, a sua história começou assim: O Seu Clarindo Augusto Lamounier foi o primeiro que ajudou Tavim no estudo da música. Ele tinha vindo de Formosa e morava próximo de nós, na esquina da rua Eugênio Jardim com a Hugo Lobo. Conhecia música muito bem.

Então Tavim ia até a sua casa, porque era muito interessado em aprender, ele queria ser músico. O Clarindo pegava qualquer partitura e cantava com facilidade. Não tocava nenhum instrumento musical, era farmacêutico prático, mas entendia bem de música. Foi assim que Tavim começou como músico. O Seu Clarindo iniciou também outros jovens na arte musical: Epaminondas Lopes (Santos); Desidério Molimpa; Leodorino Vaz (Doro) e Sinésio Campos (Sizi). Isso foi por volta de 1934. Mas Seu Clarindo era de Formosa (GO), ficou em Planaltina só uns dois anos e voltou pra lá. O Seu Clarindo Augusto Lamounier foi o primeiro que ajudou Tavim no estudo da música. Ele tinha vindo de Formosa e morava próximo de nós, na esquina da rua Eugênio Jardim com a Hugo Lobo. Conhecia música muito bem. Veio então o maestro Joaquim de Abreu, com ajuda da prefeitura, que incentivou. Ele veio para formar a banda de música, recebendo o devido pagamento da Prefeitura por esse trabalho. Foi realmente com ele que Tavim tornou-se músico. Quando o maestro Joaquim voltou pra Formosa, por volta de 1939/40, deixou Tavim à frente da Banda. Daí para frente, Tavim dedicou-se à música. Formou mais de uma geração de músicos em Planaltina. Seu trabalho, por muitos anos, foi apenas voluntário, pois ele não recebia nada por isso. Chegou a ensinar em sua própria casa, durante um bom período. E assim a Banda de Música Santa Cecília abrilhantava as comemorações da cidade. Por ocasião das primeiras inaugurações de Brasília, levou a Banda de Música para inaugurar o Alojamento e restaurante dos Candangos, construtores da capital. E, noutra ocasião, abrilhantou a inauguração do primeiro Canal de Televisão de Brasília. Em Planaltina, foram inúmeras as apresentações da Banda. O trabalho de Tavim foi muito importante para a formação dos músicos dessa cidade, Planaltina.

Depoimento de Geraldo Domingos de Souza. Planaltina, 31 de janeiro de 2013

Feira do Troca de Olhos d'Água

Realizada duas vezes ao ano no Distrito de Olhos D'Água, antiga sede da cidade de Alexânia/GO, a popular Feira do Troca foi criada por Laís Aderne, em 1974, com o objetivo de desenvolver atividades de valorização do bioma Cerrado e da cultura local. A ideia era valorizar a própria economia, realizando exposições e abrindo novos canais para comercializar o artesanato da região.

Quando Laís voltou da Europa, já casada, com filho pequeno, ela não queria morar na cidade, queria morar em um lugar onde estivesse mais perto da natureza. Então foi para Olhos D'Água e descobriu que era um lugar rico culturalmente; e ela ficava encantada com os fazeres e saberes dos seus moradores. Silvia Aderne revela que Brasília era uma cidade nova, então pensou que as pessoas poderiam gostar das coisas que eram feitas ali. E aí ela teve a ideia de fazer a Feira do Troca, não havia dinheiro, ninguém vendia pelo dinheiro, trocavam pelo saber²⁰⁰.



Roda de Fiar

O artesanato da primeira Feira do Troca foi confeccionado por D. Maria das Dores Pereira Dutra e D. Vilú (Elvira Pereira de Oliveira). Apresentaram bonecos de pano, bucha e palha; cestos, colares de contas, bárias e tecelagem em forma de contos e cerâmicos. A partir daí outras pessoas contribuíram para expansão da Feira de Trocas de Olhos D'Água, tentando deixá-la livre dos intermediários e evitando a sua descaracterização²⁰¹.

Laís percebeu que, na medida em que a Brasília crescia e avançava rumo ao interior, as cidades localizadas nas suas imediações iam perdendo suas características culturais e econômicas, influenciadas pelas novidades que chegavam dos grandes centros urbanos do país. Esse fato passou a ser algo recorrente em todos municípios, que passaram a sofrer diretamente as consequências desse processo, devido a sua proximidade com a nova capital²⁰².

Naquela época, o poder aquisitivo da população era muito baixo, e a população que até então fiava e tecia suas roupas e faziam seus utensílios como gamelas, colheres de pau, cestas, chapéus, sapatos, etc., pararam essas atividades quase completamente para adquirir o material industrializado nas lojas. Para garantir a sobrevivência e melhorar a renda dos artesãos e produtores de Olhos D'Água, Laís percebeu que era necessário melhorar a qualidade dos produtos locais. Assim, foram criados vários projetos com ampla participação da comunidade. Um deles, elaborado no ano 2000, foi o projeto "Resgate cultural dos processos artesanais de fiação, tingimento



Acervo de Laís Aderne - Olhos D'Água, Alexânia/GO

200 Entrevista realizada com Sílvia Aderne em dezembro de 2017, na antiga casa de Laís Aderne, em Olhos D'Água/GO.

201 Ibid, p. 03.

202 Projeto Memorial dos Cerratenses. Biografia de Laís Aderne escrita pelo autor deste livro. Disponível em: <<http://memorialdoscerratenses.com/index.html>>. Acesso em 20/12/2018.

e tecelagem”, com a organização de oficinas para ensinar a técnica de utilização de corantes naturais da vegetação do Cerrado. Esses projetos, montados em 1999 e 2000, foram executados pela Casa da Memória e do Fazer, Instituto Huah e Associação de Artesãos de Olhos D’Água²⁰³.

A Feira do Troca já se tornou um evento tradicional. É realizada duas vezes ao ano, sempre na primeira semana de junho e dezembro, atraindo milhares de pessoas de toda a redondeza. A venda de artesanato, a troca de produtos e uma agenda cultural de raiz com a participação de músicos locais, danças tradicionais como catira, teatro de mamulengo, fazem parte da programação desde a primeira edição. E ainda tem uma praça de alimentação com venda de produtos regionais e comidas tradicionais, além de um comércio local que se desenvolveu em Olhos D’Água, que atrai um significativo número de turistas durante todo o ano.

Em maio de 2007 faleceu Laís Aderne (a idealizadora da Feira), entretanto seu legado continua de forma bastante consistente, pois sua história permanece viva no imaginário coletivo dos moradores locais. Recentemente foi criada uma biblioteca pública com o seu nome, que atrai pessoas de várias localidades para um acervo raro de livros e documentos guardados por ela durante toda a vida.

Festa do Carro de Boi, Catira e Moagem

Em centenas de cidades brasileiras, anualmente são realizadas as Festas do Carro de Boi e Moagem. Ambas têm o objetivo de divulgar, valorizar e manter viva a cultura do sertanejo praticada no Brasil ao longo de sua história, especialmente nas cidades do interior.

Uma das festas mais tradicionais do Brasil é realizada em Trindade/GO, que chega a ter 350 carros de boi desfilando no carreiródromo²⁰⁴. Os animais são presos de dois em dois para puxar o carro e alguns chegam a ter 12 bois, que carregam tudo que é necessário para os fiéis enfrentarem a longa jornada, como, por exemplo, roupas e alimentos.

A moagem mostra todo o processo de fabricação da rapadura, realizado de forma tradicional a partir da trituração da cana em engenhos típicos de madeira usando tração animal. Também é possível conhecer como são produzidos o polvilho, a farinha e o beiju, com mandioca ralada; e ainda o trabalho das fiandeiras transformando o algodão em tecido, remontando uma prática centenária.

A dança da catira, praticada no Brasil desde o período colonial, provavelmente está associada às atividades dos tropeiros. Essa importante manifestação cultural é acompanhada pela batida dos pés e das mãos ao ritmo da música sertaneja, que tem a viola como seu principal instrumento.

203 Ibid, p 04.

204 Passarela construída para o desfile de carro de boi em Trindade/GO, com arquibancadas e estrutura para o turista assistir ao desfile.

Contudo, essa rica cultura²⁰⁵ tipicamente brasileira está desaparecendo em nosso país. Assim, é necessário preservar nossas raízes culturais como forma de valorizar nossa identidade e desenvolver o sentimento de pertencimento do nosso povo.

A história dessas manifestações culturais remonta aos primeiros momentos da colonização, quando o carro de boi já estava presente nas primeiras cidades que surgiram no Brasil, utilizado principalmente na indústria açucareira para o transporte da cana-de-açúcar da roça ao engenho, e depois para levar os produtos até as cidades.

O carro de boi tornara-se um meio de transporte de suma importância para o transporte de curta distância entre arraiais e vilas no interior do Brasil, perfazendo uma velocidade média de 20 km por dia, segundo seu Viriato de Castro²⁰⁶. Entretanto, nos chapadões do Planalto Central, onde predomina uma topografia mais suave, alcançava-se uma distância maior.

Esses carros, ainda hoje, são conduzidos pelo carreiro que comanda os bois utilizando uma vara fina de aproximadamente três metros de comprimento (e com uma ponta de ferro que ferroava os animais), indicando a direção que eles devem seguir.



Foto: Robson Eleutério

Carro de Boi na Pedra Fundamental
Foto: Nilvan Vasconcellos

Contudo, no decorrer do século XVIII, com o surgimento da tropa burriqueira para o transporte de mercadorias das cidades do litoral ao interior do Brasil, o carro de boi começou a perder sua primazia. As tropas eram muito mais leves, práticas e mais resistentes, tendo a capacidade de percorrer trilhas irregulares e subir serras, já que o burro é um animal mais barato e rústico que se adaptava bem às condições adversas do sertão.

Nas longas jornadas que duravam dias, as pessoas também viajavam a pé, acompanhando a tropa burriqueira que transportava a bagagem. Nas regiões mais ricas havia também a tropa de muars (mulas) que transportavam grande quantidade de mercadorias com espírito empresarial.

205 Podemos entender como tudo aquilo que é construído pelo ser humano. Inclui os mitos, símbolos, ritos, todas as crenças, todo o conjunto de conhecimentos e comportamentos.

206 Entrevista realizada com o Sr. Viriato de Castro na Fazenda Monjolo, em novembro de 2017.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

Para o descanso dos viajantes, que caminhavam em média cinco léguas (30 km) por dia, foram surgindo pousos de tropas ao longo das picadas que chegavam ao sertão do Planalto Central. O movimento de tropas e carros de boi no Planalto Central durou mais de dois séculos, começando a declinar a partir da construção de Brasília.

Havia alguns pousos mais estruturados e movimentados, enquanto outros eram mais simples, improvisados em baixo de árvores, mas ambos deveriam se localizar próximos a fontes de água e pastagem. O viajante francês Auguste de Saint Hilaire, que em suas andanças pelo interior de Goiás parou num pouso e encontrou uma tropa que se dirigia de São Paulo a Cuiabá, percorrendo uma distância de mais de mil quilômetros, fez o seguinte relato:

Foi me cedido um pequeno cômodo cuja parte da frente, inteiramente aberta, servia de rancho. Os sacos de couro (bruacas) que continham as mercadorias da tropa tinham sido empilhados cuidadosamente entre as estacas que serviam para amarrar os burros. Nossa fogueira foi armada ali, perto das dos tropeiros, e os negros formavam círculo, acorados, ao redor delas, enquanto seus patrões se estendiam nas redes, amarradas ao ar livre nos mourões do curral²⁰⁷.

Nesses pousos, nos momentos de descanso e descontração dos tropeiros, possivelmente tenha surgido a dança da catira, praticada apenas por homens.

No início do século XX, uma rota muito comum no Planalto Central era a estrada cavaleira que ligava as cidades goianas e mato-grossenses à última estação de ferro da estrada Mogiana, localizada em Ipameri. Lá ficavam armazenadas as mercadorias que chegavam do litoral para abastecer os longínquos povoados, vilas e cidades do sertão. O sal e produtos industrializados vindos de São Paulo e Rio de Janeiro, além dos importados, eram esperados com imensa expectativa, por muitos dias, pelos habitantes do interior. Também havia o movimento contrário, com inúmeras tropas saindo do norte de Goiás abarrotadas de couro, e que seguiam para Ipameri.

Até a primeira metade do século XX, essas antigas picadas ainda eram utilizadas, sendo alargadas para o transporte dos carros de boi - a partir dos anos 60, muitas se transformaram em estradas de rodagem. Em Minas Gerais e Rio de Janeiro, alguns trechos dessas “estradas cavaleiras” foram preservados e transformados em roteiros de ecoturismo, dando origem ao projeto Estrada Real, ligando a cidade de Paraty e Rio de Janeiro às cidades auríferas de Minas Gerais: Ouro Preto, Sabará, São João Del Rei, Caeté e Diamantina.

O carro de boi tornou-se um meio de transporte de suma importância, utilizado para o transporte de curta distância entre arraiais e vilas. O movimento de tropas e carros de boi nessa região durou quase 200 anos, começando a declinar a partir da construção de Brasília.

Em várias localidades do interior do Brasil, em todo momento, inúmeros carros de

207 SAINT HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de Goiás. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975, p. 121.

Capítulo IX - A cultura cerratense

boi transitavam pelas principais ruas da cidade transportando mercadorias, conduzidos pelo carreiro, uma profissão muito comum, já que era o meio de transporte mais utilizado. Naquela época, o automóvel ainda era praticamente desconhecido da população, havendo pouquíssimas unidades no Brasil.

Com a abertura de estradas de rodagem no decorrer do período republicano, o carro de boi foi deixando de ser utilizado, na medida em que aumentava o poder aquisitivo dos moradores do interior. Assim, ele foi sendo substituído de forma gradual pelos veículos motorizados, e tornando-se inviável para o transporte de cargas.

Um Cerratense na Missão Cruls

Viriato de Castro nasceu em Formosa/GO, e ainda na adolescência foi recrutado para ser guia dos membros da Expedição Exploradora do Planalto Central. Essa expedição adentrou o sertão goiano incumbida de realizar pesquisas na região, com o objetivo de escolher o local ideal para a construção da nova capital, conforme estabelecia a Constituição republicana no seu artigo terceiro. Viriato conhecia todos os cantos do centro do divisor de bacias do Planalto Central, de forma profunda, bem como as plantas do Cerrado e suas utilidades para a medicina caseira.

Era filho do coronel Valeriano Rodrigues de Castro e de dona Venância de Almeida Barbosa, oriundos da cidade de Curvelo/MG. A sua família era estruturada em São João Del Rey/MG, mas com a mudança para Formosa/GO em 1878, Dona Venância fora provisoriamente para Curvelo, cidade de seus pais e sua família²⁰⁸.

Naquela época não havia estradas e tampouco automóveis no sertão goiano. Assim, Luís Cruls e sua equipe vieram de trem de ferro até a cidade de Uberaba/MG, ponto final da Ferrovia Mogiana. Depois organizaram uma tropa e continuaram a viagem em direção ao centro divisor de bacias do Planalto Central, local que seria objeto de estudo da Comissão. Dessa forma, era necessário contratar alguém que conhecesse profundamente todos os cantos do Cerrado para guiá-los com segurança.



Siriema

Foto: Robson Eleutério

208 Entrevista realizada com Mário Castro, em maio de 2016, no Museu Histórico de Planaltina/DF.

Para percorrer o desconhecido Cerrado do Planalto Central e realizar as pesquisas com mais eficiência, Luís Cruls recorreu ao coronel Valeriano de Castro (importante autoridade da região) estabelecido em Formosa/GO. Então ele indicou seu filho Viriato de Castro, na época com 14 anos de idade, para trabalhar guiando os membros da expedição exploradora no ermo sertão do Planalto Central:

Contou-nos o Sr. Viriato que o professor Glaziou, botânico da Comissão, precisava de um garoto para guiá-lo em suas pesquisas no mato e para, nas horas vagas, comprar gêneros nas roças ou levar recados. Como o viram molecando em roda de acampamento, tiveram a ideia de dar-lhe emprego, no qual o pai concordou de bom grado, pois o garoto passava o tempo perdido pelos cerrados, apanhando aratecum, guariroba, caju do mato e arará, quando não estava banhando nos riachos, em tempo de apanhar pneumonia com o calor do sol. O próprio menino Viriato gostou do trabalho, pois se divertia muito com a curiosidade do professor Glaziou por tudo quanto era folhinha à toa, casca de pau ou raiz, sem nenhuma importância para a caipiraba daquelas bandas. Recordo que, uma vez, o botânico o fez acompanhar-lo a longa distância, brejo a dentro, só para que o menino lhe mostrasse um pé de emburana, cuja casca os nativos se utilizavam para tratar várias doenças. Lembra-se ainda de ter ouvido o professor dizer que ia mandar uma amostra daquela casca para ser examinada na Europa. Também recorda o sr. Viriato que a chegada da Comissão inflacionou por completo a vida do Planalto, especialmente do domínio econômico. A arroz passou de 4 mil réis o alqueire (80 litros) para 10 mil réis; o quilo de carne passou de 200 réis para 2 mil réis; uma arroba de toucinho, antes vendida a 8 mil réis, ficou custando 10 mil réis. “Um encarecimento danado, mas deu para todo mundo ganhar dinheiro”, disse. Hoje, com 79 anos de idade, o sr. Viriato de Castro parece um adolescente quando relembra os tempos da expedição Cruls. E mesmo no comum ele é bem-humorado. Nossa reportagem o encontrou cantando na rua quando acabava de sair de casa, em direção a um armazém vizinho, a cuja porta, sentado num tamborete que parece estar-lhe permanentemente .

Viriato de Castro aparece na foto oficial da Missão Cruls, entretanto não há nenhum registro sobre seu trabalho como guia no Relatório Oficial, e tampouco no Atlas da Comissão Exploradora do Planalto Central, talvez por não pertencer à equipe original, constituída no Rio de Janeiro, e não ter nenhuma formação de nível superior. Também porque sua função como guia no Cerrado era algo comum, que não exigia estudo.

Entretanto, ele era um cerratense da terra, que conhecia o bioma Cerrado como ninguém. Trilhando as tortuosas picadas que transpunham vales e serras dos rincões do Planalto,

guiou os membros da Comissão Exploradora às nascentes que emanam para as principais bacias do continente, fator determinante para a escolha do local que abrigou Brasília.

Hoje, certamente esse trabalho seria reconhecido na figura do sertanejo, dos quilombolas e indígenas que, segundo Iêda Vilas-Bôas, “traduzem e compõem o valioso mosaico do patrimônio geográfico, histórico e cultural brasileiro. Somos, com orgulho, o povo CERRATENSE, que habita o miolo geográfico do país”²⁰⁹.

Dona Lió, a Parteira dos Calungas²¹⁰

A chegada dos africanos à capitania de Goyáz ocorreu no momento da descoberta de pedras preciosas feita pelos exploradores, conhecidos como Bandeirantes, a serviço da coroa portuguesa no decorrer do século XVIII. Nas décadas seguintes, de 1730 a 1760, foram encontradas várias minas de ouro no norte de Goiás, culminando com a fundação de dezenas de povoados, que posteriormente se transformaram em cidades, dando origem a Niquelândia, Cavalcante, Natividade, Monte Alegre, dentre outros. Foi nesse momento que vieram os primeiros africanos, trazidos da Bahia²¹¹, para trabalhar na mineração.

A vida em isolamento foi responsável pela formação de uma comunidade autóctone²¹², por um determinado tempo, onde constituíram uma identidade própria. Esses escravos, de etnias diversas, foram trazidos de Salvador/BA, na sua grande maioria, em comboios pelas Picadas do sertão para trabalhar nas dezenas de minas de ouro que a cada momento eram descobertas.

Segundo Artur Ramos, renomado antropólogo e etnólogo brasileiro, “no período da exploração das minas, foram angolanos e congos a quase totalidade dos negros participantes do ciclo da garimpagem e que subiram as elevações do Brasil Central. Foram, em sua maioria, negros bantos” (angolas, congos e moçambiques e outras denominações regionais).

Nesse contexto histórico surgiram inúmeros quilombos nessa região, formados por negros que fugiram da mineração, na qual eram submetidos ao trabalho árduo e a violência praticada por seus senhores. Para não serem recapturados, buscavam os rincões de difícil acesso onde se abrigavam em fundos de vales cercados por mata fechada, e assim formavam suas comunidades e produziam o necessário para a própria sobrevivência.

Assim surgiu o Quilombo Calunga, resultado da fuga de escravos do cativo e negros libertos que passaram a viver em uma terra coletiva que se encontra na região da Chapada dos

209 VILAS-BÔAS, Iêda. A literatura como forma de manutenção dos referenciais da cultura cerratense. Disponível em: <<http://www.cerratense.com.br>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

210 Texto adaptado do projeto Memorial dos Cerratenses, idealizado por Rafael Poubel e executado pela Atman Fillmes, coordenada por Carina Bini. Os textos do projeto foram escritos pelo autor deste livro.

211 Segundo Paulo Bertran, a maioria dos escravos que trabalhavam na mineração no centro-norte de Goiás foram trazidos da Bahia, em grandes comboios, pela Estrada Geral denominada Picada da Bahia.

212 Natural do local que habita.

Caminhos e descaminhos no Brasil Central - A história da região do DF

Veadeiros, situada no nordeste goiano, abrangendo os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre. É o maior quilombo do Brasil, sendo constituído por 56 comunidades.

Pesquisas cartoriais realizadas pela professora Mari Baiocchi também confirmam que os Calungas eram de diversas etnias, entretanto com predominância de negros bantos²¹³. A relação das comunidades quilombolas com os índios nem sempre foi pacífica, pois inúmeros embates foram registrados entre eles no decorrer dos séculos XVIII e XIX.



Chapada dos Veadeiros Foto: Robson Eleutério

A grande distância dos grandes centros urbanos do Brasil, do século XVIII até a primeira metade do XX, tornou-se uma condição para garantir a sobrevivência numa região tão isolada. Desse modo, surgem personagens que dominam o conhecimento da natureza e espiritual e passam a prestar serviços desenvolvendo práticas de saberes e fazeres a serviço da comunidade.

Uma das personagens que se destacou naquela região foi Dona Lió, tornando-se a matriarca dos Calungas, a “mãe do lugar”²¹⁴. Era uma pessoa que não tinha o conhecimento das letras, mas sabia como ninguém dar conselhos, contar histórias antigas, impor ditados

213 BAIOCCHI, Mari. *Goiânia: Calunga Povo da Terra*. Goiânia: Ed. UCG, p. 27.

214 Mulher que se destaca por assumir uma posição dominante no quilombo Calunga.

Capítulo IX - A cultura cerratense

populares, cantar versos das folias e reconhecer para que serve cada planta do quintal²¹⁵. Assim ela se destacou com parteira, raizeira, benzedeira e conselheira.

A agente de saúde comunitária Dona Liu, moradora do Quilombo Ema, localizado em Teresina de Goiás, revela que ela era muito conhecida e respeitada pelo seu povo; sempre fazia o bem a todos, sem pedir nada em troca. Utilizava as ervas do Cerrado para curar nosso povo:

*D. Lió sabia o remédio. Se a barriga doesse, D. Lió sabia o remédio. Criei uma menina que nasceu prematura de sete meses aqui na comunidade. E ela estava muito mal, cabia numa caixa de sapato e ainda sobrava lugar. Essa menina até dez meses eu não sabia o que fazer com ela. Então procurei D. Lió e ela trouxe umas raízes, fez um chá e eu ia molhando o algodão no chá e colocando na boca dela. Isso foi às 7h da manhã, e às 16h ela já estava boa. Ela se curou e hoje tenho seis netos, filhos dessa minha filha. Se tivesse alguém para ganhar neném, era só chamá-la.*²¹⁶

Naquela época não havia médicos que atendiam a comunidade e tampouco um posto de saúde. O deslocamento para a cidade, que também tinha um sistema de saúde bastante precário, tornava-se algo difícil devido à deficiência de transporte e falta de recursos financeiros para os moradores pagarem as passagens. Entretanto, a comunidade não ficava abandonada porque recorria à Dona Lió. Maria Bispo, sua filha de criação, relata que ela era parteira, benzedeira e conhecia muito das plantas do Cerrado:

*Quando uma mulher vinha para ganhar neném, ela pegava babosa – às vezes a mulher sentia dor, né – e um sabonete virgem e batia na água morna, bem batida, e despejava o banho da cintura, da barriga para baixo, e se fosse a hora para ganhar neném, nascia na hora. Se fosse para ganhar, sentia a dor rapidinho e ganhava. Se não fosse, ela falava que era friagem na barriga, aí a pessoa passava uns dias sem ganhar a criança*²¹⁷.

Mas o isolamento dos Calungas era algo histórico, surgindo devido à necessidade de sobrevivência para não serem recapturados pelos mineradores e fazendeiros. E ainda hoje só se chega a algumas comunidades com carro de tração nas quatro rodas, principalmente na época das chuvas. Assim, procuravam construir seus quilombos nos vales profundos, cercados por

215 CÂNTIA, Alice. Na terra e na memória dos descendentes de escravos, uma cultura que o país ainda desconhece. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/168573756576869775005802118889062159563.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

216 Entrevista com Maria Bispo da Silva Tavares, em setembro de 2018, realizada no Memorial Casa de Lió, em Teresina de Goiás. Maria Bispo é Agente de Saúde em Teresina de Goiás e foi criada por D. Lió.

217 Ibid, p. 1.

serras, em rincões inacessíveis, onde permaneceram sem contato com o homem branco por mais de dois séculos.

Desse modo desenvolveram uma economia de subsistência, produzindo aquilo que era necessário para sobreviver. A caça, a pesca e cultivo da roça de arroz, feijão, milho e mandioca garantiam a alimentação básica. Era obrigação das filhas aprenderem a culinária do local, a torrar farinha, a fazer comida, cuidar da casa: “Nunca passamos fome aqui, sempre tinha coisas da natureza para comer. A lembrança que tenho de minha mãe é que ela era uma guerreira, fazia farinha, torrava café, moía cana”²¹⁸.

A utilização sustentável dos produtos do Cerrado, embora ela não conhecesse esse conceito, bem como uma visão respeitosa da natureza, faziam parte da prática de Dona Lió, que transmitia esses conhecimentos às novas gerações. Revela Maria Bispo que ela “tinha um amor pela natureza, colhia frutas do Cerrado, como o pequi, e valorizava o Cerrado. Era muito ativa, viajava muito com Ester para as reuniões e voltava muito feliz porque achava que tudo ia se resolver aqui nas nossas terras”²¹⁹.

Preservar a natureza também era preocupação de Dona Lió, que não deixava, por exemplo, fazer pesca usando rede de tarrafa. Ester lamenta que ela faz muita falta, pois era uma grande defensora do meio ambiente: “Ela sempre debatia nas reuniões e criticava os fazendeiros que entravam aqui nas nossas terras e hoje, se não fosse essa luta dela, não estaríamos mais aqui. Ela batia de frente para não termos aqui desmatamentos, carvoaria, draga nos rios”²²⁰.

As casas tradicionais da comunidade Calunga eram todas construídas com produtos que se encontravam na natureza, utilizando palha, pau a pique e adobe. Eram amarradas de embira, corda retirada da própria madeira. Os produtos artesanais eram feitos com tecnologia aprendida com os indígenas, pois na medida em que quilombolas desbravavam as matas e transpunham as serras, acabavam encontrando com várias tribos que habitavam a região, a exemplo dos Canoeiros, Xavantes, Xavantes, Kaiapó, Acroá e Xacribá, dentre outras.

As festividades faziam parte da cultura dos quilombolas e ainda hoje continuam sendo uma marca forte daquele povo. Todo dia 15 de setembro Dona Lió realizava a dança da Sussa, uma dança tradicional Calunga, em que ela adorava participar:

A dança da Sussa tem origem africana e é considerada sagrada pelo povo Calunga. É realizada preferencialmente por mulheres que, vestindo saias de chita rodadas, fazem movimentos giratórios equilibrando, às vezes, garrafas de cachaça sobre a cabeça. Além dos giros, os passos também são marcados nos pés, cujas batidas acompanham os sons executados pelos instrumentos, que incluem pandeiros, viola, caixa (espécie de tambor), tambor onça (semelhante a uma cuíca com timbre mais grave) e vozes. A Sussa

218 Ibid, p. 2.

219 Ibid, p. 4.

220 Ester Fernandes de Castro é professora desde 1990. Foi vereadora no município por quatro anos.

*desempenha uma função socializadora junto à comunidade, sendo realizada em diversos momentos, que vão da recreação às cerimônias religiosas*²²¹.

Ela era uma pessoa de muita fé, sempre preocupada em preservar as tradições que eram comemoradas pelos quilombolas, como a Festa do Divino e a festa para Nossa Senhora do Livramento: “todo ano tínhamos essa festa aqui, agora tudo se acabou. Tudo aqui está mudado, só fica a saudade”²²².

O sonho da vida de Dona Lió sempre foi garantir a posse pela terra, na qual sua comunidade morou durante toda a vida. Era uma luta desigual contra os grandes latifundiários da região que sempre contavam com respaldo do poder institucionalizado, mas ela nunca desistiu e ensinava todos a reivindicarem seus direitos. O maior sonho dela era ver as terras Calungas legalizadas: “Minha mãe foi feliz aqui. Ela dizia que os fazendeiros tomaram nossas terras todas. Ela trabalhava aqui, nesse pedacinho aqui, ela plantava feijão, fumo, mas tinha que pedir os fazendeiros para deixar ela plantar”²²³.

Sua sobrinha Ester²²⁴, que nasceu no Quilombo Calunga Ema, em Teresina de Goiás, conta que cresceu aprendendo a lutar ao lado de sua tia, participando de inúmeras reuniões sobre o conflito de terras:

*Aprendi com ela a ter muita fé e confiança na comunidade. O seu maior legado para a comunidade foi lutar e permanecer na comunidade e não deixar que a luta seja em vão. Ela sempre dizia que estava lutando pelos seus filhos, netos e todos da comunidade, preservando para as gerações futuras porque tinha consciência da importância da terra*²²⁵.

A perseverança em busca da regularização de suas terras era algo que permanecia sempre presente no seu ideal de vida, e ela queria ver essa conquista consolidada antes de morrer. Mas, seu sobrinho Jean Pereira, assim reflete: “Hoje temos aqui umas 70 famílias. Minha tia Dona Lió lutou muito para que tivéssemos de volta as nossas terras, e isso até hoje não conseguimos. O sonho dela era que antes de morrer tivéssemos as nossas terras, mas até hoje não saiu nada”²²⁶.

Apesar da desesperança que reinava entre os remanescentes quilombolas em ver suas terras legalizadas, no dia 8 de fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal declarou a validade do Decreto 4.887/2003, garantindo assim a titulação das terras ocupadas por remanescentes

221 GOIÁS AGORA. Ciranda da Arte busca resgatar arte Calunga. 1º jun. 2016. Disponível em: <<http://www.goiasagora.go.gov.br/ciranda-da-arte-resgate-da-cultura-calunga-para-dar-suporte-ao-curriculo-de-artes-nas-escolas/>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

222 Entrevista com Ilva Pereira, em janeiro de 2018, realizada no Memorial Casa de Lió, em Teresina de Goiás. Ilva é sobrinha da Dona Lió.

223 Entrevista com Ester Fernandes, em janeiro de 2018, em Teresina de Goiás.

224 Ibid, p. 2.

225 Ibid, p. 5.

226 Entrevista com Jean Pereira, em janeiro de 2018, na Comunidade Ema, em Teresina de Goiás.

das comunidades quilombolas. Esse decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Dona Lió faleceu aos 73 anos de idade. E como forma de preservar sua história, registrar e divulgar as memórias do povo Calunga, foi criado o espaço cultural Memorial Casa de Lió²²⁷. O local escolhido foi sua própria casa, localizada na comunidade Ema, em Teresina de Goiás, pois “tinha muita gente que vinha aqui conhecer minha mãe, fazer entrevistas com ela, as vezes vinham dois ônibus de turistas”²²⁸. Essa iniciativa partiu do povo Calunga em reconhecimento ao grandioso trabalho prestado por Leonilda Fernandes a sua comunidade. Entretanto, o projeto do Memorial, bem como os recursos necessários para a sua criação foram articulados pelo Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília. Segundo Maria Bispo, o Memorial começou a ser construído em 2011, mas ainda não foi concluído.

A ideia do Memorial Casa de Lió foi delineada a partir de uma visita, em 2004, à Casa Velha da Ponte, na Cidade de Goiás, onde havia morado Cora Coralina. Preservar a casa onde ela havia morado, transformando-a num:

*(...) espaço cultural, abarcando o registro e a divulgação de memórias da trajetória Calunga e, também, propiciando o desenvolvimento de expressões de Arte e Cultura, produzidas atualmente. Essa ideia foi delineada a partir da visita, em 2004, à Casa da Ponte, na cidade de Goiás (casa restaurada onde havia morado Cora Coralina). Nesse sentido, tanto memória, quanto museu, quanto patrimônio artístico-cultural têm características vivas, dinâmicas, entrelaçando passado e presente*²²⁹.

O legado deixado por Dona Lió é muito amplo e de grande valia para a comunidade Calunga, e certamente será lembrado pelas novas gerações. Eis alguns deles, narrados pelos remanescentes quilombolas:

O legado que ela deixou foram os conselhos que nos deu, como, por exemplo, a sabedoria como conviver com as pessoas mais velhas, como ensinar nossas crianças, como preservar as margens do rio, ela nos dava muitos conselhos, ensinava a não fazer fofocas, dizia que nós devemos ser cegos, surdos e mudos, a não mentir, a respeitar os outros, etc.

Maria Dias (Liu)

Ela era muito boa, eu gostava dela demais, ela era muito animada. Ajudava demais as pessoas daqui, fazia remédio com as raízes daqui.

227 O Projeto Memorial Casa de Lió é uma iniciativa do Centro de Excelência de Turismo da UnB.

228 Entrevista realizada com José Tavares em setembro de 2018. Teresina de Goiás, comunidade Ema.

229 Projeto Memorial Casa de Lió. Brasília: CET/UnB, p. 2.

Ilva Pereira

Tia Lió foi uma grande guerreira, lutadora pela preservação do meio ambiente. Valorizava os produtos aqui da comunidade na sua alimentação saudável e vejo que hoje nós devemos continuar a lutar por essas ideias, produzindo nossos próprios alimentos, sem venenos. Ela era uma mulher da terra e queria proteger a natureza. Aprendi com ela a ter muita fé e confiança na comunidade. O seu maior legado para a comunidade foi lutar e permanecer na comunidade e não deixar que a luta seja em vão. Ela sempre dizia que estava lutando pelos seus filhos, netos e todos da comunidade, preservando para as gerações futuras porque tinha consciência da importância da terra.

Ester Fernandes

Tenho muita saudade da minha mãe, recordo muitas coisas que fazíamos juntas. Ela gostava muito da natureza, respeitava muito a natureza, vivia como uma índia aqui na natureza. Nosso rio tinha muitos peixes, hoje secou tudo... porque hoje joga-se muito lixo nos rios, desmataram as margens e tudo isso fez o rio secar. Minha mãe tinha medo, muito medo de bandidos, ladrão... mas isso nunca aconteceu aqui. Ela era muito brava! Tinha um amor pela natureza, colhia frutas do Cerrado, como o pequi, e valorizava o Cerrado. Era muito ativa, viajava muito com Ester para as reuniões e voltava muito feliz porque achava que tudo ia se resolver aqui nas nossas terras. O legado que ela deixou foram os conselhos que nos deu, como, por exemplo, a sabedoria como conviver com as pessoas mais velhas, como ensinar nossas crianças, como preservar as margens do rio. Aqui hoje somos conhecidas por mãe preta. Ela se foi, mas a alma e coração dela estão aqui conosco.

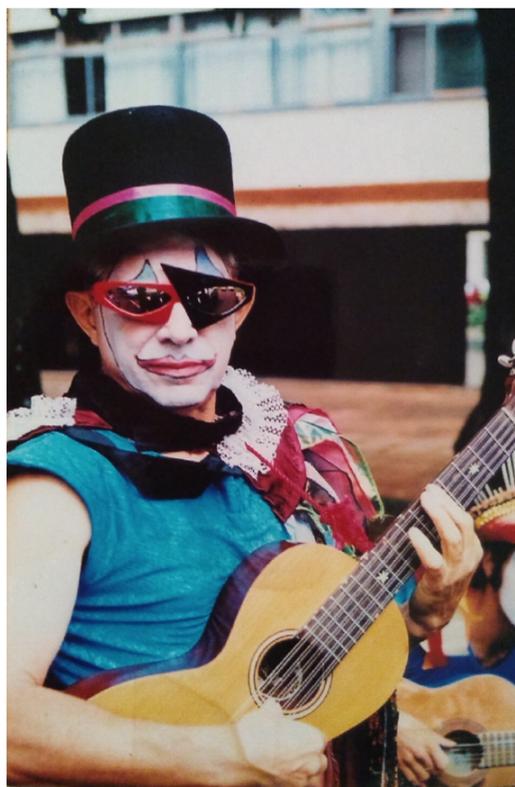
Maria Bispo

Esses sábios ensinamentos de Leonilda Fernandes, imortalizada como Dona Lió, estão presentes não apenas na memória, como também na prática cotidiana de seu povo. São lições de vida que os incentivam a lutar por seus direitos, preservar o meio ambiente, conviver e ouvir os mais velhos, valorizar os produtos da região, respeitar o próximo, usar as ervas do Cerrado para a cura de algumas doenças, fazer uma alimentação saudável com produtos da própria terra e ter uma relação harmoniosa com a natureza. Jean Pereira, seu sobrinho, lembra que ela dizia: “a terra é nossa mãe, é quem nos cria, é quem que nos sustenta, querendo ou não, a terra é nossa mãe”²³⁰.

230 Entrevista com José Pereira, em janeiro de 2018, na Comunidade Ema, em Teresina de Goiás. Pereira, Entrevista, p. 1.

Ary Pára-Raios: uma árvore torta do cerrado

Ary José de Oliveira, imortalizado como Ary Para-Raios, nasceu no dia 11 de setembro de 1948, em Sertanópolis, uma pequena cidade do interior paranaense. A origem do seu pseudônimo, segundo Ivany Câmara Neiva²³¹, vem da época em que ele era proprietário de dois bares em Londrina. Um deles tinha um para-raios logo na entrada do prédio, já o outro exibia uma bicicleta pendurada na parede. “Mas ele ficou conhecido como Ary Para-Raios e não como Ary bicicleta”, brinca a amiga²³².



Ary Pára Raios
Foto: Ivany Câmara Neiva

Ary chegou a Brasília em 1975, morou em Sobradinho, na Água Mineral, e começou a frequentar o restaurante Coisas da Terra, na W3 Norte, ponto de encontro de intelectuais, principalmente dos defensores da causa ambiental. A defesa do meio ambiente ainda era um tema incipiente na sociedade, restrito a um grupo seleta, com pouco apoio popular, em um contexto totalmente adverso. Ainda assim, ele já fazia parte de uma vanguarda que então se preocupava com o futuro do Cerrado. O jornal A Ordem do Universo, que tinha Ary como um de seus redatores, era distribuído naquele restaurante, e o tema abordado constantemente era a preservação do Cerrado.

Naquela época estávamos em pleno regime de Ditadura Militar, sem democracia, com uma forte tensão política em Brasília e em todo o país, mas isso não intimidava as ações de Ary. Conforme Maíra²³³, sua filha mais velha, seu pai vestia-se de palhaço, brincava com todo mundo, ao mesmo tempo ele era subversivo, ele era um cara marginal, no sentido lato da palavra, de estar à margem da sociedade, de ser um artista que pensa de uma forma diferente.

“Um homem sensível, que acompanhou o seu tempo e talvez até tenha ido um pouco mais à frente, porque já na década de 70 – eu nasci em 76 – ele veio pra Brasília fugindo da ditadura”²³⁴.

231 Ivany Câmara Neiva é socióloga e fotógrafa, doutora em História Cultural pela Universidade de Brasília (UnB). Foi amiga de Ary, considerada como irmã dele, e atualmente escreve artigos acadêmicos e textos ficcionais.

232 Entrevista realizada com Ivany Câmara Neiva em novembro de 2017, na Asa Sul, em Brasília, Distrito Federal.

233 Maíra de Oliveira é filha de Ary Para-Raios e trabalhou com ele desde os 16 anos no Esquadrão da Vida.

234 Entrevista realizada com Maíra Oliveira em outubro de 2017, no Parque Olhos d'Água, em

Era um artista com vocação para o teatro popular e escrevia os textos de suas peças com o conteúdo voltado principalmente ao meio ambiente. Produziu a peça Bicho homem e outros bichos e ficou por quase sete anos em turnê, apresentando-se em dezenas de cidades do Brasil para um público estimado em 200 mil pessoas:

Era um cerratense. O lugar onde ele nasceu diz muito de sua condição. Ary nasceu em Sertanópolis, no Paraná: é sertão e polis.

*O cerrado ele levou consigo, comandou a peça Bicho homem e outros bichos (inclusive tenho um livro dele aqui). Nele a história do cerrado aparece muito, ele era um defensor do cerrado*²³⁵.

Em 1979 surgiu o grupo de teatro Esquadrão da Vida, que Ary dirigiu durante toda a sua vida, fazendo apresentações constantemente no Distrito Federal e em diversas cidades do Brasil. Para Maíra, o Esquadrão da Vida se transformou num grande movimento de rua em que vários artistas se encontraram, quando seu pai “convocou toda a população de Brasília pra se vestir de palhaço, numa grande brincadeira, e receber os anos 80 com alegria pra se livrar da caretece”²³⁶. O nome do grupo – Esquadrão da Vida – foi criado pelo jornalista TT Catalão, em contraposição ao Esquadrão da Morte, uma organização paramilitar que atuava no Rio de Janeiro e tinha como objetivo perseguir e matar criminosos. “Fiz um poema sobre o Esquadrão da Morte e ele resolveu fazer o trocadilho. A trupe nasceu como uma antítese à estrutura vigente, como uma alternativa ao cotidiano”, conta TT.²³⁷

Seu palco preferido era a rua; raramente ele se apresentava em locais fechados. Trocava de roupa em cena, algo incomum para a época, e era um homem do povo, sensível às questões políticas e ambientais do país. Ele idealizou o projeto Coluna Jeca, inspirado na Coluna Prestes. Era uma caravana artística realizada em 1997 e 1998, passando por mais de cinquenta cidades, em Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. A proposta da Coluna era essencialmente a troca, o diálogo.²³⁸



Segundo Ivany Câmara a ideia – que foi realizada – era levar o teatro às ruas. A “ópera-cordel” Na Rua com Romeu e Julieta e O Bicho Homem e Outros Bichos, por exemplo, estavam na bagagem da Coluna Jeca.

Grupo Esquadrão da Vida
Foto: Bruno Neiva

Brasília, Distrito Federal.

235 Neiva, Entrevista, p. 3.

236 Oliveira, Entrevista, p. 1.

237 Disponível em: <<http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Ary+Para+Raio++o+palhaco+bulicoso+parou+de+sorrir/659>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

238 Neiva, Entrevista, p. 4.

Os espetáculos e as oficinas desenvolvidas em muitos anos de rua no Distrito Federal [...] são as moedas que os atores mambembes do teatro brasileiro levam para trocar pelos folguedos, catiras, fandangos, modas de viola, reisados, cavalhadas, festas do divino e espetáculos malabarísticos dos circos que (ainda) percorrem as cidades do interior [...]. É jeca como os personagens de Lobato, que mostra o caipira que habita todos nós. Lembra também Mário de Andrade em seu O Turista Aprendiz. [...] e a Coluna Prestes que, na década de vinte, percorreu milhares de quilômetros levando revolução à gente simples do interior. O que os jecas do Esquadrão da Vida levam é arte²³⁹.

Embora não tivesse uma filiação partidária, era um militante das causas progressistas, algo sempre presente em seu discurso e na sua prática política cotidiana. Por diversas vezes, Ary e o Esquadrão da Vida se fizeram presentes em atividades promovidas por ONGs ambientalistas, pressionando as autoridades governamentais em defesa do Cerrado. “Hoje entendo que não tenho como dissociar o Esquadrão da Vida de tudo o que meu pai fez e atuávamos em prol do cerrado. João Antônio de Lima Esteves, ator e diretor de teatro, muito amigo do meu pai, certa vez me disse: – Maira, teu pai é o cerrado²⁴⁰”.

O ambientalista César Vítor²⁴¹ destaca a capacidade que ele tinha de unir a questão ambiental com a questão cultural: “eu acredito, assim como ele acreditava também, que essas duas coisas devem caminhar juntas até para podermos ter uma maior aceitação da população e da sociedade em geral”. Assim, “a palavra de ordem era difundir a importância da preservação, da proteção, da sustentabilidade e da biodiversidade do cerrado, e seus recursos hídricos²⁴²”.

Movido pelo ideal de preservação do Cerrado, Ary Para-Raios e o Esquadrão da Vida participaram da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92, juntamente com outras entidades. Assinaram então um Tratado para a preservação do Cerrado. Ary também esteve presente nos primeiros momentos da criação do Fórum das ONGs ambientalistas e da Rede Cerrado. Vítor assim o resume:

O Ary Para-Raios foi uma pessoa de grande importância para o movimento ambientalista e cultural aqui no Distrito Federal. Na época em que eu o conheci, em momentos antes das preparações da Rio 1992, existiam várias entidades que atuavam e já estavam preocupadas com os rumos que o Cerrado estava tomando. Durante o evento, essas entidades, incluindo o Esquadrão da Vida, que era tocada pelo Ary Para-Raios, assinaram

239 Neiva, Uma história muito presente: a Folia Real de Ary Para-Raios, p. 245.

240 Oliveira, Entrevista, p. 2.

241 César Vítor é engenheiro florestal e superintendente executivo da Fundação para a Natureza Pró Natura.

242 Entrevista realizada com César Vítor em novembro de 2017, na FUNATURA, localizada na Asa Norte, em Brasília, Distrito Federal.

o Tratado dos Cerrados. Ele foi uma das pessoas que ajudou a coletar assinaturas para esse manifesto que reproduzia a visão da sociedade civil, dos ambientalistas e dos socioambientalistas sobre o que a gente imaginava que poderia ser feito no Cerrado visando a sua preservação, a valorização das culturas tradicionais e o uso sustentável da biodiversidade do Cerrado²⁴³.

Com relação ao seu trabalho como artista, ele era bastante crítico e rigoroso, impondo disciplina, com bom humor, aos membros do Esquadrão da Vida. Antes das apresentações, ficava com o grupo concentrado por 5 a 6 horas, preparando-se, discutindo detalhes. Segundo Neiva,

a ideia que tenho das apresentações dele é de disciplina misturada com bom humor. Após as apresentações da peça teatral, era feita uma avaliação de desempenho do grupo, e ele se mostrava bem rigoroso e detalhista. Por exemplo, quando ele pegava uma meia de uma cor e outra de outra cor, era dentro do rigor. Quando, por exemplo, pintava seu cabelo – que era branco – um lado era rosa e o outro era azul, ou misturava, era rigoroso também, ele tinha um rigor nisso, ele tinha uma disciplina nisso²⁴⁴.

Neiva se recorda de que Ary era uma pessoa extremamente generosa: “apesar dele ter sempre pouco dinheiro, descobri, muito tempo depois, que quando ele viajava com o grupo “Esquadrão da Vida” sempre trazia presentes, lembrancinhas, para seus filhos e para minhas filhas também, “acho que ele se sentia um pouco pai delas, mas não era. Ary dizia que a recomendação dele, para o pessoal de teatro é: “surpreenda sempre”, e ele surpreendia mesmo. Para mim, uma das coisas mais surpreendentes mesmo era quando ele chegava aqui e tocava violão no dia do aniversário das meninas, era surpreendente mesmo, porque não estava na pauta dele²⁴⁵”.

Em 1992 ele foi diagnosticado com câncer, passando a conviver com fortes sintomas da doença. O ambientalista César Vítor lembra quando estava organizando o Primeiro Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas: “Chamamos o Ary e o Esquadrão da Vida para comparecerem ao evento, no entanto ele não pôde comparecer porque já estava doente, e ficamos sentidos com sua ausência. Mas o Esquadrão foi, e todos gostaram muito da apresentação deles²⁴⁶”.

O palhaço ambientalista, subversivo, irreverente, guerreiro e brincalhão morreu aos 63 anos de idade. Entretanto, o seu trabalho permanece consolidado na memória e na ação dos

243 Vítor, Entrevista, p. 3.

244 Neiva, Entrevista, p. 4.

245 Ibid, p. 2.

246 Vítor, Entrevista, p. 2.



Maira - Foto: Bruno Neiva

artistas da cidade.

O legado de Ary vai muito além do teatro. Ele – e TT Catalão – criaram expressões que são pronunciadas até hoje, como as frases: “Ética não é titica”; “Quem mata a mata, se mata”; “A Terra não tem refil”; “A Terra é oneway”. Conta a filha Maíra que recentemente foi convidada para fazer uma apresentação no Festival de Mestres de Circo, no Teatro Dulcina de Moraes, ao qual levou o espetáculo Quando o coração transborda. De

repente, ela foi surpreendida por um grupo de atores que apareceram todos vestidos com as roupas do Esquadrão da Vida, em homenagem ao seu pai, recitando mensagens criadas por ele: “Abre a janela, chegou o Esquadrão”, “Palhaço não é ministro, mas tem ministro palhaço”, “Palhaço não é deputado, mas tem deputado palhaço”, “Palhaço nem sempre é artista, artista nem sempre é palhaço”. Nesse momento, ela fez uma profunda reflexão sobre a dificuldade de se fazer teatro no país, de brigar por um meio ambiente mais justo. “Mas, por outro lado, é lindo você ver que tem um legado, é lindo você ver as pessoas falando, reproduzindo e querendo fazer diferente em busca de um sonho mesmo”. E acrescenta:

Ele me fez entender que eu faço parte disso aqui, do Cerrado. E que a gente precisava olhar para o Cerrado. Isso é uma coisa que está dentro de mim. Enxergar a beleza do Cerrado, entender que ele é um bioma que não é exuberante como o Pantanal, a Floresta Amazônica, que todo mundo fala e que é lindo mesmo, né? Às vezes, o Cerrado para mim está nos pequenos detalhes, olhar aquela florzinha pequenininha, essas árvores tortas e eu acho que para o meu pai, isso era muito forte dentro dele. Meu pai era uma árvore torta, forte, resistente do Cerrado.

Em reconhecimento à sua luta em defesa da causa ambiental, a data de seu nascimento, 11 de setembro, foi escolhida para ser comemorada como o Dia Nacional do Cerrado, instituído pelo decreto assinado em 20 de agosto de 2003. Maíra admite: “percebi que meu pai se encontrou no Cerrado, é um ambiente presente na vida dele”. E continua: “a homenagem que ele recebeu sobre o Dia do Cerrado, as discussões sobre biodiversidade em que vários ambientalistas do Brasil inteiro se juntaram e escolheram foi porque meu pai era brigão, defendia o Cerrado”.

Para dar continuidade à sua obra, ficou o Esquadrão da Vida, certamente seu maior legado, dentre tantos outros. Maíra relata que está fazendo uma excursão nacional e “todos querem saber mais, querem saber mais do meu pai e vejo a plateia olhando para mim e dizendo – ‘Vamos juntos’, que é isso que meu pai e o Esquadrão me ensinaram, que não estamos sozinhos”.

Palavras finais

As manifestações e personagens históricos deste capítulo são apenas um pequeno extrato da riqueza cultural que se desenvolveu no imenso Cerrado brasileiro, que ocupa uma extensa área de aproximadamente 22% do território nacional. A sua área contínua incide sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além dos enclaves no Amapá, Roraima e Amazonas²⁴⁷.

Obviamente que inúmeras outras manifestações culturais, de grande valor histórico-cultural praticadas pelos mais variados grupos que vivem no bioma Cerrado, não foram mencionadas. Entretanto, as que citamos já nos possibilitam mensurar a necessidade de valorização e reconhecimento da cultura cerratense no cenário nacional e mundial.

Esse conjunto de festas e costumes citados acima, e muitos outros, fazem parte da história e da cultura do povo brasileiro. Muitas ainda preservam práticas originais de sua época, enquanto que outras foram adaptadas ao contexto histórico e ambiental de cada localidade, incorporando novos elementos. Assim, torna-se imprescindível conhecê-las de forma mais aprofundada para entendermos a forma de ser, de pensar e agir das pessoas que nele moram²⁴⁸.

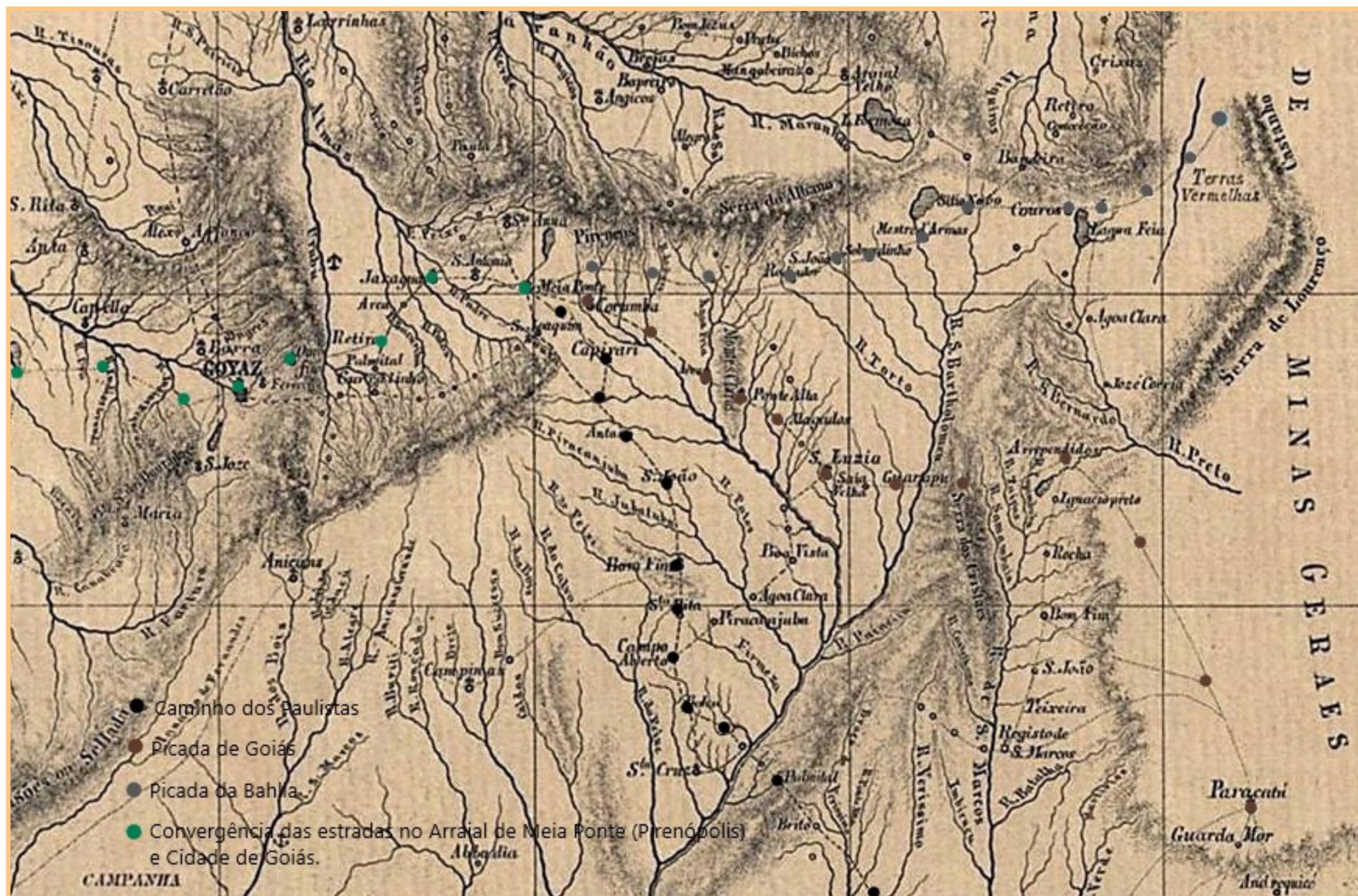
Conclama Iêda Vilas Boas: “queremos fazer mais: difundir a cultura Cerratense por todo nosso país, pela América Latina e pelo mundo. Quiçá tenhamos fôlego e apoio nessa empreitada. Contudo, não podemos esmorecer, contamos com a força dos jovens, como bem disse Cora: Creio nos jovens, abrindo espaços largos na vida.”

247 O Bioma Cerrado, disponível em <<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>>. Acesso em 18 de janeiro de 2018.

248 DEUS, Maria Socorro e SILVA, Mônica Martins. História das Festas e Religiosidades em Goiás – Coleção História de Goiás, Op., p. 73.



Serra Geral de Tocantins



Mapa Cunha Matos

Principais estradas que adentravam o sertão goiano no momento da descoberta do ouro (século XVIII). Extrato da Carta Cartográfica Plana da Província de Goyáz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Gerais, organizado pelo Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos Governador das Armas de Goyáz para acompanhar seus itinerários escritos em 1826 e publicados em 1836.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Referência Bibliográfica

- ABREU, Capistrano de. Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: Editora da UnB, 1963.
- ABUD, Kátia Maria. Paulistas, uni-vos! Somos todos bandeirantes! Dossiê Bandeirantes. Revista de História. Biblioteca Nacional, 1º jul. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1816>>. Acesso em: 4 ago. 2018.
- ADASA. Cuidando do futuro de "Águas Emendadas". Disponível em: <<http://abar.org.br/adasa-cuidando-do-futuro-de-aguas-emendadas-2/>>.
- ADERNE, Sílvia. Entrevista. [dez. 2017]. Entrevista concedida a Carina Bini e Robson Eleutério, em dezembro de 2017, na antiga casa de Laís Aderne, em Olhos d'Água, GO.
- ADORNO, Marina. Cinco décadas de admiração nada secreta por Brasília. Brasília Patrimônio Vivo – A Arquitetura: invenção e reinvenção de uma cidade planejada. Matéria publicada no Correio Brasiliense. Disponível em: <<http://especiais.correiobrasiliense.com.br/brasil-patrimonio-vivo-arquitetura>>. Acesso em: 4 ago. 2018.
- ALARCÃO, Laerte. Foi bom e tenho saudade: biografia romanceada. Brasília, 2009.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de (1863). Anais da Província de Goiás. Brasília: Gráfica Ipiranga Ltda., 1979.
- BERTAN, Paulo. Notícia Geral da Capitania de Goiás. Brasília: Solo, 1997.
- BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal – do indígena ao colonizador. Brasília: Editora da UnB, 2011.
- BERTRAN, Paulo. História de Mestre D'Armas. Fôlder de divulgação do Hotel Fazenda Mestre D'Armas, s.d.
- BERTRAN, Paulo. História de Niquelândia. Brasília: Verano, 1988.
- BERTRAN, Paulo; FLEURY, Graça. Memorial das Idades do Brasil. Brasília: Verano, 2004.
- BLAINÉY, Geoffrey. História do século XX. São Paulo: Fundamento Educacional, 2008.
- CASTRO, Mário. A realidade pioneira. Brasília: Thesaurus, 1986.
- CATÁLOGO DAS ARTES. Artista: Laís Fontoura Aderne Faria Neves. Disponível em: <<https://www.catalogodasartes.com.br/app/artista/Lais%20Fontoura%20Aderne%20Faria%20Neves%20-%20Aderne/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- CAVALCANTE, Paulo. Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec, 2003.
- CÂNTIA, Alice. Na terra e na memória dos descendentes de escravos, uma cultura que o país ainda desconhece. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/168573756576869775005802118889062159563.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

- CHAIN, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas (Goiás – 1749-1812). São Paulo: Nobel, 1983.
- CORREA, Rosângela. Entrevista. [out. 2017]. Entrevista concedida a Carina Bini e Robson Eleutério, em outubro de 2017, na Faculdade de Educação, UnB, Brasília, DF.
- CRULS, Gastão. Planalto Central do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. (Coleção Documentos Brasileiros).
- CRULS, Luis. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central. Brasília: Senado Federal, 2012.
- CURADO, Ramir. Síntese histórica de Corumbá. Anápolis: Editora Anápolis, 2003.
- CURADO, Sílvio do Rosário Fleury. O automóvel em Goiás. Anápolis: UNIGRAF, 2008.
- D'ALINCOURT, Luiz. Memórias sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- ELEUTÉRIO, Robson; MENDES, Xiko. Pedra Fundamental: o marco zero da capital. Brasília: APLAC, 2013.
- ESCHWEGE, Wilhem Ludwig Von. Pluto Brasiliensis, v. I. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia, 1979.
- FERNANDES, Ester. Entrevista. [jan. 2018]. Entrevista concedida a Bruno Santiago e Carina Bini, em janeiro de 2018, no Memorial Casa de Lió, em Teresina de Goiás.
- FOGAÇA, Emílio. A tradição Itaparica e as indústrias líticas da Lapa do Boquete. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, v. 5, p. 145-158, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109233/107704>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Dicionário dos bandeirantes e sertanistas. São Paulo: EdUSP; Itatiaia, 1989.
- GOIÁS AGORA. Ciranda da Arte busca resgatar arte Kalunga. 1º jun. 2016. Disponível em: <<http://www.goiasagora.go.gov.br/ciranda-da-arte-resgate-da-cultura-kalunga-para-dar-suporte-ao-curriculo-de-artes-nas-escolas/>>. Acesso em: 11 jan. 2018.
- GONZAGA, Olímpio. Memória histórica de Paracatu. Uberaba: Typografia Jardim e Companhia, 1910.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Localização da Nova Capital da República. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. A Capitania das Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.
- MANOEL, Elias. De Mestre d'Armas a Planaltina: reflexão histórico-crítica sobre a fundação da cidade. Brasília: Arquivo Público do DF, 2016.

GUIMARÃES, Hosanah de Campos. Memória do Planalto: Mestre D'armas (I): Planaltina-DF. Revista DF Letras, suplemento Cultural do Diário Oficial da Câmara Legislativa do DF, ano I, n. 01, novembro de 1992.

MATTOS, Raimundo José. Corografia histórica da Província de Goiás. Goiânia: SUDECO, 1979.

MENDES, Horácio. Brasília e seus antecedentes. Revista Brasília, Novacap, n. esp., 21 abr. 1960. p. 32. Disponível em: <<http://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/NOV-D-4-2-Z-0001-40d-menor.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

NEIVA, Ivany C. Uma história muito presente: a Folia Real de Ary Pára-Raios. In: NEGRÃO, Thereza; KUYUMJIAN, Márcia M.M.. (Org.). Os espaços da história cultural. Brasília: Paralelo 15, 2008.

NEIVA, Ivany C. Uma história muito presente: a Folia Real de Ary Pára-Raios. In: NEGRÃO, Thereza; KUYUMJIAN, Márcia M.M.. (Org.). Os espaços da história cultural. Brasília: Paralelo 15, 2008.

MORIZE, Henrique. Jornal A Noite, 11/09/1922.

MOURA, Marlene Castro Ossami (Org.). Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural. Goiânia: UCG; Kelps; Vieira, 2006. p. 230.

NIETO, Augusto; LUIZ, Everton. Informativo de Arqueologia, Unai, maio 2010.

NUNES, José Maria de Souza. Real Forte Príncipe da Beira. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1985.

OLIVEIRA, Maíra. Entrevista. [out. 2017]. Entrevista concedida a Carina Bini e Robson Eleutério, Parque Olhos d'Água, Brasília, DF.

PALACIN, Luis; GARCIA, Ledonias. AMADO, Janaina. História de Goiás em documentos. Goiânia: Editora da UFG, 2001.

PEREIRA, Ilva. Entrevista. [jan. 2018]. Entrevista concedida a Bruno Santiago e Carina Bini, em janeiro de 2018, no Memorial Casa de Lió, em Teresina de Goiás.

PEREIRA, Jean. Entrevista. [jan. 2018]. Entrevista concedida a Bruno Santiago e Carina Bini, em janeiro de 2018, na Comunidade Ema, em Teresina de Goiás.

PEREIRA, José. Entrevista. [jan. 2018]. Entrevista concedida a Bruno Santiago e Carina Bini, em janeiro de 2018, no Memorial Casa de Lió, em Teresina de Goiás.

POHL, Johann Emanuel. Viagem no interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

PORTAL IPHAN. Centro Histórico de Goiás (GO). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/36>>. Acesso em: 1º set. 2018.

PROJETO MUTIRÃO DA FEIRA DE TROCAS. 1989-2000. Disponível no Espaço Laís Aderne, Olhos d'Água, Alexânia, GO.

PROJETO RESGATE CULTURAL DE PROCESSOS ARTESANAIS DE FIAÇÃO, TINGIMENTO E

TECELAGEM. 1999-2000. Disponível no Espaço Laís Aderne, Olhos d'Água, Alexânia, GO.

REIS, Gelmires; MEIRELLES, Evangelino. Almanach de Santa Luzia. Santa Luzia: Typographia do Planalto, 1920.

REIS, Maria Dias dos. Entrevista. [jan. 2018]. Entrevista concedida a Bruno Santiago e Carina Bini, em janeiro de 2018, no Memorial Casa de Lió, em Teresina de Goiás.

RIBEIRO, Darcy. O Mulo. Rio de Janeiro: Record, 1981.

RIO BRANCO, Miguel da Silva Paranhos de. Alexandre Gusmão e o Tratado de 1750. Brasília: FUNAG, 2010.

RIOS VIVOS. Ary Para-raios, o palhaço buliçoso parou de sorrir. Disponível em: <<http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Ary+Para+Raio++o+palhaco+bulicoso+paroude+sorrir/659>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SAINT-HILAIRE, August de. Viagem a Província de Goiás. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SAMPAIO, Teodoro. O rio São Francisco e a Chapada Diamantina. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Henrique. A Informação Goyana. Rio de Janeiro, mar. 1926, v. IX.

SOUZA E SILVA, Luiz Antônio. O descobrimento da Capitania de Goiás. Goiânia: SUDECO, 1967.

SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich von. Viagem pelo Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

TAVARES, Maria Bispo da Silva. Entrevista. [jan. 2018]. Entrevista concedida a Bruno Santiago e Carina Bini, em janeiro de 2018, no Memorial Casa de Lió, em Teresina de Goiás.

TAUNAY, Afonso de Esdragnolle (Coletânea, introdução e notas). Relatos sertanistas. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.

VARNHAGEN, Adolfo. História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal. Tomo II. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, 1877.

VARNHAGEN, Adolpho. A questão da capital: marítima ou interior. Viena: Edição do autor, 1877.

VIEIRA, Dojival. O aniversário de SP e a revisão da história. Folha de São Paulo, São Paulo, 25/01/2011.

VÍTOR, César. Entrevista. [nov. 2017]. Entrevista concedida a Carina Bini e Robson Eleutério, FUNATURA, Asa Norte, Brasília, DF.

